



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 41

II Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 26 de novembro de 2013

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 05 minutos.

Após a chamada, passou-se de imediato à análise e discussão dos seguintes diplomas:

- [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 22/X – “Plano Anual Regional para 2014”;](#)
- [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 23/X – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2014”.](#)

Após a intervenção inicial proferida pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), participaram no debate os Srs. Deputados Francisco César (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*), Aníbal Pires (*PCP*), José Contente (*PS*), André Rodrigues (*PS*), António Marinho (*PSD*), José San-Bento (*PS*), António Ventura (*PSD*), Joaquim

Machado (*PSD*), Humberto Melo (*PSD*), Domingos Cunha (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), Isabel Almeida Rodrigues (*PS*), Luís Maurício (*PSD*), Aida Amaral (*PSD*), bem como a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Piedade Lalanda*), o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*) e o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 20 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, vamos dar início aos nossos trabalhos.
Peço ao Sr. Secretário o favor de fazer a chamada.

(Eram 10 horas e 05 minutos)

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da **Graça Oliveira Silva**

Marta Cristina Moniz do Couto

Miguel António Moniz Costa

Paulo Alexandre Vieira Borges

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Ricardo Bettencourt Ramalho

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis

António Augusto Batista Soares Marinho

António Lima Cardoso Ventura

António Oldemiro das Neves Pedroso

Bruno Filipe de Freitas Belo

Cláudio Borges Almeida

Cláudio José Gomes Lopes

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Humberto Trindade Borges de Melo

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Joaquim Ferreira Machado

José Maria de Medeiros de Andrade

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Partido Popular (CDS/PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Maria da **Graça** **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição **Pires**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados o período legislativo deste mês de novembro reveste-se de grande importância como todos sabemos, uma vez que serão discutidos, nestes três dias, o Plano Anual e o Orçamento para 2014.

A discussão destes documentos rege-se pelo artigo 165.º do nosso Regimento e os tempos que foram definidos em Conferência de Líderes para o debate na generalidade são os seguintes: o Governo Regional e o Partido Socialista dispõem de 245 minutos; PSD, 160 minutos; CDS, 50 minutos e as Representações Parlamentares do BE, PCP e PPM, 15 minutos.

Vamos então começar os nossos trabalhos e para a apresentação dos documentos tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Iniciamos hoje a discussão da proposta do Plano Anual e do Orçamento da nossa Região para 2014.

Estes documentos visam, em primeiro lugar, assegurar o cumprimento integral do nosso compromisso com os açorianos, que mereceu a sua ampla aprovação.

Apesar das dificuldades conjunturais, materializamos nestes documentos os compromissos que assumimos, porque, para este Governo, não existe uma realidade antes das eleições e outra realidade após o ato eleitoral.

Deputados Berto Messias e Francisco César (*PS*): Muito bem!

O Orador: Os açorianos sabem que, connosco, compromisso assumido é compromisso cumprido.

Ouvimos, como sempre fizemos, os partidos políticos e as organizações representativas dos empresários e dos trabalhadores, recolhendo críticas e sugestões que, em vários domínios, conduziram a melhorias que ainda poderão ser mais aprofundadas no âmbito do debate que agora iniciamos e do acolhimento de propostas de alteração que os senhores deputados entendam fazer.

O Orçamento e o Plano de Investimentos de 2014 correspondem ao primeiro ano da aplicação da nova Lei de Finanças Regionais.

Ao contrário do que alguns tentaram fazer parecer, esta nova lei reduz efetivamente os recursos financeiros da Região.

Efetivamente, da conjugação da nova fórmula de cálculo do IVA e das transferências do Orçamento de Estado resulta uma redução de 24 milhões para os Açores.

Afirmar que os Açores beneficiam de mais 43 milhões de receitas fiscais, mas omitir que as transferências do Orçamento de Estado são reduzidas em 67 milhões de euros, não foi um contributo sério para o debate protagonizado por alguma oposição.

Vozes de alguns Deputados do PS e do Presidente do Governo Regional

(Vasco Cordeiro): Muito bem! Muito bem!

O Orador: A conclusão é simples: com a nova Lei de Finanças Regionais imposta pela República, os açorianos pagam mais impostos, mas o Governo dos Açores fica com menos dinheiro, sendo o Governo da República duplamente beneficiado porque não só reduz as transferências para a Região,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Essa agora!

O Orador: ...como beneficia da esmagadora parte da receita do aumento dos impostos que impôs aos açorianos.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Aliás, se dúvidas houvesse sobre esta matéria, bastaria ter em conta as declarações e os cálculos apresentados pelo próprio Governo da República aquando da aprovação da Lei de Finanças Regionais.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Mas, este conjunto de documentos – Plano e Orçamento – é também o segundo a ser aprovado após a assinatura do memorando de entendimento com a República.

É o momento certo para fazer o balanço destes documentos. Há um ano, alguns, sempre os mesmos, disseram que o memorando de entendimento com a República punha em causa a nossa Autonomia,...

Deputado Berto Messias (PS): Nem mais! Muito bem lembrado!

O Orador: ...exigia que o orçamento da Região tivesse um visto ou aprovação prévia da República,...

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: ...implicaria o despedimento de funcionários públicos e, até, do fim dos complementos remuneratórios que os açorianos beneficiariam.

Deputado Francisco César e Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Tudo isto foi afirmado, sem fundamento, em plena campanha eleitoral.

Hoje, com a apresentação deste Plano e Orçamento, demostramos mais uma vez que afinal nada disso correspondia à verdade e que, como sempre dissemos,

mantemos intacta a nossa autonomia, a estabilidade da nossa administração pública e a possibilidade de não só manter, mas reforçar, como previsto no orçamento para o próximo ano, uma via açoriana de apoio às famílias e empresas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Para bem dos Açores e dos açorianos, mais uma vez falharam nas suas previsões aqueles que pretendiam puxar os Açores para baixo.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

O Orador: O Orçamento e Plano de Investimentos que vos apresentamos pretendem dar continuidade à política de estabilidade das finanças públicas regionais, num quadro de equilíbrio que tem assegurado a sustentabilidade da Região, pesem os constrangimentos que nos afetam.

Esta realidade tem sido de forma sistemática confirmada e elogiada, inúmeras vezes, por entidades nacionais e internacionais, como recentemente no relatório da Comissão Europeia sobre a 8.^a e 9.^a avaliações ao nosso país.

Nesse relatório foi salientado, em relação aos Açores, que, e passo a citar, “a execução orçamental está em linha com as projeções”, que “os Açores estão no caminho certo com bom controlo da despesa e fortes receitas”, que “se perspetiva um orçamento equilibrado apesar das menores transferências do Estado”, e ainda que as “empresas públicas passaram por um processo de consolidação e estão, de forma geral, em equilíbrio”. Citei a Comissão Europeia.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*) e **Deputado Francisco César** (*PS*): Muito bem!

O Orador: É esta a atual avaliação da Comissão Europeia, que aliás confirma os dados recentemente divulgados pelo INE e pelo Banco de Portugal, os quais, em relação ao último ano, indicam que a dívida pública dos Açores, direta e indireta, nos termos do Sistema Contabilístico Europeu, representa apenas 19% do nosso nível de produção (PIB), enquanto no país ultrapassa já os 128% do

PIB, ou seja, comparando com o país, os Açores têm um nível de endividamento seis vezes inferior à média nacional em relação ao correspondente nível de produção.

Os valores foram confirmados, também recentemente, pelo Tribunal de Contas, que revalidou os montantes apresentados pelo Governo dos Açores.

Longe vão, por isso, os tempos em que o montante da dívida era objeto de dúvida, de suspeição, levando alguns a anunciar, no habitual frenesim pré-eleitoral, valores de dívida pública que afinal – veio a confirmar-se – eram mais de quatro vezes inferiores às suas fantasias.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

O Orador: Foi mais uma vã tentativa dos mesmos protagonistas de, querendo atacar o Governo, tentarem prejudicar os Açores e os açorianos.

Vozes de alguns Deputados do PS e do Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas, felizmente, não conseguiram. A verdade, como sempre, veio ao de cima e todas as entidades nacionais e internacionais confirmaram, de forma sistemática, a realidade das finanças públicas regionais apresentadas pelo Governo dos Açores.

Ainda recentemente o Tribunal de Contas confirmou que a Região tinha reduzido o seu endividamento líquido em 87,8 milhões de euros no último ano e, ainda mais importante, tinha cumprido integralmente o equilíbrio orçamental de acordo com a lei de enquadramento orçamental.

Também na passada sexta-feira o relatório de execução orçamental do Ministério das Finanças, confirmou esta realidade, ao quantificar que o défice registado até outubro no país foi de 5.428 milhões de euros e na Madeira 747 milhões, enquanto o mesmo documento referia que os Açores registava um equilíbrio orçamental, o que reforça a convicção já demonstrada pela Comissão Europeia de que os Açores vão este ano não só cumprir as suas metas

orçamentais, como vão conseguir melhores resultados do que aqueles com que se tinham comprometido e aqueles que tinham sido aprovados nesta Assembleia.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: É uma boa notícia para os Açores. A dimensão dos números e a diversidade das entidades que os validaram falam por si.

Mas o Governo dos Açores não encara a sustentabilidade e o equilíbrio das finanças públicas regionais como o seu objetivo final,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ...mas sim como um instrumento que nos permite reforçar e consolidar uma via para apoiar os açorianos.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Para o Governo dos Açores, os açorianos não são números ou estatísticas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estatísticas não há!

O Orador: Não reduzimos a política à dimensão de uma folha de cálculo, mas utilizamos, sim, o rigor e o equilíbrio das nossas finanças públicas para reforçar o apoio aos açorianos e desenvolver os Açores.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Ao contrário de outros, queremos partir do equilíbrio das finanças públicas para poder apoiar mais as famílias e as empresas e não conseguir o equilíbrio das finanças públicas à custa do sacrifício dos açorianos.

A adoção de políticas de apoio às famílias e às empresas, duramente atingidas por medidas de grande austeridade impostas a todos os portugueses pelo atual Governo da República, tem sido possível, nos Açores, exatamente pela sustentabilidade das finanças públicas regionais.

Em 2014 utilizaremos o máximo permitido na lei na redução fiscal em sede de IRS, IRC e IVA, possibilitando assim que as famílias açorianas recebam mais

46 milhões de euros de rendimento líquido do trabalho do que se vivessem no continente ou na Madeira, ou que paguem menos 64 milhões de euros na aquisição de bens e serviços consumidos na Região do que se o fizessem no resto do país.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é verdade!

O Orador: É esta via açoriana que permite também que os funcionários públicos nos Açores tenham uma remuneração complementar que representa um acréscimo de rendimento de 19 milhões de euros face ao rendimento que teriam no restante território nacional, que os pensionistas beneficiem de um acréscimo de 25 milhões de euros na sua pensão do que aquele que teriam se vivessem no continente ou na Madeira, ou que tenham um apoio adicional de 9,5 milhões de euros no apoio social, como, por exemplo, na aquisição de medicamentos e no abono de família, entre outras medidas, do que teriam se vivessem no resto do país.

É também a via açoriana que construímos que assegura às nossas empresas mais 43 milhões de euros de proveitos resultantes da menor incidência do IRC e de impostos especiais sobre o consumo e que garante aos açorianos que possam pagar, no próximo ano, menos 30 milhões de euros em combustíveis do que aquele que pagariam no restante território nacional.

Estas medidas – a via açoriana que construímos e reforçamos – asseguram, só no próximo ano, apoios e benefícios às famílias e empresas açorianas de mais de 230 milhões de euros que não teriam se vivessem na Madeira ou no continente português.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: Alguns dirão, como sempre, que 230 milhões de euros é pouco e que querem mais, mas são os mesmos que, quando tiveram maioria nesta Assembleia, sempre inviabilizaram estas medidas...

Deputado Francisco César e Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ...e que, quando estão no Governo na República, cortam exatamente naquilo que o Governo dos Açores cria e reforça.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro) e Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Esta via açoriana é um património dos açorianos que foi criado e consolidado pelos governos do Partido Socialista e que iremos, em 2014, não só manter, como reforçar nos limites dos nossos recursos e das nossas competências.

Sabemos que, em 2014, as medidas de austeridade já anunciadas pelo Governo da República irão trazer dificuldades acrescidas às famílias e às empresas açorianas.

Os açorianos sabem que combateremos mais esta adversidade, nos Açores, até ao limite das possibilidades financeiras e das prerrogativas constitucionais e estatutárias da Região.

Não desistimos nunca de contrariar esses efeitos negativos que nos chegam, nem deixaremos de tomar todas as medidas necessárias para continuar a assegurar o desenvolvimento sustentado da nossa Região.

É nossa tarefa, de todos os dias, fazer tudo o que for necessário para apoiar as famílias e as empresas açorianas, proteger o emprego e estimular a atividade económica.

Ao contrário do resto do país, a nossa preocupação não é a de retirar dinheiro às pessoas, diminuir regalias ou eliminar direitos...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: ... – queremos, sim, e na medida das nossas possibilidades, reforçar apoios, assegurar direitos, melhorar a qualidade de vida.

Deputado Ricardo Cabral e Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Foi por isso que, por exemplo, alargámos a abrangência e aumentámos significativamente a remuneração complementar aos funcionários públicos, ao mesmo tempo que mantivemos todo um plano de investimentos

públicos que, assim o esperamos, estimulará a atividade económica, criará emprego e dinamizará a economia.

Para o Governo dos Açores, os funcionários públicos não são um custo que importa diminuir ou um inimigo que urge combater.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Nos Açores, os funcionários públicos são um elemento essencial e imprescindível na melhoria da qualidade da prestação do serviço público que queremos continuar a empreender.

Deputados José Ávila e Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso, além de alargar e ampliar a remuneração complementar, não aplicaremos na Região o regime de mobilidade especial/requalificação profissional, nem procederemos ao despedimento de funcionários públicos e vamos continuar a efetuar todas as novas contratações ou renovações de contratos que sejam necessárias para assegurar um serviço público de qualidade e de proximidade e onde os funcionários se sintam como aliados e não como obstáculos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Para o Governo dos Açores, a qualidade da prestação das funções do Estado deve ser melhorada e aprofundada, e não destruída.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso, não aceitaremos que, sob a capa de pretensa reforma do Estado, se destrua um estado social que constitui a pedra basilar da nossa democracia e que demorou gerações a construir.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O orçamento que vos apresentamos ascende a 1.298,7 milhões de euros e, se excluirmos as operações extraorçamentais, o valor atinge o patamar de 1.116,5 milhões.

Este orçamento reforça significativamente a autonomia financeira da Região, aumentando em 20% o peso relativo das receitas próprias no total da nossa receita, passando a representar cerca de 60% no total da receita efetiva.

A despesa estimada para 2014 regista, de forma idêntica ao já verificado em 2013, um aumento do peso das despesas de investimento em detrimento das despesas de funcionamento.

A diminuição das despesas de funcionamento tem como principais responsáveis as despesas correntes, que registam um decréscimo de 3,5% face aos valores orçamentados para 2013, prosseguindo-se, desta forma, a política de contenção da despesa pública.

Destaca-se a forte representatividade das despesas em funções sociais, com uma dotação global de 676 milhões de euros, representando 62% na estrutura da despesa, evidenciando-se os setores da Educação e Saúde, para os quais serão canalizados 84% das verbas afetas às funções sociais.

O esforço de rigor e contenção da despesa corrente é ainda mais significativo quando as receitas correntes serão superiores em 126 milhões de euros às despesas correntes, o que representará um contributo decisivo para a Região poder manter estabilizado o investimento público e assim assegurar a concretização dos investimentos estratégicos previstos para esta legislatura.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: O valor do investimento público previsto para 2014 ascende a 656 milhões de euros, dos quais 428 milhões são financiados diretamente pelo Orçamento da Região.

A dotação financeira afeta ao objetivo “Aumentar a Competitividade e a Empregabilidade da Economia Regional” representa metade do valor global do investimento público e corresponde a 331 milhões de euros.

As áreas de intervenção que concretizam o objetivo de “Promover a Qualificação e a Inclusão Social” representam 24,4% do investimento e correspondem a um esforço total de 160 milhões de euros.

O objetivo de "Aumentar a Coesão Territorial e a Sustentabilidade" foi dotado com 162,9 milhões de euros, o que representa 25% do valor global do investimento público.

São estas as nossas prioridades estratégicas, que definimos de forma clara e rigorosa nos documentos que vos apresentamos e que asseguram os investimentos do Plano Regional para 2014, com os quais esperamos provocar reflexos muito positivos na economia e, por consequência, na consolidação das empresas, na estabilização dos rendimentos das famílias e no combate ao desemprego.

Com o objetivo de dinamização de um desenvolvimento económico sustentável demos início à execução da Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial, desenvolvendo medidas de carácter estrutural, com as quais se pretende melhorar o nível de competitividade das empresas, proporcionar melhores condições de empregabilidade e, deste modo, impulsionar o crescimento da economia açoriana a médio e longo prazos.

Só nos primeiros dez meses implementámos já 41 das medidas da Agenda, o que representa uma execução de mais de 70% das medidas previstas lançar em dois anos.

Não obstante o abrangente e integrado leque de medidas inserido no roteiro para a competitividade e o emprego que constitui a Agenda Açoriana, sabemos que estamos perante desafios cujos resultados não são imediatos e necessitam da persistência e do envolvimento de todas as entidades públicas e privadas que atuam na esfera empresarial.

Vamos, por isso, e no âmbito de uma nova política de incentivos às empresas, conferir uma especial atenção aos projetos dirigidos à produção de bens transacionáveis inseridos em cadeias de valor associadas a recursos endógenos, a serviços de valor acrescentado e ao turismo, que corporizam as três grandes áreas temáticas de especialização que consideramos prioritárias para o nosso desenvolvimento: o setor agroalimentar, o turismo e a economia do mar.

Por outro lado, tendo em consideração o papel dinamizador que pode assumir o empreendedorismo qualificado e criativo, será reforçado o "Empreende

Jovem”, devendo-se igualmente apoiar as ações coletivas de estímulo ao empreendedorismo e particularmente de capacitação das infraestruturas de incubação de novas e inovadoras empresas.

No sentido de ajudarmos os nossos agentes económicos a ultrapassarem as principais barreiras à exportação, será criado um novo sistema de incentivos à exportação, com apoios ao fomento do comércio intrarregional e para as competências de exportação.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Estamos também a preparar a Marca Açores, com uma natureza transversal a toda a produção regional, no sentido de constituir uma marca global de referência, tendo em vista induzir valor acrescentado aos produtos e serviços açorianos e aumentar a respetiva penetração nos mercados interno e externo.

O desenvolvimento da economia açoriana terá de passar também por uma aposta clara no alargamento da base económica de exportação, substituindo progressivamente as importações e correspondendo, aliás, aos sinais positivos que as empresas ligadas ao setor exportador têm dado.

Em termos de resultados, e na sequência da implementação da Agenda Açoriana para a Competitividade Empresarial, conjugada com a execução dos sistemas de incentivos ao investimento privado, de onde se destaca o Empreende Jovem, e com o espírito de luta e a tenacidade do nosso tecido empresarial, os Açores são atualmente a região do país com maior incremento e renovação da sua estrutura empresarial.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Com efeito, de acordo com os dados oficiais recentemente revelados, por cada empresa que fechou nos últimos meses nos Açores foram criadas quatro novas empresas, sendo os Açores, este ano, a região do país onde, comparativamente, mais empresas foram criadas e iniciaram a sua atividade.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Este excelente indicador revela, por um lado, a adesão dos açorianos às medidas de estímulo à atividade económica incorporadas na Agenda, mas permite essencialmente perspetivar um efeito muito importante, a curto prazo, na dinamização da atividade económica e na criação de emprego, quando estas novas empresas e estes novos empresários concluírem os seus investimentos e as empresas que agora são criadas entrarem na maturidade da sua atividade empresarial.

Estamos, pois, a conseguir estimular a reestruturação e renovação da estrutura empresarial regional e, embora conscientes de que temos ainda um caminho longo a percorrer, estamos convictos de que iremos começar a sentir no curto prazo os benefícios desta nova dinâmica empresarial na economia açoriana e na sua capacidade de criar emprego.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Consciente das dificuldades atuais, o Governo Regional elegeram como desígnio o combate ao desemprego, não só criando um vasto conjunto de medidas de apoio ao tecido empresarial e de requalificação dos trabalhadores, como alocando a essas medidas o máximo de recursos possível.

Partilharam deste nosso esforço os mais de 1.000 açorianos que, através do programa Aquisição Básica de Competências, obtiveram a escolaridade mínima – o 4.º e o 6.º anos de escolaridade –, conferindo-lhes maiores possibilidades de acesso ao mercado de trabalho; os 419 jovens açorianos que, através do programa de integração de estágios, asseguraram emprego em empresas regionais após a conclusão dos seus estágios; os 200 açorianos que, com o apoio do programa Integra, foram contratados por empresas que aumentaram o seu quadro de pessoal; os 400 açorianos que foram reencaminhados através do programa Reativar Tecnológico para a aprendizagem de uma profissão que incentive a criação do próprio emprego ou empresa; os açorianos que já criaram o seu próprio emprego através do programa CPE Premium; os 514 açorianos que qualificámos com o 9.º ano de escolaridade através do programa Reativar e assim passaram a ter possibilidade de obter emprego; os 1.300 jovens açorianos que, após a conclusão da sua formação académica, estão a realizar estágios

profissionais que lhes permitem a inserção no mercado de trabalho com menor dificuldade; e os 700 açorianos que estavam desempregados sem direito ao subsídio de desemprego e que, com o apoio do programa Recuperar, estão agora a trabalhar em instituições sem fins lucrativos.

São estes, também, alguns dos resultados da implementação da Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial.

Em conjunto com as medidas específicas de apoio às empresas para a manutenção e/ou criação de postos de trabalho, estamos em presença de um grande esforço, que permitiu minimizar os efeitos nefastos, na economia da região, das medidas de austeridade impostas pela República.

Apesar de todo esse esforço, que assegurou que mais 2.500 açorianos obtivessem emprego só nos últimos seis meses, não estamos satisfeitos com os resultados, sobretudo atendendo ao aumento exponencial da população ativa verificado no mesmo trimestre.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É preciso descaramento!

O Orador: Não estamos satisfeitos – porque cada desempregado é um problema que nos exige uma solução, que queremos dar.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Os açorianos desempregados não são números, são pessoas que merecem uma resposta eficaz e rápida.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O número não interessa!

O Orador: Os açorianos desempregados não são uma estatística, são vidas a que urge dar mais sentido.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Os açorianos desempregados não são arma de arremesso político, são famílias que merecem ter um futuro melhor e cujos sonhos urge concretizar.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Os açorianos desempregados são, por tudo isso, a nossa principal prioridade e a promoção da criação de emprego constitui o fundamento das nossas políticas públicas de investimento.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

No entanto, não podemos deixar de lamentar que esta questão seja utilizada, sem qualquer pudor, por quem apresentou como única solução para a criação de emprego a prospeção de petróleo nos Açores, desmerecendo, desvalorizando e ignorando os esforços dos próprios trabalhadores açorianos e das empresas, uns e outros apostados, como se tem visto, em melhorar as suas aptidões e qualificações.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Quem vem falar de população ativa e diz uma coisa dessas!

Deputado Jorge Macedo (PSD): É verdade!

O Orador: Exige-se de todos uma ação mais proactiva na proposição de políticas, de medidas e de sugestões que contribuam positivamente para a prospeção, não de produtos petrolíferos, mas de soluções para os problemas dos Açores e dos açorianos.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: É com esse espírito positivo, de puxar os Açores para cima, que o Governo Regional tem vindo a implementar medidas, a montante e a jusante, para combater o problema do desemprego.

Para o efeito, reforçaremos em 100 milhões de euros as dotações disponíveis no próximo Quadro Comunitário de Apoio para o financiamento dos programas de promoção do emprego.

O acesso e integração sustentável dos jovens no mercado de trabalho, a criação do próprio emprego e o empreendedorismo são prioridades do Governo dos Açores.

No próximo ano vamos reforçar o apoio aos estágios profissionais; ajudar à contratação de jovens pelas empresas após a conclusão dos estágios; incentivar e apoiar a criação de novos postos de trabalho pelas empresas; estimular a adaptação de trabalhadores, empresas e empresários à modernização e inovação; incentivar a inclusão ativa; apoiar a economia social e as empresas sociais; combater o abandono escolar precoce e qualificar os jovens açorianos

com dificuldade de empregabilidade; e promover o acesso à aprendizagem ao longo da vida e a atualização das aptidões e das competências dos açorianos desempregados.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os fundos comunitários têm, e continuarão a ter, uma função muito relevante em todo o processo de financiamento do investimento público que se realiza na Região.

Continuamos a ter nos Açores as mais elevadas taxas de aproveitamento destes fundos comunitários, o que dá nota da nossa capacidade de organização, de programação e de execução de projetos de investimento elegíveis aos regulamentos que estruturam a aplicação daqueles financiamentos.

O tempo atual é também de preparação do próximo período de programação, que decorre entre 2014 e 2020.

É o que temos feito, de forma efetiva e participada, após termos concluído com sucesso o processo negocial que assegurou não só manter como reforçar os fundos comunitários para os Açores até 2020, sinalizando as prioridades que definimos para este novo período de programação.

Se a calendarização proposta for cumprida pelo Estado português podemos, se todos cumprirem a sua parte – e o Governo Regional está a cumprir a sua –, beneficiar dos primeiros fluxos financeiros, dos 1.548 milhões de euros que conseguimos canalizar para os Açores, já na segunda metade do próximo ano.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Reafirmamos, sem hesitações, o firme propósito de tudo fazer, no limite das nossas competências e dos nossos recursos, para apoiar as famílias e as empresas açorianas.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: O Governo dos Açores também assume, com humildade, que pode ter errado quando procurava não errar...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ...e pode não ter feito tudo quanto pretendia fazer,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas não fez!

O Orador: ... mas não aceita dar por perdida nenhuma de todas as batalhas que tiverem de ser travadas pelos Açores e pelos açorianos.

Deputados Berto Messias e Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Todos temos consciência de que atravessamos tempos difíceis, tempos em que é fácil apontar o que, porventura, estará menos bem e mais difícil a procura de consensos que conduzam à ultrapassagem dos problemas e à retoma do caminho de desenvolvimento.

Mas é isso que nos importa. É isso que importa aos açorianos. É isso que nos deve mover a todos e exigir o melhor de todos.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Muito mais importante que sentidos de voto – que não influenciam em nada a viabilização dos documentos que hoje vos apresentamos –, o que pretendemos é que todos possam contribuir de forma rigorosa, ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... construtiva e dando o melhor do seu esforço, para construirmos documentos ainda melhores...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que grande democrata!

O Orador: ... e que correspondam ainda mais às necessidades dos açorianos. Os açorianos não compreenderão quem se abstenha de apresentar alternativas, quem se abstenha de propor soluções ou quem se abstenha de ter ideias.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): *É à la palisse!*

O Orador: Nem os açorianos aceitarão quem pretenda desresponsabilizar-se das suas obrigações abstendo-se.

(Risos do Deputado Jorge Macedo)

Os nossos empresários, as nossas instituições, a nossa juventude, os nossos idosos e as nossas crianças merecem ter confiança no futuro.

Nós todos temos a responsabilidade de demonstrar que somos capazes de ultrapassar as dificuldades, sejam elas de que naturezas forem.

Porque os Açores, minhas senhoras e meus senhores, como escreveu o Professor Doutor António Machado Pires (cito): “(...) precisam sobretudo de homens com uma vasta,...

Deputada Zuraida Soares (BE): E mulheres! Já agora!

O Orador: ...tolerante e inteligente compreensão do mundo, que hoje é cada vez mais dramaticamente igual nas suas formidáveis desigualdades.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Essa parte é verdade!

Deputado Luís Garcia (PSD): Nem lhe fica bem dizer isso!

O Orador: E a única maneira de superarmos as nossas perigosas dificuldades e de valorizarmos as nossas diferenças parece-nos ser a consciência, a força dos homens inteligentes, tolerantes e trabalhadores que queiram com seriedade construir os Açores do futuro, a partir do muito que já foi feito.” (fim de citação).

É por isso que nós não baixamos os braços e vamos continuar a trabalhar para ganhar o futuro da nossa terra!

Disse!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

A Mesa já tem inscrições para esta fase de esclarecimentos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós vivemos tempos muito difíceis. Tempos que afetam especialmente as nossas famílias e as nossas empresas. Tempos que convocam todo o nosso

trabalho, todas as nossas forças para conseguir fazer que os efeitos da crise e das medidas de austeridade que vieram de fora possam ter um menor impacto junto das nossas famílias.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Nós necessitamos de agir. Nós vivemos um tempo que convoca todas as nossas forças para terem ambição, para trabalhar a favor dos açorianos.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Nós não desconhecemos a realidade. Nós sabemos as dificuldades por que passam muitas famílias que, fruto das medidas de austeridade, têm vindo a diminuir o seu rendimento disponível e por isso têm dificuldades em conseguir cumprir os seus compromissos do dia-a-dia.

Nós conhecemos as dificuldades de muitos agregados cada vez maiores com reformados, com crianças, com desempregados que em virtude disso têm enormes dificuldades em conseguir cumprir os seus objetivos.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Nós sabemos também das empresas que, fruto da diminuição do consumo interno, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora aí está! Muito bem lembrado!

O Orador: ...que fruto da escassez do crédito, que fruto também das dificuldades que têm para conseguir manter os seus postos de trabalho, têm o seu dia-a-dia muito complicado e por vezes são obrigados a fechar.

Mas o Partido Socialista e o Governo do Partido Socialista afirmam aqui que não se conformam, que há um trabalho que deve ser feito ao nível da compensação das medidas que vêm de fora, que é um trabalho estrutural que também deve ser feito ao nível de conseguir trabalhar e reestruturar a nossa economia enquanto essa agenda compensatória é feita. Mas o trabalho que tem de ser feito não pode ser apenas liderado pelo Partido Socialista e pelo seu Governo. O trabalho que tem de ser feito, que deve ser feito, deve também ser acompanhado por toda a sociedade civil, por todas as açorianas e açorianos e por todos os partidos aqui representados. Eles também fazem parte da nossa

democracia, fazem parte do processo de decisão, fazem parte do processo de trabalhar a favor dos açorianos.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso, a responsabilidade que nós temos, a responsabilidade de ter mais ambição, tem de ser uma responsabilidade que seja concretizada. Tem de ser uma responsabilidade que tenha apenas uma cara.

Nós não podemos ter alguma oposição que, por um lado, defende medidas para o emprego lá fora e junto da comunicação social, mas a única medida que tem para apresentar para retirar os jovens do desemprego seja a prospeção de petróleo nas costas dos Açores.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Nós não podemos ter uma oposição que venha dizer que nós temos imensas dificuldades económicas e muitos compromissos para cumprir no nosso orçamento fruto de investimentos que fizemos no passado, como as SCUT's, mas no passado tenha sido esta oposição que tenha dito que nós não precisávamos de uma SCUT, precisávamos de duas, de três, de quatro SCUT's para podermos desenvolver as nossas ilhas.

Nós precisamos de uma oposição que seja responsável e não venha criticar, não venha aqui, neste plenário, dizer que nós precisamos e defendemos as 35 horas, que somos contra as 40 horas, mas os seus Deputados na Assembleia da República vão votar a favor destas mesmas 40 horas.

Nós necessitamos, portanto, de responsabilidade e é este o apelo que o Partido Socialista faz a toda a nossa oposição: para que proponham, não por querer fazer mais, não por apenas ser mais, mas sim pelos efeitos que estes podem ter junto dos açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor não tem respeito nenhum pela oposição! Acabou de dizer que o voto da oposição não serve para nada!

O Orador: Nós não temos recursos ilimitados. Os nossos recursos são escassos e bem geridos. Nós sabemos as dificuldades por que passam, no dia-a-dia, as nossas empresas públicas e as nossas próprias finanças para conseguir cumprir os seus compromissos e temo-lo feito com responsabilidade.

Por isso, (tivemo-lo no passado, como diz o próprio relatório do Tribunal de Contas) nós tivemos e cumprimos a lei de enquadramento orçamental relativamente ao equilíbrio orçamental que lá era previsto em 2012. Nós temos receitas fiscais que são maiores.

Isto importa também perguntar ao Governo: o propósito e a vitória que nós conseguimos em 2012, de cumprir o equilíbrio orçamental previsto na lei de enquadramento orçamental em 2012, em 2014 serão cumpridos?

As receitas fiscais que nós temos disponíveis conseguirão suportar aquela que é a nossa agenda compensatória?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, muito obrigado pela oportunidade que me dá de falar neste momento.

Queria dizer no debate e no encerramento destes debates do Plano e Orçamento para este ano que há um ano, há meio ano aliás, em março, afirmei aqui, nesta Assembleia, que os Açores viviam numa situação de grande emergência social. De lá para cá a situação agravou-se. Hoje há mais açorianos desempregados do que no início do ano, há mais empresas em dificuldades, há mais famílias a passar grandes necessidades.

Disse, nessa altura, há meio ano, que era obrigação dos partidos aqui representados saberem colocar as divergências de lado, ultrapassar desconfianças e encontrar caminhos e soluções que ajudassem a resolver os problemas. Meio ano depois aqui estamos.

Se a crise era grande em março, ela agora é absolutamente avassaladora.

Os açorianos não se podem queixar dos partidos da oposição, mas estão seguramente desiludidos com um Governo que prometeu melhor, mas tem vindo a fazer sempre pior.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Hoje há 21.545 açorianos sem trabalho. A fome é um problema nas nossas ilhas que já ninguém tem coragem de negar. As famílias estão sufocadas com a austeridade nacional e com a austeridade regional, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... austeridade que o Governo Regional nega todos os dias, mas que já não consegue esconder.

Se aos milhares de açorianos desempregados somarmos também os muitos milhares que se encontram numa situação de subemprego, não é difícil concluir que os Açores estão a viver um cataclismo nunca visto na sua história da autonomia.

Ao drama de 40% de jovens desempregados, temos que somar a desesperança de todos aqueles que vivem na inquietação do dia em que vão terminar os seus estágios.

Deputados Bruno Belo e António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: Minhas senhoras e meus senhores, aqui está por isso o PSD-Açores, mais uma vez, ao lado dos açorianos que estão preocupados e que sofrem.

Como tive a oportunidade de anunciar antecipadamente, o PSD-Açores vai abster-se na votação dos documentos elaborados pelo Governo...

Deputado José San-Bento (PS): É a incoerência do PSD!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E é isso que assusta o PS!

O Orador: ...e apresentar propostas que sinalizam outras opções.

Entendemos que é essencial reforçar os apoios aos mais fragilizados. Não podemos virar as costas a quem sofre.

É por isso que propomos o aumento dos complementos de pensão e de abono de família. Tratam-se de medidas que pretendem ajudar cerca de 70 mil açorianos, aqueles que mais preocupações têm e mais sofrem.

Numa região onde o Governo é o único que engorda com a austeridade, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: ... é justo que parte desse resultado reverta para os açorianos que mais são penalizados.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: O orçamento que o Governo Regional apresenta não é o orçamento do PSD-Açores, nem aquele que o PSD-Açores apresentaria aos açorianos para ultrapassar tão difícil momento.

Temos dúvidas até que este seja o orçamento que os Açores precisam nesta altura, mas não é ao PSD-Açores, nem aos outros partidos da oposição, que compete governar.

O orçamento que o Governo Regional aqui hoje apresenta destina-se mais a pagar investimentos do que a pensar em investimentos do futuro. É um orçamento a pensar na pesada herança que os socialistas deixaram a si próprios.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Durante os próximos dias é ao Governo Regional que compete apresentar aqui os resultados da sua governação, mostrar efetivamente que está mais preocupado com os açorianos do que com os partidos da oposição.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Fazer um esforço, da parte do Governo Regional e do Partido Socialista, para focar as suas preocupações, os seus esforços, na resolução de problemas de muitos que até são vítimas da governação socialista e não usar

esses esforços para retórica agressiva e atentatória contra os partidos da oposição.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: É ao Governo que compete explicar por que é que a propaganda diz todos os dias uma coisa, que a região está melhor...

Deputado Francisco César (PS): É só criticar!

O Orador: ...e na realidade parece que todos os dias os açorianos estão piores. É ao Partido Socialista que compete explicar por que é que a Agenda para a Competitividade e Emprego (é bom lembrar e sublinhar todos os dias que teve contributos do Partido Social Democrata dos Açores, mas também de toda a oposição), por que é que esta Agenda, que teve contributos de toda a gente, parece que não está a dar os resultados mais corretos e isso depende meramente da execução das propostas que muita gente e tantos partidos fizeram ao Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Telefone ao Governo da República! Não tem nada a ver com o Governo da República! Nada a ver!

O Orador: Podem os partidos da oposição apresentar muitas propostas, podemos estar aqui todos de acordo, mas é o Partido Socialista que governa, ...

Deputado José San-Bento (PS): Ainda governa!

O Orador: ... é ele que tem de apresentar os resultados e é ele o responsável por estes resultados.

Por nós, pelo PSD-Açores, cá estaremos ao lado dos açorianos como sempre, para sinalizar as ineficiências do Governo Regional, mas também para apresentar alternativas. Nesse aspeto não faltaremos às nossas responsabilidades.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, não será o único momento, mas numa coisa estamos de acordo. “Não estamos satisfeitos”, disse o Sr. Vice-Presidente daquela tribuna.

Não estamos, não! Nem o Governo Regional, nem o Bloco de Esquerda Açores, relativamente à situação que se vive nesta região. Não estamos satisfeitos quando o dizemos, ao contrário daquilo que o Sr. Vice-Presidente insinuou. Não é por ser fácil, é por ser obrigatório dizê-lo dentro desta casa.

Neste momento, a política do Governo Regional é claramente, aos olhos de todos os açorianos e açorianas, um fracasso sobre vários pontos de vista.

Deputado José San-Bento (PS): Isso não é verdade!

A Oradora: Desde logo, porque não tem alcançado os objetivos que reiteradamente se tem proposto e reafirmado nesta casa. Estamos hoje nos Açores confrontados com o crescimento do desemprego acima de qualquer região do país. Já fomos a segunda região do país com menos taxa de desemprego. Neste momento, somos a segunda com a maior taxa de desemprego.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: A pobreza, quer a quantificada, quer a não quantificada, não pára de crescer. Não é o Bloco de Esquerda que o diz, basta ouvir as declarações da Cáritas, da igreja dos Açores, das instituições de solidariedade social, das misericórdias e ouvi-las dizer como hoje se recorre à sopa dos pobres e como esta corrida tem aumentado na nossa região. Esta é a realidade.

Com agendas, sem agendas, ou com qualquer outro tipo de políticas e não é possível escamoteá-la. É por isso que nós não estamos satisfeitos.

Este orçamento, para o Bloco de Esquerda, é a continuidade destas políticas do passado. Vai exatamente no mesmo caminho e para nós são precisas medidas de

ataque, corajosas, anti cíclicas, a sério, evidentemente naquilo que ao Governo Regional é possível, porque estamos a falar de um Governo Regional e não lhe é possível fazer tudo, mas é possível fazer muito mais, sobretudo num ano em que os açorianos e açorianas vão pagar mais impostos do que alguma vez na sua história, não só por via dos impostos, impostos pelo Governo da República em 2013, como por via da diferença da diminuição do diferencial através da Lei das Finanças Regionais.

Mas Sras. e Srs. Deputados e Sr. Vice-Presidente, queria lembrar-lhes uma coisa. Há dois anos e meio o Bloco de Esquerda chamou aqui, nesta casa, a atenção para o que aí vinha através da revisão e da alteração da Lei das Finanças Regionais e como essa revisão iria cair em cima dos bolsos dos açorianos e açorianas.

A resposta do Governo Regional, a resposta do Partido Socialista, nessa altura foi de que era convicção de todos que a revisão da Lei das Finanças Regionais só iria trazer umas meras alterações normativas. Não era verdade nessa altura e a prova é que agora estamos com os impostos e com um aumento de impostos em cima da nossa cabeça.

Portanto, os apoios às empresas, Sr. Vice-Presidente, deixe-me que lhe diga com toda a sinceridade (e nós temos lutado todos nesta casa), já deram o que tinham a dar e a prova de que deram o que tinham a dar é que o desemprego não pára de aumentar nesta região.

Então o que é que é preciso?

É preciso dar força ao mercado interno. É preciso dinamizar o mercado interno e o Bloco de Esquerda tem apresentado nesta casa propostas com esse desiderato que têm sido olímpicamente chumbadas pelo Partido Socialista.

Como ainda agora dizia o Sr. Vice-Presidente (e bem!), os açorianos também não compreendem...

Deputado José San-Bento (PS): As propostas demagógicas e irrealistas!

A Oradora: ...que o Partido Socialista chumbe propostas apresentadas nesta casa, como por exemplo o plano de reabilitação público e privado a sério, com

verbas que o tornem eficaz, com verbas que lhe permitam alcançar os resultados a que se propõe, que é salvar empresas da falência e é criar postos de trabalho.

Os açorianos não compreendem que o Partido Socialista e o Governo Regional não aceitem o aumento do acréscimo regional ao salário mínimo nacional, quando na República, o Partido Socialista defende este aumento; os açorianos e açorianas também não compreendem que os aposentados, os idosos da nossa região, que ganham as pensões de miséria que ganham, a maior parte delas abaixo do salário mínimo regional, tenham um aumento de 1€ neste Plano e Orçamento. Isto, Sr. Vice-Presidente, é vergonhoso, ...

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade, Sra. Deputada!

A Oradora: ... sobretudo porque vem de um Governo de um Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Deputado Berto Messias (PS): Bom é cortar!

A Oradora: É preciso dizer aos aposentados e aposentadas desta região que o aumento é de 1€ por mês. A proposta do Bloco de Esquerda, insistimos nela, é de 15€ por mês. Quinze euros para as pensões abaixo do salário mínimo regional. Não é só para dignificar as pessoas, é porque o mercado interno ou é dinamizado, ou não há medida de apoio às empresas, por mais que se multipliquem, que possa salvar a economia desta região, os postos de trabalho e as pessoas da pobreza permanente em que estão a cair.

Obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Agora tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: Sr. Vice-Presidente, neste período de esclarecimentos dizer que ouvi atentamente a sua intervenção e gostaria de lhe colocar algumas questões. Farei uma intervenção de tribuna a seguir, mas neste momento gostaria que o Sr. Vice-Presidente me esclarecesse algumas questões que dali de cima o senhor falou.

Em primeiro lugar, sobre a marca Açores, Sr. Vice-Presidente.

Que iniciativas vão ser tomadas para efetivamente implementar definitivamente esta marca Açores como identitária dos Açores e da realidade açoriana, sob pena de se estar a falar da marca Açores já algum tempo e ela tornar-se uma marca bolorenta que quando aparecer já não tem impacto, nem significado nenhum?

Portanto, qual é a medida que se vai tomar agora, neste orçamento, ou neste ano de 2014, que seja diferente das que se têm anunciado nestes anos até agora?

Depois, sobre as exportações.

É curioso, Sr. Vice-Presidente, e gostaria que me explicasse também, que na República que tanto se fala na crise, na austeridade pesada que existe e nas dificuldades todas que o país passa, as exportações aumentaram substancialmente e de forma muito positiva.

Gostaria de saber, na Região Autónoma dos Açores, como correram as exportações. Se aumentaram, se diminuíram, quais são as previsões.

Quando o Sr. Vice-Presidente fala em base económica das exportações, quer aumentar essa base económica, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Alargar!

O Orador: ... alargar, o que é que exatamente quer dizer com isso (com certeza, nessa matéria, especificando qual o nosso setor exportador, já que se enquadra naquilo que o Sr. Vice-Presidente falou da indústria agroalimentar, ou na produção agroalimentar)? Como dizia também o Sr. Presidente do Governo um destes dias, “é preciso que os Açores façam diferente dos outros para serem melhores que os outros”.

Deputado José San-Bento (PS): Faça melhor!

O Orador: Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, qual é o caminho?

O que é que vamos fazer diferente dos outros?

É, por exemplo, diluir um produto excepcional que é o queijo de São Jorge no meio de 10 queijos numa cooperativa?

Isso é fazer diferente?

É diluir, por exemplo, o nosso atum noutro mercado qualquer sem nenhuma justificação?

É isso?

O que é que se quer dizer com indústria agroalimentar?

Porque a nossa pequena indústria foi desaparecendo quase toda, senão toda.

O que é que vamos fazer diferente?

É isso que interessa ir esclarecendo aos açorianos.

Sr. Vice-Presidente, finalmente há aqui um paradoxo que não entendo também, nem o CDS percebe. O senhor disse dali que por cada empresa que fecha nos Açores são criadas 4 empresas.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não sou eu que o digo. É a estatística!

O Orador: É a estatística! Então, Sr. Vice-Presidente, por que é que a estatística não diz que o desemprego diminui se há o aumento de mais empresas...

Deputado Francisco César (PS): Mas há a criação de emprego!

O Orador: ...e por que é que o desemprego efetivamente é, neste momento, de 17%, o mais alto do país, com essa criação toda de empresas?

Neste momento, eram só esses os esclarecimentos que queria colocar ao Sr. Vice-Presidente.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As intervenções que me antecederam partem de um princípio errado.

Nós não estamos isolados nem da nossa economia de referência portuguesa, nem da nossa economia de referência europeia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os esclarecimentos são para o Sr. Vice-Presidente!

O Orador: Nós sempre dissemos que neste contexto global as boas políticas de um país ou de uma região não conseguem contrariar os efeitos nocivos das más políticas da nossa economia de referência.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa parte o senhor tirou de um discurso do seu paizinho!

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: É verdade! Mas o mínimo que se pode exigir aos responsáveis políticos do continente que nos governam é que quando os responsáveis europeus nos tentam impor uma política que nos penalize aquilo que eles digam e aquilo que eles vão responder a essas entidades europeias é que a política nos deve penalizar ainda mais.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Da mesma maneira e com o mesmo entusiasmo que o Governo da República penaliza os portugueses, a nossa obrigação, do Partido Socialista, é com o mesmo entusiasmo tentar proteger, tentar atenuar os efeitos destas políticas nos Açores, mas nós fazemo-lo com responsabilidade, ...

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... nós fazemo-lo na medida das nossas possibilidades. Nós temos agido e temos convidado a oposição, o Partido Social Democrata, o CDS-PP, o PCP, o Bloco de Esquerda e o PPM, a estarem connosco e ajudarem a atenuar estas dificuldades, mas com responsabilidade, não na lógica de que o consenso é uma inevitabilidade em si, porque é algo que nos difere nas nossas convicções. Nós devemos encontrar um meio-termo onde nos podemos encontrar e agir. Nós não podemos apenas propor por propor, nós não podemos apenas propor para ser mais do que o outro. Nós temos que responder aos açorianos naquelas que são as suas expetativas, naquelas que são as suas necessidades, mas com responsabilidade e não dizendo, como diz o PSD, que toda a culpa do que se passa nos Açores é da responsabilidade de governos do Partido Socialista.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Há que ter um discurso de responsabilidade, até porque a agenda do Governo dos Açores para a criação de emprego, apesar das dificuldades e apesar das más medidas do continente, tem vindo a criar mais emprego.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Este é um facto estatístico. Nós temos vindo a criar mais emprego.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: As nossas políticas também têm vindo a criar mais empresas, mas nós sabemos que no meio das dificuldades é muito complicado nós conseguirmos bons resultados, mas nós também não podemos sempre que sai uma estatística tentar tirar proveito dela por forma a ter proveitos políticos.

A verdade deve ser dita e deve ser verificada com as tendências que essas mesmas estatísticas nos têm trazido.

Nós já fomos a segunda pior taxa de desemprego do país. Nós já fomos a segunda melhor taxa de desemprego do país. Neste momento temos um resultado que também não nos é muito favorável, mas no que nós todos nos devemos concentrar, mais do que estar aqui a tentar tirar proveitos políticos e a atirar as culpas para o Governo do Partido Socialista, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Atirem lá as culpas para o Governo da República!

O Orador: ... é dizer nós estamos todos unidos na defesa dos Açores e dos açorianos.

É este o compromisso do Partido Socialista e é isso que nós esperamos da nossa oposição.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas algumas considerações sobre a intervenção de apresentação feita pelo Sr. Vice-Presidente e até vou começar por dizer-lhe que estou de acordo com algumas das questões que colocou, designadamente em relação às diferentes responsabilidades que existem e que colocam a região e o país na situação difícil em que estamos.

Efetivamente o Governo da República tem fortes responsabilidades sobre a situação que se vive também aqui na região, porque nos afeta diretamente, uma vez que nós, enfim, pertencemos a esta formação social e política que se chama Portugal. Portanto, somos influenciados pelas medidas que são tomadas pela República.

No que concerne, Sr. Vice-Presidente, à Lei das Finanças Regionais, se o Sr. Vice-Presidente tem razão quando diz que diminuem as transferências (e diminuíram as transferências) e que há aqui um aumento de impostos e que esse aumento de impostos não compensa, isso é verdade. Mas não é menos verdade, Sr. Vice-Presidente, que o Partido Socialista subscreveu o memorando de entendimento em conjunto com o PSD e o CDS-PP.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É falso!

Deputado José Ávila (PS): Quantas vezes é que eu já ouvi isto?!

O Orador: Portanto, é bom que não nos esqueçamos que a responsabilidade, essa responsabilidade, também cabe ao Partido Socialista.

Há um outro aspeto que eu também gostaria de referir e que considero que é importante: o facto de se dar uma particular atenção ao setor das exportações na Região Autónoma dos Açores com a criação de um conjunto de medidas e de apoios para o fomento da exportação que é fundamental para a criação de riqueza, para a criação de emprego. Mas, Sr. Vice-Presidente, gostaria que essa mesma atenção fosse dada em sede de Orçamento e Plano à redução das importações, o que quer dizer, ao fomento de um verdadeiro mercado interno de modo a que as importações possam vir a diminuir.

Sr. Vice-Presidente, há uma outra questão que gostaria de tecer algumas considerações e que tem a ver com o seguinte. Independentemente da abordagem que se possa fazer relativamente à situação económica e social na

região que é da responsabilidade da macropolítica nacional, mas também é da responsabilidade do Governo da Região Autónoma dos Açores, há aqui questões que nós não podemos escamotear e que temos de olhar para elas e por parte do PCP o desafio que V. Exa. fez está aceite.

Nós temos um conjunto de propostas agora em sede de Plano e Orçamento, mas também temos vindo ao longo desta legislatura e das legislaturas anteriores a dar os nossos contributos, na medida da nossa dimensão e da matriz ideológica e dos interesses de quem aqui representamos, que são os interesses dos trabalhadores e do povo açoriano. Temos vindo a dar esses contributos e o desafio está aceite e temos um conjunto de propostas que agora não me irei referir a elas, mas que penso que já são do conhecimento público e, portanto, não vale a pena, nesta primeira intervenção, estar a referir-me a elas, mas visam no essencial introduzir um fator de rutura relativamente a um determinado modelo, porque, Sr. Vice-Presidente, só é possível evitar a falência de empresas ...

A verdade é que em 2012 faliram mais de 90% de empresas do que tinham falido em 2011 e a verdade é que o desemprego aumentou para níveis assustadores. São mais de 18 mil açorianos em situação de desemprego, atendendo aos números do Instituto Nacional de Estatística, mas se atendermos a outros dados facilmente constatamos que esse número ultrapassa claramente os 35 mil açorianos sem emprego. Se considerarmos ainda que mais de 50 mil açorianos vivem com menos de 400 € por mês, isto é, abaixo do limiar da pobreza que se situa nos 432 €, temos aqui uma situação de facto dramática à qual é preciso atender e o PCP está disponível para encontrar soluções que deem o devido atendimento a esta situação, a esta difícil situação social e económica que vivemos, mas para isso é preciso que haja algum sinal de rutura com um determinado modelo que tem sido implementado na região, designadamente pelos governos do Partido Socialista, para que se atenda efetivamente àquilo que é importante e que é uma mais justa e equitativa distribuição do rendimento. O trabalho tem sido desvalorizado e é necessário atender a isto.

Reconheço que há no Orçamento proposto por Vs. Exas. uma intenção clara de repor os cortes salariais de que a administração pública está a ser vítima pela República claramente, mas é preciso irmos mais além. É preciso, por exemplo, aprovar de uma vez por todas (e a proposta do PCP está a tramitar na Comissão de Economia) o acréscimo do salário mínimo regional. É necessário, é fundamental que as famílias açorianas disponham de mais rendimento para poder dinamizar o comércio interno e assim evitar ou travar este crescendo do desemprego, mas é também necessário encontrar outras formas para que as famílias tenham rendimento disponível e nós também temos vindo a propor e estamos a propor, por exemplo, que a fatura da eletricidade tenha um custo reduzido em 10%, de modo a que as empresas, a que as cooperativas, a que as famílias possam ter mais rendimento disponível, no caso das famílias e às empresas diminuir-lhes os custos de exploração de modo a dar-lhes mais sustentabilidade e a possibilidade de se manterem em atividade.

Portanto, Sr. Vice-Presidente, o desafio está aceite, pode efetivamente contar com o PCP, mas é necessário também que o Governo e o Partido Socialista deem sinais que querem romper com este modelo que tem vindo a ser seguido e de facto valorizar o trabalho e os trabalhadores de modo a que as famílias possam ter mais rendimento.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Contente tem a palavra.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pedi para intervir neste debate porque sendo o 18.º Plano a que assisto e participo, não poderia deixar de lamentar a posição sistemática (provavelmente é por isso que o PSD continua na mesma bancada) que tem sido assumida pelo PSD ao longo destes anos, mas neste ano com uma nova virtualidade. É que nós assistimos ao anúncio prévio de uma abstenção, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Por que será que o senhor está nessa bancada?

O Orador: ...seguido de propostas que imediatamente teriam que ser, de algum modo, vistas pelo Governo. Não me parece ser a melhor maneira de entabellar o diálogo e a necessidade dos consensos em períodos de crise e de emergência social.

Por outro lado, também me parece que o Governo dos Açores tem sido, desde há muitos anos, muito rigoroso e muito próximo das pessoas em matéria social e é por isso que a nossa região felizmente tem estado diferente do que acontece no todo nacional e já hoje aqui foi dito que nós já tivemos taxas de desemprego muito mais baixas do que na Madeira e no continente. É verdade!

Nessa altura elas nunca foram, que eu me lembre, valorizadas pela oposição. Era sempre da conjuntura e nunca era mérito das medidas do Governo. Nesta situação de uma taxa transitória homóloga lá vem o PSD com a sua habitual tirania política, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Espelho meu!... Espelho meu!...

O Orador: ... sob o ponto de vista de viver num estado que eu classificaria biologicamente de piranha política, tentar assacar ao Governo todos os males desta altura, mas é preciso que se saiba duas coisas.

Em primeiro lugar, o estado da região e o estado de esperança e confiança deste Governo Regional e desta maioria parlamentar continua a ser o estado de quem propõe, de quem acredita e de quem acha que o sofrimento não se faz com números, mas com propostas que, ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essencialmente os números!

O Orador: ... no próximo ano, acreditamos que vão ser melhoradas e é por isso que nós aqui também estamos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essencialmente os números!

O Orador: Queria dizer-vos que aqueles que tiveram grande gaudío pela taxa homóloga do desemprego nacional esqueceram-se dos números reais e os números reais são estes. De facto, foram criados no continente 48 mil empregos, nomeadamente nos serviços do turismo no Algarve, na Madeira e em Lisboa, mas destes 48 mil é preciso ver que 9 mil eram contratos a prazo,

portanto, precários, 17 mil por conta própria e 2.500 foram trabalhos para familiares sem remuneração, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor vem falar de trabalhos precários?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor enganou-se na Assembleia!

O Orador: ... mas também é preciso aduzir a estes termos outras coisas para desmistificar essas vossas boas taxas, que são o seguinte. Passaram para inativos, para a parte dos domésticos, 13 mil pessoas, reformados 22 mil, desistiram de procurar emprego 35 mil pessoas. Só aqui estão 60 mil pessoas que contariam os tais 48 mil empregos criados. Mas há mais!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vieram criar empresas para os Açores!

O Orador: Neste ano de 2013 partiram para o mundo da inatividade mais de 135 mil pessoas no continente e emigraram mais de 120 mil pessoas. Isto significa que (e muito gostam de falar de aviões!) nem um Airbus 340 dava para levar as pessoas todas do país, todos os dias, para fora.

A diferença dos Açores em relação ao continente é que nós aqui acreditamos, propomos medidas e os senhores regozijam-se por taxas de desemprego que significam emigração e inatividade. É essa a nossa diferença.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Seja sério!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Presidente do Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vai pedir esclarecimentos ao Sr. Vice-Presidente!

(*) Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra, porque nestas primeiras intervenções julgo que existem alguns aspetos pelos quais, pelo menos da minha parte, gostaria de participar na sua discussão, gostaria de participar no seu esclarecimento.

Em primeiro lugar, a ideia que aqui se tentou passar de que o Governo deve ser (vou utilizar a expressão inglesa) *a sitting duck*, ...

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD e da Deputada Benilde Oliveira)

... o que quer dizer que o Governo deve estar sentado aqui, todos os partidos da oposição hão de dizer do Governo aquilo que “nem Maomé disse do toucinho” e o Governo tem de ficar quieto. Não pode! Desenganem-se, porque isso não vai acontecer.

Deputado Luís Garcia (PSD): Quem é que disse isso?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ninguém quer isso!

O Orador: Portanto, o Governo vai também participar neste debate.

Primas donas da política e primas donas do debate parlamentar, tenho muita pena, mas não cabem aqui dentro, na minha opinião.

Em segundo lugar, nós não necessitamos dos partidos da oposição para conhecer a situação real que vivem as famílias e as empresas açorianas.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Olhe que não parece!

O Orador: Nós não necessitamos dos partidos da oposição para saber o que é que se passa nos Açores, ...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ...nem para conhecer os números do Instituto Nacional de Estatística.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pelos visto precisam da oposição para os lembrar!

O Orador: Nós já os conhecemos.

É um facto que esses dados são dados que o Governo conhece...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Diga isso ao seu Vice-Presidente!

O Orador: ... e os partidos da oposição quando dizem que o Governo deve estar mais preocupado com os açorianos do que com os partidos da oposição,

também é verdade que os partidos da oposição devem estar mais preocupados com os açorianos do que com o Governo.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tanta retórica, Sr. Presidente!

O Orador: Em terceiro lugar, a propósito de desculpas, ou de não desculpas, quanto a sentidos de voto. Há uma coisa que alguns partidos da oposição, 12 meses passados sobre as eleições, ainda não perceberam. O vosso sentido de voto não é o de desculpar ou não desculpar o Governo. Os açorianos há mais de 12 meses disseram: “Nós queremos que estes senhores do Partido Socialista...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está a mandar-nos embora?

O Orador: ... implementem um projeto para os Açores, nós damos poder aos partidos da oposição para fiscalizarem, ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Para fiscalizarem!

O Orador: ... ajudarem, contribuírem.”

Portanto, a conversa de que “nós abtemo-nos para que o Governo não tenha desculpa, nós abtemo-nos para que o Governo não possa dizer é por causa de alguns partidos da oposição que não faz ou que não acontece”... Profundamente errado!

Profundamente errado, mas isso quer dizer alguma coisa: que os únicos que não têm desculpa são esses mesmos partidos da oposição.

Deputado Ricardo Cabral e Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Caras amigas e caros amigos, Sras. e Srs. Deputados, não estamos nós, e cito, na maior crise da autonomia?

O que faz o maior partido da oposição?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É como Pôncio Pilatos!

O Orador: Diz não, “não é esse o caminho, nós não concordamos com esse caminho, deve ser outro”.

Faz isso? Não, não faz.

Diz: “Nós concordamos. É esse o caminho que os senhores devem seguir. Estamos aqui para ajudar.” Não, não fazem!

Então o que faz o maior partido da oposição?

Cruza os braços, vira as costas, desvia a cara.

Deputado Jorge Macedo (PSD): É falso!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: É esse o sentido do comportamento político do maior partido da oposição.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Portanto, caras Sras. e Srs. Deputados, se o maior partido da oposição julga que dizendo “nós vamo-nos abster...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Sabíamos que a oposição ia incomodar!

O Orador: ... e com isso o Governo não tem desculpas”, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Tem é culpas!

O Orador: ... faço-vos a vontade. O Governo não terá desculpas em qualquer circunstância. Votem os senhores a favor, votem os senhores contra ou os senhores abstenham-se.

A vossa irrelevância desse ponto de vista é absolutamente clara ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que o senhor merecia é que oposição se levantasse e saísse desta sala!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Que arrogância!

O Orador: ... e resulta da vontade dos açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Mas percebo a tática do PSD. O PSD chegou a este debate, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que falta de espírito democrático!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Que arrogância!

O Orador: ...sentou-se na sua bancada e disse: “Vamos a eles antes que eles venham a nós”.

O PSD chega a este debate derrotado perante os açorianos ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ainda não falou no orçamento!

O Orador: ... e não é o facto dos senhores apresentarem propostas de alteração, que apresentam, que essa vossa derrota é branqueada. Pelo contrário! É agravada, porque é preciso que as açorianas e os açorianos lá fora saibam que este partido, o PSD-Açores, que diz que quer defender a Universidade dos Açores, o Governo Regional tem de pôr mais dinheiro na Universidade dos Açores, é o mesmo partido que na votação do Orçamento de Estado da Assembleia da República votou a favor do corte do financiamento das universidades.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

E reparem: não estou a falar do PSD nacional, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ainda não falou no orçamento!

O Orador: ... estou a falar dos vossos deputados na Assembleia da República. Estou a falar dos deputados do PSD-Açores na Assembleia da República. Então onde estavam esses deputados quando o Orçamento de Estado corta nas universidades e corta na Universidade dos Açores?

Onde estavam esses deputados quando o Governo da República corta, ...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: ... agrava a situação dos pensionistas e os senhores votaram a favor?

Então onde estava essa vontade?

O que é que querem dizer essas propostas?

Querem dizer querer ajudar os açorianos?

Não, não querem. Não podem, porque se fosse esse o objetivo os vossos deputados teriam votado contra o Orçamento de Estado que faz isso.

Deputados José Ávila e Ricardo Cabral (PS): Claro! Muito bem!

O Orador: Essas vossas propostas são algo de mais perverso que é: acobertados nesta pretensa defesa dos açorianos, os senhores querem é criar dificuldades ao Governo Regional.

A vós interessa-vos a Universidade dos Açores?

Não interessa, porque se estivessem interessados tinham votado contra o Orçamento de Estado.

Deputados José Ávila e Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Interessa-vos a situação dos funcionários públicos?

Não interessa, porque se vos interessasse tinham votado contra o Orçamento de Estado.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Interessa-vos a situação de pensionistas e reformados?

Não pode interessar, ou então os senhores têm dupla personalidade.

Deputado José Ávila (PS): É o mais certo!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)

O Orador: Portanto, é exatamente aqui que nós estamos. Temos um partido que se dá ao luxo de instrumentalizar (cito mais uma vez) a maior crise da autonomia para criar dificuldades ao Governo e isso, Sras. e Srs. Deputados, é exatamente essa postura, essa tática, – perdoem-me – essa perversidade política que a vós não vos dá absolutamente desculpa nenhuma perante os açorianos.

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nunca esperava, Sr. Presidente do Governo, que a nossa abstenção o perturbasse tanto.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: O senhor foi um homem que não reconheci nesta sua intervenção, Sr. Presidente.

Palavras como “irrelevância”, “fazíamos coisas prejudiciais aos açorianos”, que “o PSD e as oposições não interessavam”... o senhor quase remeteu a democracia para um canto.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Não é verdade!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Para a Venezuela!

O Orador: Mas por que é que o perturbou tanto, Sr. Presidente do Governo?

O senhor não disse uma palavra sobre os 21.545 desempregados. Esses é que contam, Sr. Presidente do Governo!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Dizer que o PSD é irrelevante, dizer que as oposições são perversas, Sr. Presidente!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Eu não disse que as oposições eram perversas! Eu disse que os senhores eram perversos!

O Orador: Nós não o reconhecemos nessas afirmações. Não o reconhecemos, Sr. Presidente, nestas afirmações.

Causa-lhe tanta perturbação esta abstenção do PSD-Açores?

Ou a perturbação que lhe devia causar são os falhanços da sua política, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... os falhanços da concretização da Agenda para o Emprego, os 21.545, Sr. Presidente?

Esses é que o deviam perturbar, não estas oposições, não a democracia, não a autonomia, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Não o reconhecemos nessa postura.

Sr. Presidente do Governo, quero dizer-lhe também que nós, outros partidos e entidades da sociedade civil, contribuímos e muito naquilo que foi a tentativa de ajudar sempre o Governo e os Açores a resolver problemas.

O Sr. Presidente sabe bem qual é a minha postura e a postura do PSD-Açores nestas matérias...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... e ninguém o pode negar em relação aos contributos que demos para a Agenda para a Competitividade e Emprego, em relação aos contributos que demos para a saúde, em relação aos contributos que demos para os fundos comunitários, em relação aos contributos que estamos dando para questões de fundamental importância para os Açores, como é a defesa da Base das Lajes.

Sr. Presidente do Governo, não o reconheci, mas também penso que os açorianos não reconhecem nas suas críticas aquilo que tem sido a minha postura e a postura do PSD-Açores.

Nós estamos aqui sempre e em primeiro lugar pondo o azul da bandeira dos Açores acima do laranja da bandeira do PSD-Açores. Sempre o fizemos. Comigo sempre o faremos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Fico menente quando o Sr. Presidente do Governo tem este tipo de reação e fico a pensar: mesmo que o PSD-Açores votasse a favor do Plano e do Orçamento com aplausos de pé seria o principal objeto das críticas do Sr. Presidente do Governo e do Partido Socialista dos Açores.

É extraordinário que passado este tempo, passados estes resultados de tempos recentes, continue o Partido Socialista e o Governo a fazer *light motive* da sua política em vez de resolver os problemas dos açorianos, arranja problemas às oposições, critica as oposições, arranja problemas ao Governo da República, seja ele qual for.

Deixe-me dizer-lhe, Sr. Presidente do Governo, o DOP aqui na Horta e a Terra Chã, na ilha Terceira, da Universidade dos Açores, tiveram dinheiro disponibilizado pelo Governo Regional dos Açores que representa 11 milhões de euros que pouparam aos Governos da República então da sua cor. Ora, esses 11 milhões de euros davam, pelo menos, para 10 anos daquilo que nós propomos para a Universidade dos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Portanto, Sr. Presidente do Governo, nesta matéria, estamos conversados.

Queria também dizer-lhe, o senhor sabe bem e os açorianos sabem bem, que quando estiveram em causa os interesses específicos e gerais dos açorianos e não as matérias de governação meramente nacional, nós soubemos estar de uma vez por todas e com toda a convicção, sendo um exemplo para aquilo que se passou no passado (que nada disto se tinha passado antes, nem sei se algum dia se poderá passar no futuro), nós votámos contra, nós estamos com os nossos deputados com processos disciplinares, estamos contra o nosso Governo da República quando estiveram em causa os mais legítimos interesses das açorianas e dos açorianos.

Esta é a nossa coerência hoje e sempre e os açorianos já perceberam. Isso é tão diferente, Sr. Presidente do Governo, daquilo que é a vossa coerência.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Aliás, deixe-me dizer-lhe que os senhores em termos de coerência, relativamente ao Governo da República, têm uma postura claramente diferenciada. Quando na República é o rosa que predomina, esmorece-se o azul dos Açores; quando na República é o laranja que predomina, aí os senhores puxam o azul dos Açores.

Para nós o azul da bandeira dos Açores esteve e estará sempre em primeiro lugar.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(* **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Oh Sr. Deputado Duarte Freitas, há uma coisa que gostava de dizer-lhe muito claramente: “o rei vai nu”!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Que arrogância!

O Orador: Na vossa postura política “o rei vai nu”!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Que arrogância!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E desempregado!

O Orador: Os senhores não me reconhecem?!

Oh Sr. Deputado, aqueles que não reconheço, ou o partido que não reconheço, é o PSD-Açores.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Olha a arrogância!

O Orador: É esse PSD-Açores que não reconheço como o PSD que já foi. E não sou só eu, deixe-me que lhe diga!

Esse é que é exatamente o problema. É que a liderança que o senhor está a imprimir a este partido é exatamente o que leva a que muitos e muitos açorianos, como ainda se viu nas últimas eleições autárquicas, não reconheçam este PSD-Açores.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Que arrogância! Não lhe fica bem! Metade da bancada do PS está arrepiada!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, vamos esclarecer esta questão de contributos, de diálogo, de tentativas de ajudar, de disponibilidade para ajudar.

Oh Sr. Deputado Duarte Freitas, o senhor esquece-se de uma coisa, é que esse seu discurso resultava se da parte deste Governo e desta maioria nós estivéssemos fechados ao diálogo, mas tenho uma novidade para si: o senhor só consegue ter esse discurso, porque esta maioria e este Governo estão disponíveis para o ouvir, para acolher.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Nota-se!

O Orador: Estão disponíveis como fizeram no ano passado a aprovar propostas de todos os partidos da oposição no Plano e Orçamento.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): E depois não cumpriram!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Olhe para trás! Tem atrás de si um secretário que desmente isso! O Secretário da Saúde desmente isso!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Olhe, os painéis solares!

O Orador: Como é que o PSD-Açores responde a isso na questão do desemprego?

O PSD-Açores apresenta uma proposta para explorar petróleo nas águas dos Açores. É preciso ter descaramento!

E vamos esclarecer outra coisa: quando está em causa interesses específicos dos Açores diz o PSD que vota com o azul da bandeira por cima do laranja da bandeira.

Quando estão em causa os interesses específicos dos Açores?!

E os funcionários públicos dos Açores?

O senhor que lhes vá dizer que no Orçamento de Estado para 2014 não estão em causa os seus interesses específicos!

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Vá dizer à Universidade dos Açores que quando o Orçamento de Estado corta o financiamento não está em causa o interesse específico da Universidade dos Açores!

Vá dizer aos pensionistas e aos reformados que quando o Orçamento de Estado corta nas pensões e nas reformas não está em causa o interesse específico das açorianas e dos açorianos!

Oh Sr. Deputado Duarte Freitas, muito interessante esta noção do que é o interesse específico das açorianas e dos açorianos.

Mas não! Não é o interesse específico das açorianas e dos açorianos!

Quando dá jeito ao PSD-Açores os senhores votam de uma maneira na Assembleia da República, ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Vê-se!

O Orador: ...mas quando levam um aperto do PSD nacional aí já votam de maneira completamente diferente e a prová-lo está a votação dos vossos deputados dos Açores, do PSD, na Assembleia da República, na votação do Orçamento de Estado para 2014.

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio dia.

(Eram 11 horas e 43 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então continuar com os nossos trabalhos.

(Eram 12 horas e 08 minutos)

Os oradores que estavam inscritos entretanto prescindiram, pelo que a Mesa de momento não tem mais inscrições para este ponto.

Não havendo mais inscrições, vamos passar então para as intervenções.

Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista na análise que efetuou ao Plano Regional Anual e Orçamento para 2014 reconhece que o Governo dos Açores continua a desenvolver ações e projetos estratégicos que visam consolidar a região como um território socialmente coeso, que visam a criação de emprego, a competitividade das empresas e o apoio às famílias, com o claro intuito de contrariar as consequências sociais da conjuntura difícil que atravessamos.

Com estes objetivos e enquadramento económico-financeiro o Governo dos Açores tem desenvolvido ações inseridas na temática da promoção da habitação e da reabilitação urbana, de modo a incentivar e a continuar a apoiar a reabilitação do património habitacional edificado em meio rural e urbano, assim como a recuperação de património histórico-cultural dos Açores.

Como exemplo desta política contínua de aposta na reabilitação urbana, temos a criação da linha de crédito para a reabilitação urbana inserida na Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade, como resposta à crise que o setor da construção civil atravessa, onde se pretende alavancar o investimento privado neste setor, com a melhoria das condições de acesso por parte dos agentes de mercado e por parte das famílias.

Para o Partido Socialista a habitação constitui um direito fundamental, um fator de estabilização e inclusão social, assim como um agente dinamizador do crescimento económico e social transversal e complementar devido aos efeitos diretos e indiretos e induzidos que gera nas economias locais e regionais.

Deste modo, a reabilitação urbana apresenta-se como potenciadora da melhoria da competitividade da economia, da promoção da eficiência energética, da recuperação do património edificado e da dinamização e regeneração dos centros urbanos.

Para concluir, perguntava ao Sr. Vice-Presidente os possíveis impactos na região do novo Quadro Comunitário de Apoio, nomeadamente na área da reabilitação urbana, através da possibilidade de criação de sistemas de incentivo ao investimento privado.

Obrigado.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tendo ocasião para responder às questões que efetivamente foram colocadas,
...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Ah! Já não era sem tempo!

O Orador: ... nomeadamente primeiro pelo Sr. Deputado Artur Lima, seguidamente pelo Sr. Deputado do Partido Socialista.

Gostaria de, concretamente, em relação à questão da marca Açores, conforme assumi aqui na intervenção inicial, é objetivo concreto do Governo no próximo ano implementar efetivamente a marca Açores, ou seja, assegurar que a partir do próximo ano os produtos que estejam devidamente qualificados para incorporar a marca Açores estejam efetivamente assinalados desse ponto de vista, à qual será conseqüentemente associada não só uma componente de promoção e valorização desses produtos, mas também uma intervenção objetiva no mercado da distribuição, ou seja, através da intervenção na distribuição dos produtos, para que se crie efetivamente um efeito multiplicador sobre a produção e a incorporação de valor nessa atividade produtiva. Portanto, é um objetivo para concretizar em toda a sua plenitude e em toda a sua globalidade ao longo do próximo ano.

Em relação àquilo que nós consideramos que é essencial em termos de exportação identifiquei também na minha intervenção inicial que há que incorporar aqui dois objetivos estratégicos.

Primeiro, o nosso conceito de exportação não é o conceito técnico de exportação que incorpora a estatística e que incorpora o conceito de exportação no contexto de um país. Para nós é fundamental, no âmbito do alargamento da nossa base produtiva e do nosso mercado, considerarmos exportação como a capacidade de produção de um bem transacionável que possa ser comercializado fora do espaço geográfico onde é produzido. Ou seja,

consideramos que é importante, desse ponto de vista, qualquer venda de bens e serviços transacionáveis fora da realidade de uma ilha.

É tão importante valorizar a venda de um produto...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Mercado interno!

O Orador: Mercado interno e externo, ou seja, o conceito de exportação que referiu é um conceito de exportação de transações entre países. O nosso conceito de exportação que interessa no contexto regional é a capacidade de comercialização e de venda de bens de produtos fora da realidade regional, por um lado, mas também é no âmbito e numa lógica de ilha a capacidade de vender bens e serviços para fora do espaço dessa ilha.

É da conjugação desses esforços que nós entendemos que é a exportação no conceito mais vasto, mas efetivamente no conceito que é adaptado à realidade regional.

Nesse aspeto temos que vencer dois desafios: alargar a nossa base de exportação, é fundamental esse desafio; e incorporar nomeadamente aqueles que são os três setores que identifiquei como aqueles com maior potencial de crescimento de exportação: a indústria agroalimentar, o turismo e a economia do mar.

Terceiro aspeto, em relação ao facto da criação de empresas.

Não foi um dado que referi. São as estatísticas oficiais entre outubro do ano passado e outubro deste ano. Efetivamente nos últimos 12 meses a região do país que teve maior capacidade de não só renovar, como de crescer em termos de criação de empresas, foram os Açores. Efetivamente os dados publicados e a estatística publicada, por cada uma empresa que fechou nos Açores, foram criadas 4 empresas. Ou seja, o que nós estamos aqui a assistir é a uma reestruturação profunda e uma renovação do nosso tecido empresarial que evidentemente terá, e é essa a nossa perspetiva, consequências muito objetivas e positivas em termos de emprego, em termos de dinâmica económica, quando, nessas empresas que agora foram criadas, esteja a imaturidade do seu desenvolvimento e do seu funcionamento.

Portanto, encaramos isso como um indicador positivo, um indicador que responde objetivamente àquilo que eram os objetivos da Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial, que já conseguiu criar essa alavancagem do ponto de vista da criação de empresas, sendo os Açores a região do país onde maior renovação de empresas existe, onde maior surgimento de novas empresas existe, mas evidentemente que os efeitos sob o emprego e o produto regional é algo que se irá desenvolver a partir de agora.

Encaramos como um bom indicador, não como um objetivo final, mas como uma base para esse mesmo desenvolvimento.

Segundo aspeto essencial é que dessa mesma medida, e respondendo já às outras questões que foram colocadas, encaramos a questão da regeneração urbana e da reabilitação urbana como um elemento essencial do nosso desenvolvimento futuro. Para o efeito é nossa intenção afetar, no âmbito do próximo período de programação, nomeadamente no âmbito do financiamento FEADER, alocar 5% das dotações FEADER para um programa efetivo de reabilitação e recuperação urbana que permitirá assegurar um financiamento superior a 40 milhões de euros para que possamos desenvolver projetos participados entre as diversas entidades, municípios, entidades representantes das empresas e o Governo Regional, para que em conjunto possam, ao nível de cada concelho, ao nível de cada centro urbano, criar um desenvolvimento e um projeto estratégico de reabilitação de espaços públicos e de reabilitação de urbanismo comercial, de reabilitação de estabelecimentos comerciais de forma integrada, que crie uma nova dinâmica e um novo impulso por um lado à reabilitação urbana, mas particularmente ao reforço da atratividade dos centros urbanos enquanto espaços potenciadores de atividade económica.

É esse o nosso desafio, é esse também o nosso compromisso no âmbito do próximo Quadro Comunitário de Apoio, afetar uma dotação específica para isso, que será executada em conjugação entre as diversas entidades que efetivamente podem participar neste esforço de reabilitação de espaços urbanos e também de criar capacitação para que esses espaços retomem um efeito centralizador, motivador e impulsionador da atividade económica.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Agora sim penso não haver mais inscrições, pelo que vamos então passar às intervenções de tribuna.

Para uma primeira intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Compete-me, em nome do meu grupo parlamentar, explicitar, perante esta Assembleia, a posição de princípio que enforma o envolvimento do Partido Socialista e a nossa aprovação no esforço de planeamento e de boa gestão orçamental que o Governo, uma vez mais, se propõe executar.

Faço-o na consciência de que vivemos tempos difíceis, mas simultaneamente históricos, pois podem e devem ser transformadores para a retoma de tempos melhores. Para o efeito, para além da inteligência com que devemos avaliar e questionar o tipo de modelo que as economias ocidentais devem seguir, impõe-se, entre nós, que governemos – agora, ainda mais – orientados pela necessidade de melhorar e de agir com competência e com ambição.

Vivemos uma conjuntura de crise, o que significa que já estivemos melhor. Por isso, o nosso esforço deve ser não só o de recuperar o que de bom está em perigo, como o de o fazer com bases mais sólidas de modo a recriar épocas mais duradouras de maior prosperidade e segurança.

Nestes períodos de conturbação ainda mais se justifica o ímpeto reformista de que o PS tem dado provas nos Açores. Nunca devemos hesitar em alterar o que fazemos mal ou o que deixou de ter a utilidade prevista.

Quantas vezes o fazemos nas nossas vidas?!

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Por maioria de razão o devemos fazer estando em causa a vida de todos!

É essa a atitude do nosso governo regional que o PS apoia, promovendo e interpretando um diálogo ativo e útil com os parceiros sociais, com os sectores inovadores, com instituições e atores internos e externos, e, naturalmente, com

os partidos políticos que desejem participar seriamente no debate para o bem comum.

O unanimismo não é uma virtude da democracia e o significado do consenso não é a abdicação da dúvida e da alternativa. O consenso é desejável sim porque significa o encontro entre duas ideias, e não a abdicação de uma delas.

O PS/Açores avalia, por isso, o diálogo como uma necessidade política e social e não como uma formalidade cumprida com tédio. A concertação que devemos procurar é a que respeita aos interesses da comunidade que servimos e não à boa imagem de que nos queremos servir.

Por isso, o PS e o governo estão disponíveis para, na consideração destes plano e orçamento para 2014, concertar medidas e alterações numa base de responsabilidade e do mérito e não de habilidades e de aparências. E aqui estamos, se for assim, para apoiar e para o fazer.

Sras. e Srs. Deputados e Membros do Governo:

As previsões europeias para o próximo ano não auguram um impulso suficiente para inverter os problemas sociais e económicos mais dramáticos em países como o nosso, onde as políticas extremistas de austeridade não só anularão qualquer tímida retoma impulsionada pelas exportações como agravarão indicadores sociais e económicos sem promover a consolidação orçamental.

Ou seja: a Europa ainda não deu sinais de ajudar o país e a economia e a governação do país não dão sinais de nos ajudarem. Pelo contrário, retiram apoios orçamentais ao governo regional, empurram as famílias, os consumidores, o emprego e as empresas açorianas para baixo e o próprio Estado desresponsabiliza-se no que diretamente lhes compete.

Não nos resta, pois, na observância dos recursos disponíveis, outra via açoriana do que a de procurar uma agenda compensatória que, ao mesmo tempo que privilegie a competitividade e a sustentabilidade da nossa economia, seja provedora dos cidadãos, das famílias e das empresas que não escapam à voracidade destruidora que nos atinge a partir da governação do PSD e do PP para o país.

Não queremos, porque não podemos, substituir o Estado nas suas funções de soberania, mas não deixaremos de o substituir no que pudermos em socorro dos açorianos mais prejudicados.

O governo regional do PS, tudo deve fazer para ajudar todos os açorianos que são hoje vítimas dos efeitos dessas políticas que nos chegam de Lisboa e que arrasam ambições, obra feita e direitos legítimos e elementares conquistados com o nosso trabalho ao longo das últimas décadas.

Compete-nos agir, com todas as armas disponíveis de governação, contrariando a via neoliberal de depreciação do Estado com que a direita se compraz e a sociedade se desprotege, intervindo, ajudando, regulando, dizendo presente e cumprindo o nosso mais sagrado dever: o de fazer bom uso da nossa Autonomia, o de estar sempre ao lado dos Açorianos e o de defender os Açores!

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já o disse: não podemos ignorar as dificuldades envolventes e internas que estamos a atravessar.

As políticas económicas europeias de austeridade levadas a cabo nos últimos anos estão a comprometer a Zona Euro e a promover o seu declínio, com consequências em economias de países decisivos como a França, onde há dois anos que o crescimento estagnou e como a Holanda, país líder na afirmação e imposição do modelo de austeridade em países como o nosso, onde o desemprego está a aumentar, o consumo é baixo e o crescimento chegou a um impasse.

A recente intervenção do Banco Central Europeu, descendo a taxa de juro de referência, evidencia como a Zona Euro não tem a sua recuperação económica assegurada, que há ainda um risco forte de deflação, ou seja, de que ainda há

grandes riscos para a estabilidade da economia europeia e para sobrevivência da própria moeda única.

Em Portugal, como nos Açores, alguns políticos, parecem ignorar estas causas envolventes, e conforme estão ou não no governo, lá e cá, comprazem-se com vitórias de Pirro quando se conhecem taxas desemprego ou indicadores de crescimento económico.

Bastou o Tribunal Constitucional declarar a inconstitucionalidade e determinar a reposição dos subsídios de Natal e de férias aos funcionários públicos e logo vimos os seus efeitos na reativação do consumo e da economia.

É inadiável, pois, reconsiderar o rumo que o governo da República tem seguido, ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): *É a la palisse!*

O Orador: ...e que quer fazer acentuar, de excessos de uma austeridade - que ataca os custos naturais do trabalho, mas não os consumos dispensáveis do Estado -, olhando com olhos de ver o que isso está a provocar, inclusive e muito nos Açores, e rejeitando essa via que, muito provavelmente nos levará a um segundo resgate, com intensidade e designação ainda não apuradas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já anda a dizer isso há dois anos!

O Orador: Para isso estão convocados, na ajuda ao governo regional e ao PS, todos os partidos com propostas de caminhos e soluções que melhorem esta via açoriana que procuramos empreender.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A nossa situação de economia periférica no contexto nacional e europeu, com um pequeno e particular mercado interno, incapaz de gerar economias de escala que nos permitam competir eficazmente, com menor especialização produtiva em outros mercados, tornam-nos especialmente vulneráveis a crises económicas externas de longa duração.

É assim que constatamos a intensidade com que atualmente várias empresas vivem sérias dificuldades.

Conhecemos muito bem a situação com que nos confrontamos.

São muitas as famílias, com reformados, desempregados e crianças em idade escolar, que diariamente passam por dificuldades que vão desde o provimento das suas necessidades mais básicas ao pagamento de serviços essenciais para a sua vida.

Para isso contribuem o desemprego e a escassez dos meios de sustento em famílias que se reagrupam, e, de modo muito cruel e desumano também, as decisões do governo da República como o aumento da carga fiscal, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Era o que faltava!

O Orador: ... a diminuição das pensões, os cortes e diminuições do subsídio de desemprego, a sanha que prossegue contra o rendimento social de inserção e de outros apoios que integravam a rede de suporte social.

Tal como a Constituição da República é hoje uma das mais importantes manifestações da nossa soberania, a nossa Autonomia protegida na Constituição tem de ser a fortaleza preservada onde construímos formas alternativas de solidariedade e de desenvolvimento.

Somos todos chamados a agir nesse contexto.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila) e Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Reafirmamos que há outro caminho que pode e tem que ser prosseguido até ao limite das nossas forças para minorar e atenuar os efeitos negativos que nos têm chegado.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: A ação dos governos do PS, nesta Agenda Compensatória que já atinge os 230 milhões de euros no Plano e Orçamento que aqui discutimos, é, por isso, fundamental, para a nossa economia fragilizada como para as nossas famílias.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Fragilizada!

O Orador: É essencial assegurar que o rendimento disponível das famílias não seja destruído e o aumento e a maior abrangência da remuneração complementar, que o governo regional do PS propõe, são bons exemplos do

bom uso da Autonomia, para que o consumo interno continue a funcionar, para que as empresas vendam e para que consigam manter os seus postos de trabalho.

É indispensável criar programas de apoio aos inscritos nos centros de emprego, para que estes possam qualificar-se e ganhar novas aptidões de **modo a se autossustentarem e ajudarem à competitividade das empresas que os acolherem.**

Importa desenvolver essa proatividade do governo mobilizando outras instâncias e o setor privado.

Importa que não nos conformemos nem nos privemos de contrariar o pessimismo.

Importa conservar a credibilidade interna e externa que temos, mercê da boa gestão que temos feito das nossas finanças públicas regionais e também de um sector empresarial regional sustentável sobre o qual, constantemente, políticos que não sabem o que dizer e do que falar mal, lançam suspeições prejudiciais.

Sobre isso, não ignoramos as recomendações, por exemplo, do Tribunal de Contas e partilhamos, inclusive, muitas das suas preocupações, pois, afinal,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Esquecem-se é de acatar as recomendações!

O Orador: ...Sras. e Srs. Deputados, vivemos numa crise económica sem precedentes que nos limita fortemente.

Mas, sobre isso, também não deixamos de notar que a nossa oposição partidária, tão autoproclamada responsável, seja sempre tão diligente em lembrar cá e no Continente as nossas dificuldades e, quando obtemos resultados positivos, como recentemente foi reconhecido pelo Relatório da Comissão Europeia sobre o Programa de Ajustamento português, que afirma que a nossa Região está no “caminho certo” e que o nosso “processo de consolidação orçamental, está, no geral, em equilíbrio”, não reconheça, ou nem sequer faça menção a essas boas notícias para todos nós.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Não vivemos, é certo, numa região de maravilhas e muito menos sem contrariedades e dificuldades.

Mas havemos de conseguir recuperar deste período conturbado e seguir em frente.

Ninguém consegue, evidentemente, resolver aqui, como em qualquer outro lugar, todos os problemas, mas os açorianos podem ter uma certeza:

- Não os deixamos entregues a si próprios quando a vida fica difícil, não desistimos de os ajudar, não abandonamos quem precisa como está a acontecer lá fora com o governo da República.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: E essa, fosse a única diferença, já era uma grande diferença entre um governo do PSD e um governo do Partido Socialista!

As políticas regionais que asseguram o funcionamento dos mecanismos essenciais da nossa economia, mantendo os níveis de consumo das famílias e garantindo liquidez às empresas, são fundamentais nesta conjuntura para estabilizar os níveis de emprego e assegurar a sobrevivência do nosso tecido económico.

Mas é necessário também prosseguir com uma agenda estrutural paralela, consubstanciada neste e nos próximos Planos de Investimentos, de reorganização sustentada do nosso sector produtivo e de serviços tendo em vista a melhoria da nossa balança comercial.

A urgência de acudir ao imediato da crise, não nos deve desviar do nosso desígnio reformista; antes pelo contrário, deve-nos estimular a continuar a avançar, a acentuar e a aperfeiçoar a nossa agenda de capacitação para a competitividade e o emprego.

O novo quadro comunitário 2014-2020, com cerca de 1.546 milhões de euros disponíveis para investimento, já plasmado nos documentos que estamos a discutir é, o alicerce necessário para operarmos – governo, autarquias e investidores - essa aposta na qualificação e adequação aos desafios e transformações entretanto emergidos, propondo novas perspetivas na aplicação prioritária das novas disponibilidades.

Ultrapassado que está, com sucesso, o ciclo das infraestruturas à nossa economia, os novos sistemas de incentivos ao investimento devem privilegiar o aumento da produção de bens transacionáveis, o seu valor acrescentado, bem como beneficiar a manutenção e criação de postos de trabalho.

O empreendedorismo, as linhas de crédito promovidas pelo Governo dos Açores e a captação de financiamento alternativo, como o capital de risco e o investimento externo, são igualmente, ferramentas essenciais à alavancagem dos negócios numa altura em que os spreads não são comportáveis e o crédito é insuficiente. É assim necessário que, por exemplo, no que toca aos organismos regionais de captação de investimento haja melhores resultados do que os conseguidos.

A redução dos custos de contexto das empresas - nomeadamente na área dos transportes, das energias e das águas -, sobretudo em sectores fundamentais para a economia regional como na agricultura, nas agroindústrias, nas pescas e no turismo, são prioridades para o Partido Socialista. Daí, esperamos uma melhoria significativa da competitividade da nossa Região.

Entendemos também, como já salientei, que há um passo a dar na qualificação dos nossos ativos, não apenas na lógica de formar para trabalhar ou para satisfazer uma ou outra necessidade conjuntural do mercado de trabalho. A qualificação necessária deve ser feita com atenção à visão e orientação estratégicas, favorecendo ativos na nossa economia em áreas pertinentes, designadamente dos bens transacionáveis e das que conferem maiores perspectivas de futuro à nossa terra.

Para que isso seja possível era bom contarmos com uma parceria com uma Universidade dos Açores capacitada, com uma nova vontade para investir em Investigação e Desenvolvimento em contexto empresarial, assegurando por aí, também, a sua própria sustentabilidade e dando um novo incremento às empresas açorianas.

Para isso não basta que a Universidade dos Açores peça dinheiro ao governo regional; sem prejuízo desse apoio necessário, sobretudo da parte do governo da República, era importante que a Universidade dos Açores apurasse mais o seu

sentido prático no que pode fazer pelos Açores do que, o que os Açores podem fazer por ela!

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Não nos faltam, assim, grandes áreas, onde importa concentrar esforços de investimento e detetar com maior rigor as condições e parcerias para a sua aplicação.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os deputados do PS que asseguram o apoio parlamentar ao governo dos Açores não estão aqui para lamuriar nem para jubilar. Estão aqui para trabalhar. Para trabalhar a esperança, a confiança e o valor que os Açores têm.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Parafrazeando o presidente dos Estados Unidos Kennedy,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Outra vez?!

O Orador: ...num discurso dirigido também a um povo insular, “*os problemas da nossa terra não podem ser resolvidos pelos céticos ou pelos cínicos, cujos horizontes estão limitados pela óbvia realidade do presente...Não interessa quão pequena é uma terra que procura a prosperidade e o seu desenvolvimento; quando investida pelo poder de uma causa justa, ela é mais forte do que a maior adversidade!*”.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: É assim que temos vivido e é assim que queremos continuar a ser! Disse.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, vamos então passar à segunda intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

Deputado António Marinho (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este governo tomou posse há cerca de um ano.

Um ano depois, debatemos os documentos orçamentais para o segundo ano da legislatura.

É um tempo de balanço, compatível com o “olhar para o futuro” que se deve associar aos próximos três dias. É tempo de avaliar o que foi bem feito, assim como de reconhecer aquilo que não correu bem.

E se consideramos essencial falar do passado, em particular do passado recente da sociedade açoriana, é só porque temos consciência que, assim, podemos ter uma melhor perspetiva do que pode ser o futuro dos Açores. Ficaremos, certamente, mais habilitados a dar os nossos contributos para a recuperação da esperança dos Açorianos.

As pessoas necessitam, quanto antes, de voltar a pensar que podem alcançar uma vida melhor do que aquela que têm tido.

É o que sempre nos move. As pessoas. De uma forma especial, agora, quando se prepara o ano que aí está a chegar.

Queremos olhar para o passado, porque queremos contribuir para a construção de um futuro melhor para os Açores.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Bem sabemos como, há um ano, este governo tentou fazer esquecer os dezasseis anos dos governos que o precederam. Foi o tempo de falar dos “governos velhos”. Uma vã tentativa de separar águas que, afinal, faziam parte da mesma corrente. Um truque que, só por manifesta ingenuidade, podia levar a pensar que este era um “governo novo”, que iria arrancar sem mácula.

Um ano depois, a máscara do “governo novo” caiu redondamente. Os problemas criados pelos “governos velhos” não desaparecerem. Pelo contrário. A situação é agora bem mais grave e cada vez mais preocupante. Que o digam os Açorianos.

Não vamos aqui fazer o papel em que o governo se viciou. Não vamos falar a preto e branco. Não vamos dizer que tudo está mal, em contraponto ao governo, para quem tudo está sempre bem.

Deputado Francisco César (PS): Queria dizer o contrário, mas está bem!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso já estava escrito antes!

O Orador: Naturalmente que há domínios que até têm registado evoluções favoráveis. E ainda bem.

Mas seria irresponsável ignorar o que está mal. E não temos dúvidas em dizer que o que é mau suplanta largamente o que foi bom. Globalmente, os Açores tiveram um recuo brutal.

Basta pensar apenas num domínio. O do emprego. É nele que se traduz, de forma clara, o marasmo que vive a economia açoriana. E é nele que se encontra a razão para a degradação dos indicadores açorianos de natureza social.

O desemprego é a consequência dos constrangimentos vividos pelas empresas nos Açores. E é, também, a causa dos tormentos e dificuldades acrescidas que vivem as famílias açorianas.

Na verdade, o governo falhou naquele que seria o principal desígnio da sua atuação. Se há um ano herdou um nível de desemprego já perfeitamente assustador, não o conseguiu estancar, como tinha prometido. Com este governo, o problema tornou-se bastante mais trágico.

Com cerca de 18,600 desempregados há um ano atrás, a quem tinha que dar resposta, o governo não a deu. Pelo contrário.

Criou um exército de desempregados nos Açores, que aumentou substancialmente as preocupações. Envolve agora 21,545 Açorianos. Representa uma taxa de desemprego de 17.7%, nunca antes alcançada. Nem pelos “governos velhos”, nem, muito menos, pelos que os antecederam.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não vamos aqui dizer que a culpa reside apenas nas opções governativas do Governo Regional. É óbvio que a austeridade nacional gera consequências,

também nos Açores. E se a necessidade de medidas apertadas decorre de um rigoroso Programa de Assistência Financeira que um governo socialista trouxe para Portugal, não hesitamos em dizer que algumas dessas medidas poderiam ser menos penosas na sua aplicação, embora sob pena de os resultados alcançados não serem os desejados.

Mas nós não temos, por cá, um Governo Regional que não se cansa de publicitar que lança medidas atrás de medidas para compensar os Açorianos das “maldades” que consideram vir do Governo da República?

Sendo assim, por que razão, em relação ao desemprego, são batidos nos Açores máximos atrás de máximos, ao arrepio do que se passa nas outras regiões do país? E por que razão o nível de desemprego tem aumentado nos Açores e tem regredido paulatinamente em termos nacionais?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): À custa da emigração!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Emigraram por quê?

O Orador: Então os efeitos da austeridade, compensados pelo Governo Regional, que frequentemente disso faz propaganda, agravam por cá o que melhora por lá?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Melhoram! Emigrar melhora muito!

O Orador: Efetivamente, este Governo Regional fez que fez. Mas, na verdade, não fez.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Da parte do PSD/Açores, o governo não tem tido razões para se queixar. Absteve-se, há meio ano, na votação do Orçamento para 2013. O facto de se viver a maior crise social e económica dos últimos 40 anos assim o impôs.

O PSD/Açores não pôde servir para qualquer desculpabilização, nem criou obstáculos a qualquer solução que servisse para mitigar as dificuldades dos milhares de Açorianos desempregados.

E o PSD/Açores não tem qualquer responsabilidade pela situação que existia, e que existe. Sempre dialogou e deu contributos, designadamente para atacar o

desemprego, principal problema da sociedade açoriana. Um comportamento, aliás, oposto ao dos socialistas na República, onde, como principais responsáveis pela situação a que chegou Portugal, continuam a esquivar-se quando se trata de colaborar nas soluções.

O PSD/Açores, responsabilmente, deu também o seu contributo para a Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial. Agenda que incluiu várias medidas anunciadas como novidade, ainda que muitas delas há muito existissem, tendo apenas vestido roupa nova. E tinha, obviamente, medidas acertadas. E tinha, também obviamente, algumas falhas.

O PSD/Açores deu o acordo de princípio quanto à sua concretização.

Os resultados não surgiram, como agora se comprova.

É que, para concretizar, não bastam os anúncios. Nem medidas de circunstância que não deem lastro à economia. Nem apenas a divulgação do dinheiro teoricamente disponível. Nem, muito menos, a mera publicação de Resoluções do Conselho de Governo, Decretos Regulamentares Regionais ou Portarias.

A concretização exige medidas que possam ser efetivamente acolhidas pelas empresas e que sejam devidamente ajustadas à realidade que se vive, e que vai mudando.

Se à Agenda faltam resultados, como é mais do que notório, em função do agravamento dramático do desemprego nos Açores, a responsabilidade é exclusiva do Governo Regional.

Compreende-se, por isso, o desespero que afeta os socialistas açorianos. Compreensão que, obviamente, não abrange o seu “atirar de culpas” para a oposição, que sempre tem colaborado nos termos em que o pode fazer. Nem o seu inacreditável ataque aos parceiros sociais. Nem as declarações carregadas de agressividade, posteriormente objeto de forte travagem nos últimos tempos, perante a postura disponível da oposição.

Inconcebíveis são, também, as justificações atrás de justificações que sempre se lançam quando as contrariedades estatísticas destroem o autoelogio governamental recorrente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Justificações que, por vezes, de tão estapafúrdias, roçam o ridículo.

Deputado José San-Bento (PS): Mas como é que o senhor diz isso?

O Orador: É certo que a inteligência dos Açorianos as desvaloriza, sentindo a areia que lhes é atirada para os olhos. Mas a verdade é que traduzem uma atitude perfeitamente patética por parte dos responsáveis do governo que as protagonizam.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Assumir maus resultados é salutar para a definição e implementação de boas soluções. Reconhecer erros é um bom princípio que deve ser seguido em todas as situações da nossa vida. Pessoal ou coletiva.

Este Governo Regional tem que parar de se justificar. Tem que deixar de se desculpabilizar.

O governo tem que concretizar. É para isso que os Açorianos o escolheram.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Há um ano, o “governo novo” queria dar uma “via nova” aos Açores.

Ficou-se pelas intenções. Ficou como os “governos velhos”. Não mudou. Manteve-se na “via velha”.

Tem agora mais um ano pela frente. Vai ter à disposição o Orçamento e o Plano que estamos a debater.

São documentos pouco ambiciosos, por força das circunstâncias.

Porque são documentos de emergência, para acudir a quem passa por um mau bocado, em vez de arrastarem a economia açoriana para a criação de emprego que todos desejavam.

Porque são documentos para regularizar o que ficou por pagar, numa longa e avultada lista de credores.

Porque são documentos que prosseguem opções de desorçamentação, varrendo o endividamento para debaixo do tapete do sector público empresarial.

Porque são documentos onde avultam e crescem rendas de obras passadas, em que os investimentos para o futuro são bastante menores do que as empresas desejariam.

Porque são documentos que não agradaram aos parceiros sociais. Do lado sindical ou do lado empresarial.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Do lado da oposição, sairão contributos que os podem melhorar.

Da parte do PSD/Açores já foram apresentadas propostas. Não os transformarão em documentos ótimos. Podem, simplesmente, torná-los mais justos em alguns domínios.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: São propostas que sinalizam outras opções. São propostas com outras soluções que, legitimamente, consideramos melhores do que as apresentadas pelo Governo Regional.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este devia ser o momento da inversão. A esperança dos Açorianos podia começar a surgir hoje mesmo.

Da parte do PSD/Açores, os Açorianos podem contar connosco. Podem, como sempre, contar com uma atuação responsável.

O Orçamento e o Plano para 2014, por mais um ano, vão merecer a nossa abstenção. Pelo menos por mais um ano, não vamos ser obstáculo a medidas que já deviam estar implementadas.

Desta vez, contudo, não podemos sequer dar ao governo o benefício da dúvida. Vamos pensar, apenas, nos Açorianos que sofrem as consequências da maior crise financeira, económica e social em tempos de Autonomia.

São as 21,545 pessoas que estão a viver o drama do desemprego que constituem a nossa principal preocupação.

O seu futuro, e o futuro dos Açores, estão nas mãos do governo!

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sra. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental e considerando o nosso horário vamos também interromper para o almoço.

Penso que o Sr. Secretário da Mesa poderia disponibilizar os tempos para o debate da parte da tarde.

Sr. Secretário tem a palavra.

Secretário: Governo Regional tem 193 minutos e 5 segundos; Partido Socialista, 212 minutos e 45 segundos; Partido Social Democrata, 137 minutos e 15 segundos; Bloco de Esquerda, 10 minutos; CDS-PP, 47 minutos; PCP, 8 minutos e PPM, 15 minutos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Regressamos então às 15 horas. Um bom almoço para todos.

(Eram 12 horas e 51 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

(Eram 15 horas e 07 minutos)

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Estava inscrito, para uma intervenção de tribuna, o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Está esta Assembleia mais uma vez reunida para debater o Plano e Orçamento de 2014. Este é o segundo Plano e Orçamento do autoproclamado “novo Governo”, mas estes são também os 18.ºs Plano e Orçamento da governação do Partido Socialista nos Açores.

Com a crise económica, financeira e social instalada o Governo Regional apresenta a esta Assembleia documentos provisionais que, apesar das “Vias” e das “Agendas” Açorianas, se resumem à simples evolução na continuidade...

É certo que existem fatores que influenciam, de maneira diferente de anos anteriores, o Plano e Orçamento que vamos debater nos próximos dias.

Desde logo, porque estamos no fim de um ciclo de programação financeira comunitária – que faz com que hajam menos verbas disponíveis para investimento –, mas porque somos parte integrante de um País resgatado pelos seus credores e onde há necessidade de reformas, algumas bem austeras.

Porém, existem resultados, estatísticas, factos (e factos são factos, como bem gosta de acentuar o PS/Açores) que comprovam alguns falhanços nas opções políticas, pelo que neste momento só ao PS/Açores se podem assacar responsabilidades.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Permitam-me recordar, rapidamente, as palavras de quem representava o CDS-PP, nesta Assembleia, em abril de 2005, sobre a situação socioeconómica da Região e cito Alvarinho Pinheiro: *“As famílias Açorianas, em geral, estão com mais dificuldades e cada vez mais endividadas, as atividades económicas estão a passar por situações de crise, os excluídos sociais aumentam, mas o Governo Regional tem cada vez mais dinheiro. O CDS-PP preferia o contrário. O CDS-PP preferia que as famílias e as empresas tivessem mais rendimentos e dependessem menos do Governo, que por sua vez podia ser menos rico, mais eficiente e menos interventivo na sociedade e no associativismo”*. Fim de citação.

Passou praticamente uma década; as governações maioritárias dos Açores, primeiro, foram negando a crise; depois, assumiram-na com ligeireza, ao ponto

de garantirem aos Açorianos que ela “*chegaria mais tarde e iria embora mais cedo*”; mas... e agora???

Agora é preciso ter em conta que, em tempo de profunda crise, não se pode governar da mesma forma, nem se deve exercer a oposição da mesma maneira.

A conjuntura exige um esforço acrescido de solidariedade para com as famílias e as empresas em dificuldades: um esforço que deve sobrepor-se ao espírito de fação e à crispação por vezes inútil que, algumas vezes, dominam a agenda política.

Ainda hoje de manhã tivemos aqui um exemplo disso.

Sr. Presidente do Governo:

Os Açores vivem hoje uma crise profunda.

As novas gerações não têm memória de nada semelhante.

Estamos confrontados com dados concretos que carecem de respostas eficazes, urgentes e imediatas. Desde logo, é preciso inverter a tendência de desemprego que está a varrer a sociedade Açoriana, ao ponto de hoje estarmos confrontados com a maior taxa de desemprego da nossa história autonómica.

Mais de 21 mil Açorianos estão desempregados, sendo que 40% deles são jovens e isto é muito preocupante.

Hoje temos mais de 18.600 Açorianos a beneficiar do RSI e praticamente todos os meses passam a usufruir desta prestação social, mais beneficiários.

As estatísticas dizem-nos que mais de 23% dos jovens Açorianos (entre os 15 e os 34 anos) não estudam ou não trabalham e isto é preocupante.

A ação social escolar apoia hoje mais de 25 mil crianças no nosso sistema educativo, ou seja, mais de 60% dos nossos alunos. Há dez anos atrás eram apoiadas apenas 16 mil crianças. E se estes apoios são dados é porque há mais de 25 mil famílias em dificuldades...

Os Açorianos são os portugueses com menor poder de compra, o que associado a medidas de austeridade, faz com que se fechem empresas e extinguiam postos de trabalho.

Hoje mais de 40% dos contentores que chegam cheios aos nossos Açores e aos nossos portos, saem vazios dos Açores, num claro desequilíbrio da balança comercial. Continuamos a importar mais do que exportamos.

Esta é a realidade dura dos números que não é possível, por muito que queiramos, escamotear. É para combater este cenário que devemos, todos, unir esforços e trabalhar no sentido de incluir neste Plano e Orçamento as melhores soluções possíveis para as nossas famílias e para as nossas empresas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Seria muito mais fácil para o CDS-PP alertar os Açorianos para o óbvio e culpar o Partido Socialista por ter trilhado um longo caminho de 17 anos que nos trouxe a esta crise, mas todos sabem que o CDS-PP não desiste nem abdica de apresentar as propostas que considera necessárias, a favor dos Açorianos, porque tem sido essa a nossa postura e continuará a ser, ao contrário do tacticismo político, serôdio às vezes praticado por outros!

O CDS-PP tem muito por onde criticar a governação; desde as dívidas que estamos a fazer em nome das futuras gerações, à gestão do Sector Público Empresarial Regional, passando pelas políticas de saúde ou transportes...

Registamos também os alertas da sociedade civil e organizada sobre as reduções de investimentos previstos na Agricultura, ou a falta que faz à Universidade dos Açores ver aumentada a comparticipação da Região, ou dos empresários a quem a banca só coloca entraves, mesmo quando se tratam de linhas de crédito por vezes contratualizadas com o Governo...

Mas ao longo do debate teremos oportunidade de apontar as nossas diferenças e de formular as nossas críticas.

Sr. Presidente do Governo:

No momento tão difícil que atravessamos ninguém deve ser excluído, nenhuma ideia pode ser ignorada, nenhum caminho pode ser encerrado, nenhuma pergunta vos deve ser incómoda.

O momento aflitivo por que passam as nossas famílias já aqui reconhecido e empresas deve merecer a nossa mais profunda atenção; devemos estar abertos a ouvir todos, a dialogar com todos, a analisar todas as propostas e a aceitar

aquelas, que não sendo à partida uma opção socialista, podem ser boas para quem delas vai beneficiar...

Devemos fazer corresponder ao discurso do diálogo e do consenso ações reais. E estas ações depois de assumidas consensualmente devem ser concretizadas, sob pena de caírem no descrédito.

Não vale pena apelar ao diálogo e fingir o consenso.

Não vale a pela aprovar soluções ou propostas de outros partidos, apenas para constatar no discurso político de amanhã. É preciso fazer cumprir a palavra dada!

Ao Governo e ao Partido Socialista cabe a obrigação de uma procura genuína do consenso.

Apresentou as suas propostas, mas deve estar aberto às opções que venham a ser apresentadas por outros, visando a formulação de alternativas, ou se preferirem, de melhorias aos documentos agora apresentados.

O CDS-PP Açores é isso que fará; proporá medidas de estímulo à economia e de apoio às nossas famílias.

Em suma, esta é a altura de, dignificando a atividade política, sermos capazes de buscar consensos alargados para tirar os Açores da crise e a crise dos Açores. Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Umas palminhas!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Artur Lima lança um repto ao Governo Regional, um repto que, no caso concreto, é concretizado naquela intervenção de tribuna, mas que de uma forma mais geral está patente nestes três dias de debate.

O que gostaria de dizer ao Sr. Deputado Artur Lima é que o Governo Regional aceita esse repto. Aceita esse repto e está disponível para, nesta postura

construtiva de que o Sr. Deputado deu prova na sua intervenção, avançar a bem dos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos continuar com as intervenções de tribuna e tem agora a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região, Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo por saudar o Governo pelas propostas de Orçamento e de Plano de Investimento para 2014 que nos apresenta hoje aqui.

Este é um orçamento que se impõe face às condições extraordinárias que atravessamos. Aposta na proteção social, estimula o emprego e concilia a competitividade e a sustentabilidade da nossa economia.

A execução do orçamento para 2014 da Região marcará o arranque da entrada em vigor do novo quadro de referência da programação plurianual da União Europeia até 2020.

Na passada semana foram aprovados em Estrasburgo, em sessão plenária do Parlamento Europeu, os regulamentos da Política de Coesão e as respetivas dotações financeiras para o período de 2014-2020.

Esta votação culminou largos meses de negociações sobre os fundos estruturais para os próximos seis anos: Fundo Europeu Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão.

Num cenário de cortes generalizados do orçamento europeu e de redução de recursos para a Política de Coesão, no qual o nosso país perdeu 9,7% de fundos, os Açores obtiveram uma dotação global de 1.546 milhões de euros. Um aumento, em termos nominais, de mais oito milhões face ao atual QRESA.

Este desfecho confirmou o excelente trabalho que o atual e o anterior Governo Regional desenvolveram nas negociações encetadas com Bruxelas e com o Governo da República.

Deputado Luís Garcia (PSD): Estava a ver que o Governo da República andava por aí!

O Orador: Mas também traduz o compromisso do Presidente da Comissão Europeia de não redução de verbas para as Regiões Ultra Periféricas e realça, por isso, o mérito da luta travada pelos governos do PS, em 1999, para a consagração do Estatuto de RUP no Tratado da União.

O Governo Regional está assim duplamente de parabéns. Primeiro porque teve sucesso num processo negocial difícil com a República e em segundo lugar porque conseguiu influenciar, na parte que lhe competia, as instâncias comunitárias visando um desfecho que felizmente se confirmou.

Ambos os sucessos são grandes vitórias! Tenhamos consciência disso!

Mas se na Europa os Açores são hoje uma Região respeitada e admirada nem por isso deixamos de continuar a viver um estranho paradoxo.

Um paradoxo que simboliza o sucesso da nossa integração na Europa como RUP mas também a dificuldade de sensibilizar o Governo do nosso País quanto às questões particularmente relevantes para os Açores – relembre-se, por exemplo, o agravamento do IVA a partir de janeiro e as transferências na Lei de Finanças Regionais que o Sr. Vice-Presidente já aqui referiu.

A postura quase sempre insensível do atual Governo da República em relação aos Açores, particularmente no cumprimento de funções de soberania ou de organização dos serviços do Estado, contrasta com as posições compreensivas e consequentes do Dr. Durão Barroso, o que implica que os Açores despendam mais tempo e atenção a sensibilizar o Governo da República para as questões regionais do que a influenciar a Comissão Europeia ou o Parlamento Europeu no mesmo sentido.

Mas este acordo financeiro para vigorar até 2020 também surge num contexto de incerteza e divisão da União Europeia. O desajustamento das instituições europeias gerou uma crise marcada pela predominância de um Diretório

intergovernamental, amparado pelo Conselho Europeu, em detrimento de um papel que se desejava mais preponderante da parte da Comissão que permitiria soluções mais integradoras e mais federadoras nas políticas europeias.

Prova disso é que pela primeira vez a União reduz o seu orçamento plurianual face ao período antecedente. O Orçamento comunitário representa apenas 1% do PIB europeu. Tomando a média do peso relativo dos orçamentos nacionais no respetivo PIB, a influência do orçamento comunitário é 45 vezes inferior ao dos Estados nacionais.

Este cenário não representa apenas que os países contribuintes líquidos do orçamento comunitário estão a responder às exigências das suas opiniões públicas. Significa que a UE está a reduzir a capacidade de integrar as suas periferias e a diminuir a força do projeto europeu.

A União deixou a integração monetária evoluir para o estrangulamento das economias da periferia e adotou soluções tardias que abriram duas fraturas muito claras.

Uma à escala europeia, relacionada com quais os países que devem arcar com os custos de administração da moeda única. Os países do Norte querem que sejam os da periferia a assumir estes custos através da austeridade. E os países da periferia desejam que sejam os do Norte a assumir essa responsabilidade através da facilitação do financiamento das dívidas soberanas.

A outra dimensão é interna a quase todos os países europeus e reflete uma nova luta de classes, que está a impor à classe média e aos remediados o pagamento da crise através da sobrecarga de impostos, da redução de remunerações e da redução de serviços públicos em detrimento do contributo dos mais abastados e da alta finança, através de melhor regulação e de maior tributação.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: A Europa, parecendo estabilizada à superfície, vive dias de profundas lutas políticas aos quais a esquerda progressista europeia não pode cometer falta de comparência, pois isso deixará o palco reduzido a um confronto entre populistas e pragmáticos.

É por isso um claro erro a posição seguidista e acabrunhada com que o Governo nacional tem conduzido a sua política europeia.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Basta atender aos sinistros exames positivos de avaliação da Troika sobre o cumprimento dos memorandos, mesmo quando todas as evidências demonstram a subavaliação dos efeitos recessivos e o erro das soluções. A execução do Memorando esbarrou na realidade, mas mesmo assim a Troika parece apenas interessada num exercício ilusório de autoavaliação.

Foi um erro querer ir além da Troika e fazer do Memo o guião da maioria. Foi um erro não retirar ilações das evidências do que corria mal. É incompreensível não mudar de rumo e persistir no erro de considerar que não há alternativa para Portugal.

Deputado Luís Garcia (PSD): Não se sabe é qual!

O Orador: Há alternativa! E ela começa, no plano interno, pela assunção de que em democracia as eleições são sempre uma alternativa e, no plano europeu, sem rejeitar a necessidade de ajustamentos que são evidentes, construindo novas alianças para afirmar em Bruxelas e em Berlim uma voz forte contra a nova cortina de ferro de austeridade que ameaça destruir a construção europeia.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O efeito Holand!

O Orador: Portugal deve lembrar à Europa que ou vencemos juntos ou perdemos todos isoladamente, cada um por si, e nesse cenário a Europa será vítima de uma ordem mundial avassaladora mesmo para aqueles países europeus que agora parecem triunfar.

Portugal não pode cometer o erro de pensar que é possível intervir apenas na dimensão financeira da crise. Só poderemos encarar com sucesso o futuro se as respostas políticas conciliarem as preocupações financeiras, com as económicas e as sociais. **É caso para afirmarmos que o País tem de aprender com os Açores.**

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Portugal tem ainda de sensibilizar os grandes países europeus a tomarem consciência que **soluções de ajustamento draconiano representam**

desafios tão profundos para certos governos que colocam em causa os alicerces do regime democrático.

A sensação de falta de projeto de futuro para a Europa desperta, em muitos, um desejo irrealista de regresso ao passado e de devolução de poderes às soberanias nacionais.

Não podemos correr o risco de aplicar soluções velhas a problemas novos. **Aplicar soluções nacionais a problemas globais transformará conflitos de desigualdade em conflitos entre países com resultados imprevisíveis.**

Deputado Luís Garcia (PSD): Diga isso aí, ao Governo!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: A Europa necessita de se reconciliar com o seu destino. E prioritariamente carece de estabilidade assente numa maior integração monetária e financeira, capaz de enfrentar os mercados de dívida pública, para poder construir uma economia mais forte...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o Hollande, Sr. Deputado? E o Hollande?

O Orador: ...e com capacidade para gerar empregos, em especial para os jovens. Este sim, o maior problema atual da Europa.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O culminar do processo negocial sobre o próximo quadro comunitário de apoio definiu um novo paradigma de alocação de verbas que se insere nos objetivos ambiciosos da estratégia 2020 da União.

As novas regras de financiamento comunitário manterão ou até melhorarão as condições de participação regional nos cofinanciamentos, mas a sua alocação será diferente. Imporá novas prioridades e será mais exigente a quantificar os impactos dos investimentos a realizar.

Os Açores não terão apenas mais fundos comunitários ao seu dispor. Teremos uma acrescida responsabilidade no aumento da empregabilidade, na percentagem da formação superior do nosso capital humano, na

redução da pobreza, na redução do abandono escolar, no aumento da investigação e desenvolvimento e no uso de energias renováveis.

É neste exigente quadro de referência que a Região apresentará o Programa Operacional para vigorar nos próximos 6 anos.

Sublinhe-se mais uma vez a este propósito a prontidão com que o Governo Regional iniciou os trabalhos preparativos desse Programa por forma a assegurar a rápida disponibilização desses recursos financeiros assim que terminar o acordo entre Portugal e a Comissão Europeia.

A mobilização desses vastos recursos será fundamental para continuar o caminho de desenvolvimento e de modernização dos Açores através do relançamento de políticas públicas de investimento, crescimento, emprego, inovação e proteção social.

No quadro do já acordado com as instâncias europeias e nacionais, o Governo Regional definiu prioridades estratégicas de investimento para o próximo Quadro Comunitário de Apoio que merecem referência.

Uma dotação de 330 milhões de euros para o reforço da competitividade das Pequenas e Médias Empresas dos Açores. Um montante de 295 milhões para a agricultura e o desenvolvimento rural. 239,4 milhões de euros para as áreas da Educação e Formação dos quais 48,7 milhões destinados a reforçar a investigação e o desenvolvimento tecnológico. 180 milhões de euros para a promoção da inclusão social e para o combate à pobreza.

Deputado Luís Garcia (PSD): É só milhões!

O Orador: 100 milhões de euros específicos para a promoção do emprego e para o apoio à mobilidade laboral.

Deputado Luís Garcia (PSD): E os resultados?

O Orador: 109 milhões de euros para o desenvolvimento de políticas de transportes. 48,7 milhões de euros destinados à utilização de energias renováveis e à eficiência energética. 38,7 milhões alocados à proteção do ambiente e à eficiência dos recursos. 33 milhões de euros para a política marítima e das pescas. E ainda 31,8 milhões de euros para promoção da adaptação às alterações climáticas.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E a falência do setor cooperativo leiteiro?

Deputado Luís Garcia (PSD): É só milhões!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor ainda vai ficar conhecido como o “*million man*”!

O Orador: Estas prioridades, e os montantes financeiros que lhes estão associados, asseguram os meios necessários para os Açores prosseguirem o caminho de crescimento e de convergência assente na sustentabilidade e na competitividade da nossa economia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Deputado José San-Bento, o “homem milhão”!

O Orador: Um processo no qual o sector privado terá um papel ainda mais relevante que no passado.

O novo quadro comunitário representará um desafio exigente de modernização e de desenvolvimento. Não será um caminho de facilidades. Exigirá muito dos açorianos e dos sectores mais dinâmicos da nossa sociedade mas permitirá abrir novas oportunidades que devemos aproveitar e vencer, tal como temos feito até aqui.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O desfecho das negociações do próximo orçamento plurianual da EU não nos pode satisfazer apenas porque os Açores terão mais recursos no futuro.

A nossa satisfação particular não pode ofuscar a nossa inquietação nem a compreensão sobre a realidade concreta, sobre a União Europeia a que temos orgulho de pertencer nem sobre o Mundo que nos rodeia.

Os socialistas nos Açores não governam isolados, conformados com as dificuldades e rendidos à auto contemplação da obra feita.

Não nos podemos esquecer dos erros do passado cometidos pelo nosso país na utilização de fundos comunitários nem tampouco que o processo de convergência com a média europeia é mais exigente e mais moroso do que muitos vaticinaram.

Sabemos que a opinião pública está a ficar saturada de austeridade. A paciência e a compreensão estão a atingir o limite.

Em particular no nosso País a perda de confiança no Governo do PSD e do CDS parece confundir-se com a desilusão geral e com a sensação de sermos um País falhado.

Não haja dúvida de que estamos a viver uma época histórica. Um momento de encruzilhada. Uma encruzilhada em que as dificuldades sentidas, particularmente pelo nosso país, não nos podem desviar do essencial.

Deputado Luís Garcia (PSD): Uma candidatura ao Parlamento Europeu! O Deputado Luís Paulo Alves que se ponha a pau!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não, não! O Deputado Francisco César é que se tem que pôr a pau!

O Orador: E o essencial tem a ver com o futuro do projeto europeu que se encontra ameaçado pelo divisionismo e pelas tentativas de imposição da lei do mais forte.

Tem a ver com os homens e as mulheres de uma Europa confrontada com o desafio histórico de se repensar e avançar ou deixar-se minar pela linha política daqueles que, no passado recente, sempre manifestaram desconfiança em relação ao projeto europeu. Daqueles que sempre foram mais cétricos do que europeístas. Daqueles que parecem apostados em ver na Europa a fonte de todos os males e não a solução para os problemas que coletivamente enfrentamos.

Sras. e Srs. Deputados:

Os socialistas açorianos continuam convencidos de que a construção europeia é um sonho ao alcance da nossa geração. É o mais complexo, mas simultaneamente, o mais importante e mais profundo processo político das últimas décadas.

Um projeto que, na sua matriz fundacional, assenta na solidariedade, na liberdade e na afirmação de uma identidade comum como base de construção de uma paz social duradoura e de uma sociedade de bem-estar. Hoje, mais do que nunca, o sonho dos pais fundadores do projeto europeu exige de todos nós

uma defesa acérrima e sem hesitações sob pena de, em pouco mais de uma década, a unidade Europeia deixar de ser vista como um bem essencial para a paz no mundo para ser vista como um emaranhado de burocracias e de contradições que sobrepesam no destino coletivo.

Hoje, tal como há cerca de 61 anos afirmava Jean Monet, “estamos convictos [passo a citar] de que, pouco a pouco, conseguiremos vencer as resistências e as desconfianças mútuas, e que a aspiração popular à unidade da Europa acabará por triunfar e ser uma realidade”.

É esta aspiração popular ao desígnio da cidadania europeia que está hoje em risco. É por esta aspiração popular que, aqui nos Açores – nesta Europa atlântica – que continuaremos a lutar.

Como dizia um célebre escritor sul-americano “não há nada mais duro que a suavidade da indiferença”. É em nome do ideal Europeu, da afirmação da cidadania europeia e em defesa da democracia na Europa que também aqui, nos Açores, temos que batalhar contra a indiferença.

Disse!

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Aproveito o momento para cumprimentar os alunos do 10.º B, que nos visitam, da Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico, a quem saúdo em nome desta Assembleia.

(Aplausos da câmara)

Vamos então continuar os nossos trabalhos.

Estão abertas as inscrições para esclarecimentos sobre esta intervenção.

Não havendo, passamos então à intervenção seguinte.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

Deputado António Ventura (PSD): Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apesar dos Açores terem recebido mais de 5000 euros *per capita* entre 2000 e 2006 de Fundos Comunitários e estarem a receber cerca de 6000 euros por habitante entre 2007 e 2013, (enquanto outras regiões europeias receberam em média 1500 euros por habitante), a verdade é que temos 21 545 desempregados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Deputado Luís Garcia (PSD): São os milhões!

O Orador: Esta é a verdade!

Recebemos da Europa muito dinheiro mas temos os piores resultados sociais de sempre em Autonomia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: Com tanto dinheiro recebido a primeira conclusão é óbvia: Temos uma **crise própria**, temos um problema muito próprio que advém das opções políticas de quem tem governado os Açores. Ou seja, a culpa não é só externa, a culpa é muito de cá.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Os Açores vivem um paradoxo: o seu Governo Regional fala em boas taxas de execução e diz que é o campeão da utilização dos Fundos Comunitários.

Deputado Berto Messias (PS): Diz o Governo e o Dr. Durão Barroso!

O Orador: Compreende-se que assim seja pois, infelizmente, o Governo Regional não pode chamar a si o título que mais interessa: o de campeão dos resultados.

Deputados Duarte Freitas e Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas, não é por causa do Governo da República nem dos Fundos Comunitários utilizados na construção de escolas que somos, infelizmente, os campeões dos maus resultados e do abandono escolar.

Mas, também não é por causa do Governo da República nem dos Fundos Comunitários que temos edifícios termais fechados ou a cair aos bocados, casinos por abrir e salas de desmancha encerradas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: É, sim, por causa deste Governo Regional.

Ao fim de 17 anos de Governação Socialista na Região, parece que vamos repetir as mesmas fórmulas.

Em 2004, o Partido Socialista prometia um casino e uma grande aposta no turismo termal. Em 2013, o Partido Socialista anda a tentar resolver o problema do casino e promete agora reconstruir as termas que destruiu na Graciosa e na Ferraria ou finalmente abrir as termas que destruiu nas Furnas.

Deputados João Bruto da Costa e Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): É só meter água!

O Orador: Em 2004, o Partido Socialista prometia aos agricultores seguros agrícolas e emparcelamento com Fundos Comunitários, para além de um Centro de Leite e Lacticínios. Em 2013, ainda estava a tentar avançar com estas promessas.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Perante estes exemplos a segunda conclusão é óbvia: O Partido Socialista só tem de queixar-se de si próprio.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, a este momento, importa saber quantos açorianos aguardam a aprovação de projetos de investimento ao abrigo dos Fundos Comunitários.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ora aí está!

O Orador: Quantos são? E se vão ter seguimento neste Quadro Comunitário de Apoio?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Na realidade foram criadas elevadas expectativas aos açorianos e muitos estão a questionar da demora da aprovação ou pagamento do seu projeto de investimento.

Depois importa, igualmente saber, quando poderão os açorianos apresentar novas candidaturas aos fundos comunitários de apoio.

Minhas Senhoras e Meus Senhores:...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E entretanto o Vice-Presidente ausentou-se!

O Orador: Mais emprego, mais riqueza, mais população, mais solidariedade, mais sociedade e mais democracia são alguns dos objetivos que nos levaram à Autonomia.

A Livre Administração dos Açores pelos Açorianos não pode ser apenas uma retórica. Tem de ser a nossa ação do dia-a-dia.

Os açorianos esperam que o seu Governo se antecipe à crise. Que não se limite a caminhar atrás da crise, que seja mais ativo do que reativo e que encontre soluções para os problemas em vez de desculpas para os seus fracassos.

Deputados João Bruto da Costa e Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: No próximo Quadro Comunitário de Apoio os Açores têm de ser os campeões dos resultados.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Os cerca de 1.546 milhões de euros que vamos receber da União Europeia têm de ser aproveitados para que os Açores conheçam um verdadeiro ciclo de desenvolvimento.

O PSD/Açores já deu o seu contributo para esta matéria indicando alguns eixos essenciais de investimento para os próximos 7 anos, a saber:

1. Alocação de recursos para o setor privado em detrimento do público para criação de riqueza, postos de trabalho e sustentabilidade;
2. Uma aposta forte na componente produtiva de utilização de recursos endógenos;
- e
3. Uma valorização da componente de produção de bens transacionáveis para aumentar as exportações e substituir as importações.

Deputado Francisco César (PS): Srs. Deputados, já sabemos isso tudo, até agora!

O Orador: Todavia, para que estes objetivos possam ser alcançados, não basta a simples existência de fundos. Aos Açores exige-se visão estratégica, capacidade de organização e cultura de ação para melhor sabermos aproveitar esses recursos e empregá-los ao serviço do desenvolvimento harmonioso e sustentado das nossas ilhas.

Nesta construção consideramos fundamental que a Assembleia Regional e os parceiros sociais devam participar na definição do Programa Operacional dos Açores.

O PSD/Açores cá estará. Firme na defesa dos açorianos e determinado na apresentação de alternativas.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.

Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque de facto o tempo é um fator muito importante nestes debates.

Queria começar por referir que, Sr. Deputado, nós não estamos de acordo nem quanto às razões da crise, nem quanto ao percurso que nos trouxe até aqui.

Achamos que o PSD tem falta de lucidez e falta de clareza na análise dos fatores relacionados com a crise e isso retira a capacidade de análise ao PSD e objetividade nas soluções conforme reiteradas vezes temos feito, mas queria dizer-lhe Sr. Deputado, que o sucesso da nossa integração europeia não é o desastre, nem os Açores negros que o senhor aqui pintou.

Nós de 96 a 2012 convergimos com a média nacional, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Em quê?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ai não?!

O Orador: ... convergimos com a média da União Europeia e nós temos muito orgulho nisso. Os Açores são um exemplo, ao contrário do que o senhor procurou aqui trazer, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Em gastar milhões!

O Orador: ...puxando os Açores para baixo. Os Açores são um exemplo a nível europeu...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... de aplicação de fundos comunitários, de planeamento e de rigor nesse processo de desenvolvimento.

É o próprio Dr. Durão Barroso que o diz e nós registamos aqui que através da sua voz o PSD-Açores não concorda com o Presidente da Comissão Europeia.

Nós, Sr. Deputado, assumimos com orgulho o que fizemos até aqui e assumimos todas as responsabilidades em relação ao futuro conforme procurei aqui dizer. Nós queremos e vamos ter essas responsabilidades de levar os Açores mais para a frente, mesmo apesar da maior crise em 80 anos do sistema financeiro que o senhor procurou esquecer, como também procurou esquecer o efeito que as más políticas nacionais têm nas boas políticas regionais, mas nós vamos continuar a trabalhar, com ou sem o PSD, a favor dos Açores.

É isso que temos feito e é isso que continuaremos a fazer.

Queria também dizer, Sr. Deputado Duarte Freitas, que começa a ser um pouco incompreensível esta postura e este anúncio de abstenção do PSD.

O PSD tem o direito de anunciar que se abstém. Tem o direito e essa leitura pode ser vista em duas perspetivas.

É uma abstenção que significa que o PSD não quer alinhar com o radicalismo do passado e ao mesmo tempo não quer alinhar com um governo que diz que não suporta. Agora isso tem de ser consequente e coerente. Os senhores para serem coerentes não podem ter o discurso da abstenção e depois virem aqui ter o discurso do bota abaixo e de puxar os Açores para baixo que os senhores estão a ter. Isso é incoerência!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): A frase é sua: “Os Açores estão vencidos”!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Isto significa que este PSD-Açores corre o risco de ser como o PSD da República. O PSD que diz uma coisa, mas que depois faz outra.

Os senhores dizem que se abstém, mas vêm para aqui fazer uma intervenção puxando os Açores para baixo e denegrindo o trabalho muito difícil do Governo.

Esta é uma incoerência que também se salienta...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): A quem o diz, Sr. Deputado!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Essa incoerência é que não lhe fica bem!

O Orador: ... na forma incoerente e desproporcionada com que os senhores apresentaram as vossas propostas de alteração.

O PSD critica e, por aquilo que ouvimos agora, tudo está mal nos Açores, mas num orçamento de mais de mil milhões de euros os senhores propõem alterações de apenas 4 milhões, de apenas 0,5% daquilo que está em causa.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É sinal de que vão aprovar tudo!

O Orador: É este vazio do PSD que lamentavelmente registamos.

Mas o PS está aberto e vamos continuar a dialogar, se calhar, com outras oposições para criarmos consensos e continuarmos a construir o melhor.

Deputado Luís Garcia (PSD): Ah! Já percebemos tudo!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Essa parte era para dizer já!

O Orador: Termino, Sr. Deputado, com uma referência que me impressionou profundamente há cerca de uma semana, quando o Presidente das Filipinas declarou que governar um arquipélago é o maior desafio político do mundo. O PS concorda com ele.

Deputado Luís Garcia (PSD): Está levantando uma pontinha do véu!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) Deputado António Ventura (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José San-Bento, factos são factos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E gravatas são gravatas, e casacos são casacos!

O Orador: Melhor resultado para atestar a vossa falência dos milhões utilizados da Europa nestes anos todos do que o desemprego?

O senhor quer melhor dramatismo do que esse?

Quer melhor descalabro do que este?

Deputado Berto Messias (PS): Não, não! Não venha para aqui com essa!

O Orador: Obviamente que sim!

Para os senhores, o que interessa fazer com os fundos comunitários é construir obras, mas deixe-me dizer-lhe que as obras tornam-se eternamente inacabadas se a elas não estiver associada uma estratégia de criação de emprego e de riqueza. É isso que falha!

É essa estratégia que falha na vossa política, na vossa ação!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Os milhões da Europa devem ser utilizados com rigor, devem ser utilizados com estratégia, com ação e com visão e é isso que não está acontecer. Não é utilizar por utilizar! São os milhões nas vidas das pessoas e os milhões que os senhores utilizaram da Europa na vida das pessoas traduzem-se em desemprego, na maior taxa de desempregados da nossa autonomia.

Este é o resultado dos milhões!

Deputado Berto Messias (PS): Isto é que é consenso!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, há uma questão aqui fundamental.

Nós estamos à beira de uma nova oportunidade para os Açores: 1.546 milhões de euros que vêm novamente da Europa nos próximos 7 anos. É essa oportunidade que o PSD-Açores está disposto a dar ao Governo, porque cabe ao Governo governar, ...

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Estamos mesmo a precisar!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ...não cabe à oposição governar.

Por isso, é que nós vamo-nos abster. Nós já demos o nosso contributo. Nós não somos Governo. Nós somos oposição. Demos o nosso contributo durante o ano, quando fomos chamados para isso. Demos a nossa visão.

Deputado Berto Messias (PS): Vê-se!

O Orador: É isso efetivamente que cabe ao Governo fazer: governar! Fazer aquilo que lhe foi mandatado pelos açorianos e governar é ter os meios financeiros, os meios técnicos e de relacionamento para levar os Açores a um novo ciclo de desenvolvimento. É isto que não tem acontecido.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A campanha já acabou! Só daqui a 3 anos!

O Orador: É esta a vossa falência atestada pelos resultados dos milhões empregues na vida das pessoas.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente.

Sr. Deputado, acho que é uma crueldade o que lhe pediram para fazer.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Um castigo!

O Orador: Queria dizer-lhe, Sr. Deputado, que factos são factos. Não vou reiterar aquilo tudo o que disse, já respondi ao que disse, mas quero deixar aqui bem claro que de 96 até 2012 os Açores convergiram de 62% para 73% da média da União Europeia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E acha isso muito?

O Orador: Isto é um processo impressionante de desenvolvimento.

É mérito do Governo? No nosso entender, é; mas é mérito também de muitas empresas, de muitos empresários...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...e de muitas pessoas que todos os dias procuram, juntamente connosco, construir uns Açores melhores.

Infelizmente, como se viu aqui, duas vezes através de si, da parte do PSD, o que vos interessa é puxar a região para baixo.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Os senhores fazem tudo o que podem. Os senhores não se importam de falar mal dos Açores só para fazer oposição ao Governo.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Ventura tem a palavra.

(*) Deputado António Ventura (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para recordar, Sr. Deputado José San-Bento, que a média de aproximação antes de 95 foi 1.5 ao ano e depois de 95 foi um 1 ponto percentual.

Mas também dizer-lhe uma coisa.

Deputado Francisco César (PS): Oh, Sr. Deputado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Os valores que nós ficámos a conhecer relativamente aos desempregados só têm uma leitura: o Governo governa abaixo da solução necessária para os Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos então passar à próxima intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na discussão do Plano para 2013 o Governo Regional e o PS prometeram tomar medidas para fazer crescer o emprego e o nível de vida dos trabalhadores e juraram que a estratégia definida ia dar bons frutos.

Passados apenas sete meses, constatamos que a propaganda não basta e não resolve os problemas das pessoas, que o que importa mesmo é passar das

palavras aos atos. E que mais importante do que a “execução quantitativa” das medidas é “o resultado a que elas conduzem”.

Chegamos inevitavelmente a outra conclusão: em vez de perder tempo a desculpar-se e a acusar a oposição, o governo devia, isso sim, preocupar-se a encontrar uma solução.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Há 21.545 desempregados nos Açores, à espera de resposta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Este é um número sem precedentes em quase quatro décadas de Autonomia e que por isso deve envergonhar os governantes socialistas.

Aliás, esse é o mais triste e cruel balanço do primeiro ano da governação de Vasco Cordeiro: a maior taxa de desemprego de sempre nos Açores. Passado um ano os açorianos estão mais pobres, com menos emprego e menos esperança no futuro.

Cada vez que o Governo Regional anuncia uma medida ou um programa para promover o emprego ou combater o desemprego, dramaticamente mais açorianos ficam privados do trabalho e conseqüentemente de rendimentos para fazer face a uma vida condigna.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, o senhor tem consciência do que está dizendo?

O Orador: Não há desculpa que possa ilibar o Governo Regional socialista neste drama social que atinge 21.545 açorianos, mais do que a média nacional e mais do que a taxa registada na Madeira.

Nos últimos 12 meses, diariamente mais oito açorianos – um em cada três horas – ficaram desempregados. Fomos a região de Portugal que mais desemprego registou: 11 vezes mais do que em Lisboa e 23 vezes mais do que no Norte, as outras duas regiões onde em termos homólogos o desemprego cresceu.

Deixamos de ter a segunda taxa de desemprego mais baixa do país para termos a segunda mais alta.

Em março dizia aqui o Vice-Presidente Sérgio Ávila que e vou citar "mais vale estar entre as regiões com menos desempregados do que entre as que têm mais desemprego".

Deputado Francisco César (PS): E é verdade!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O peixe morre é pela boca!

O Orador: Hoje, senhor vice-presidente do Governo, o princípio continua válido ou mudou de opinião?

Estranhamente, quando confrontados com o triste e dramático resultado das suas políticas, o Governo Regional e o PS desculpam-se com a República. Mas como isso já não basta, agora também se desculpam com o aumento da população ativa, mesmo sabendo que ela é idêntica à verificada dois anos antes, com uma diferença, essa sim, abissal, no número de desempregados: 14 mil em 2011; 21.545 em setembro deste ano.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Desculpa mais esfarrapada não podia haver!

O Orador: Portanto, a taxa de desemprego cresceu nos Açores não por ter aumentado a população ativa mas porque falharam as políticas socialistas de combate ao emprego e de criação de novos postos de trabalho.

Deputados Luís Rendeiro e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Francisco César (PS): A postura deste PSD!...

O Orador: Os Açores vivem um drama social sem precedentes, um sismo de alta intensidade social, que não se compagina com o discurso da fantasia cor-de-rosa.

21.545 pessoas desempregadas exigem mais do que desculpas e slogans de propaganda.

Não estamos no bom caminho. Por mais que o presidente do Governo o afirme, infelizmente para milhares e milhares de açorianos, não estamos no bom caminho.

O Plano para 2013 propunha-se a fazer e cito “o fomento do emprego”, e falhou redondamente.

Deputado Francisco César (PS): Não falhou! Criou emprego!

O Orador: O de 2014 propõe-se a fazer o “combate ao flagelo do desemprego”. Vamos conseguir? Duvidamos.

Deputado Francisco César (PS): Os senhores é que estão eliminados!

O Orador: Mas uma coisa é certa: de boas intenções está o governo cheio. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo inscrições, vamos passar à última intervenção deste debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Humberto Melo.

Deputado Humberto Melo (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No seu penúltimo editorial semanal, o padre António Cassiano escrevia:...

Deputado José San-Bento (PS): Vamos ter uma homilia!

O Orador: ... “os Açores têm, atualmente, a segunda mais elevada taxa de desemprego do país, nada menos que 17,7%, correspondente a 21 545 desempregados, um número impressionante, mais do que comporta, imagine-se, o estádio de São Miguel.”

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: “Trata-se, obviamente, de uma situação que atinge a dimensão de tragédia social ou calamidade pública, a que ninguém pode ficar indiferente, desde o governo até ao cidadão comum, passando pelas instituições.”

“O trabalho é como o pão. Hoje, a maior obra de misericórdia é dar trabalho a quem está no desemprego”. fim de citação.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, onde é que está essa indignação?!

O Orador: Os sinais de alarme surgem, na verdade, de todos os quadrantes: são notícias de crianças que chegam com fome às escolas; são as IPSS que não têm mãos a medir para acudir às necessidades; é a Cáritas que lança alertas; são os fundos de emergência das autarquias que procuram colmatar carências acrescidas; são os párocos e os responsáveis de freguesia que fazem apelos dramáticos, incitando o combate à exclusão social e ao aumento de novos pobres; são notícias de falências e insolvências diárias.

A dotação total do plano, para o conjunto dos eixos, revela que as disponibilidades financeiras para o investimento público, em 2014, mantêm-se praticamente inalteradas. Em São Miguel, são de 219,2 milhões de euros, enquanto, em 2013 foram de 218,6 milhões.

Se se tiver em linha de conta que as rendas representam cerca de 12% (25,2 milhões) do total disponível, então haverá de facto menos dinheiro injetado na economia micalense.

Assim, 2014 não será tempo de facilidades!

Manter um capital de confiança e de esperança no futuro, exige de todos os agentes, económicos e sociais, uma ação responsável e concertada.

Deputado Berto Messias (PS): Isto é uma intervenção de centralismo!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): De centralismo!

O Orador: O desemprego está, fundamentalmente, relacionado com a abrupta quebra na construção civil.

Seria, pois, de esperar particular atenção dos responsáveis governativos na implementação das obras públicas, pelos efeitos transversais, mas também para ajudar a minorar a agonia em que vive o setor.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Hão de por uns painéis solares!

O Orador: Vejamos três exemplos, que dão boa nota de que afinal o Governo gosta mais de satisfazer o seu guloso umbigo partidário:

Deputado José San-Bento (PS): O senhor não acredita nisso!

O Orador: Em setembro de 2012, foi lançado o concurso público para a “Requalificação das Margens da Lagoa das Furnas-Fase 2”. Adjudicada, em março de 2013, pelo valor de 5,1 milhões de euros, até hoje, nunca começou. E, constata-se agora que já não há qualquer dotação no plano, pelo que nem sequer vai começar!?

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não há! Mas a gente precisa desse dinheiro para outra coisa!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Querem ambiente ou querem emprego?

O Orador: Isso, mesmo depois da promessa feita pelo então presidente do Governo, na inauguração da Fase 1, e cito: “de que para reverter a degradação da lagoa é preciso continuidade na requalificação ambiental por ser um problema de décadas e que agora alcançou uma velocidade de resolução adequada”, fim de citação...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Afinal, passados 2 anos, ... tudo parou...?!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Em outubro de 2012, depois de optar por não adjudicar o concurso público, de abril, para a “construção do entreposto frigorífico de Ponta Delgada”, o governo manda abrir um procedimento por ajuste direto, dada a importância e a necessidade da infraestrutura para a atividade e desenvolvimento da pesca. Mas, só passado mais de 1 ano, em novembro de 2013, é que adjudica a obra por 4,3 milhões de euros e para começar para o próximo ano!

Igualmente, em outubro de 2012, por 14,2 milhões de euros, o governo adjudicou a “construção do novo centro de saúde de Ponta Delgada” que, ainda hoje, não teve início, apesar dos vários milhões que estiveram inscritos, em sucessivos planos anteriores.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Está à espera do TC!

O Orador: Aliás, este investimento é, pela primeira vez, anunciado, em setembro de 2008, pelo então secretário regional, Vasco Cordeiro, na sequência

do último conselho do Governo daquela legislatura, que determinou a respetiva localização.

Só estas obras, num investimento global de 24 milhões de euros, se bem lançadas, já poderiam, e em muito, ajudar a criar emprego e a incentivar o setor,...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): A gente vai convidá-lo para ir!

O Orador: ...sem sequer falarmos na importância delas para a área de atividade em que cada uma se insere!

Em suma, em período eleitoral, o governo tudo faz e acelera, para depois, andar a passo de caracol!

Deputado Berto Messias (*PS*): O PSD quer mais dinheiro para São Miguel!

O Orador: Criação de valor e de emprego deve ser objetivo central do investimento.

O turismo, na sua componente de valorização endógena, tem no Termalismo um nicho de mercado muito interessante, que levou mesmo o governo a desenvolver (e bem) o programa «Termaz» - Termalismo, Lamas e Águas Engarrafadas.

Não podemos, por isso, deixar de elevar a voz para manifestar profundo repúdio com o que se passa nas Furnas. Conhecidas como a maior hidrópole do mundo, as suas Termas, com mais de 140 anos, continuam sem abrir, porque o governo socialista não sabe o que fazer ou está refém do que fez antes.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Um recurso do domínio público da Região, sujeito a concessão, não pode estar ao abandono, dando conta da inoperância do governo, que parece incapacitado de agir para defender o interesse regional.

É incompreensível essa atitude de paralisia! Não queremos acreditar que seja por causa de algum “consórcio”, como titulava um recente artigo de opinião, no maior jornal dos Açores, sobre o negócio “público-privado” que envolve a “Calheta/Casino,...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Mais um!

O Orador: ...o SPA da Ferraria e também os painéis solares....”!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Os erros da política de turismo levam a que continuem ainda encerrados, na zona marginal de Ponta Delgada, o Casino, hoje um mamarracho, e os hotéis Açores Atlântico e Avenida!

Tudo deve ser feito para manter o emprego! Pagar a tempo e horas pode salvar uma empresa!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O governo deveria primar por cumprir esse objetivo!

O PSD Açores apresentou propostas concretas, que pretendem melhorar a vida das famílias e das empresas.

O PSD, como partido de alternativa credível, tem uma postura crítica, mas de responsabilidade, na defesa dos Açores e dos açorianos!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo inscrições, vamos então avançar nos nossos trabalhos e para uma outra temática, neste caso com a intervenção da Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Piedade Lalanda): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Num país que vê morrer diariamente o Estado Social e onde o apoio às famílias cai para níveis comparáveis com os existentes há dez anos atrás, os Açorianos continuam a contar com o Governo Regional em termos de apoios sociais.

Ao decretar o corte no rendimento disponível das famílias, “para não cair em incumprimento com o exterior, o Estado Português está entrando, amplamente, em incumprimento perante os cidadãos”, citei o Dr. João Bosco da Mota Amaral num artigo de opinião do passado domingo, 24 novembro. E acrescenta, “uma redução de direitos, que se traduz num retrocesso à assistência social de tempos antigos”.

Contrariando a política do Governo da República, da responsabilidade do PSD e CDS-PP, que corta indiscriminadamente nas prestações sociais, sem poupar reformados, pensionistas, doentes ou viúvas, o Governo Regional reforça os complementos regionais de apoio direto aos idosos, às crianças e garante o pagamento de rendas habitacionais às famílias de menores recursos, atenuando as medidas de austeridade impostas.

Enquanto a nível nacional os parceiros sociais veem reduzidas as participações que garantem o seu financiamento, na Região os representantes das Instituições Particulares de Solidariedade Social e das Misericórdias dos Açores assinam com a Secretaria Regional da Solidariedade Social um Acordo Base. O primeiro acordo deste tipo na história da cooperação entre o Governo e as Instituições da Região.

Um acordo que consensualiza o modelo de financiamento subjacente à colaboração entre Governo e Instituições, no qual se definem as regras deste novo modelo de financiamento das instituições sociais, de forma participada, transparente e consciente, por estar em causa a justiça e equidade no relacionamento do Governo com todos os parceiros sociais envolvidos, a sustentabilidade das respostas sociais disponibilizadas aos Açorianos e a manutenção dos postos de trabalho.

A assinatura deste Acordo Base resultou da negociação e do diálogo, a que o Governo nunca se esquivou. Negociação que permitiu esclarecer dúvidas, identificar objetivos comuns e divergências de opinião, afastando interpretações politiqueras dos normativos legais. Com diálogo foi possível consensualizar a tabela de valores padrão, enviada ainda este mês para publicação no âmbito do Despacho Normativo que enquadra os Contratos de Cooperação Valor Cliente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:
O plano para 2014, nos capítulos da Solidariedade Social e da Habitação, concretiza uma política de combate às desigualdades sociais.

É nesta linha de ação que se insere o investimento proposto no domínio da habitação.

Um investimento reforçado em 27%, ou seja mais 4,5M€, destinado à reabilitação e renovação urbana e às medidas de apoio ao arrendamento social e cooperação, com destaque para estas, onde se regista um aumento de 50% comparativamente a 2013.

Desta forma, o Governo aumenta o rendimento disponível das famílias, promove o desenvolvimento local e contribui para garantir o direito à habitação, particularmente aos agregados mais fragilizados, nomeadamente monoparentais ou com menores a cargo.

Atualmente, são cerca de 1.900 famílias apoiadas em termos habitacionais, das quais mais de um milhar pela via do realojamento, no regime de renda apoiada, e as restantes cerca de 800 ao abrigo do incentivo ao arrendamento, que assume, em média, 50% do valor da renda. Ainda este ano deram entrada 400 novos processos candidatos a este tipo de apoio.

E como, em matéria de habitação, os apoios não se esgotam na atribuição direta pela Região, destacamos ainda os conferidos pela Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infraestruturas, com cerca de 940 famílias realojadas, das quais aproximadamente 28% em regime de propriedade resolúvel.

No âmbito ainda da política habitacional, em 2014, serão colocados pela Direção Regional da Habitação, através de concurso público, cerca de 100 imóveis habitacionais para arrendamento, com opção de compra, materializando um compromisso anunciado no início desta legislatura.

Estes concursos, destinados a famílias com residência na Região Autónoma há pelo menos três anos, irão privilegiar casais jovens e preveem uma majoração para os agregados monoparentais e os que integram pessoas portadoras de deficiência.

Vamos continuar a apostar na recuperação de habitação degradada, bem como na reabilitação e renovação urbana, concretizando os investimentos calendarizados na Carta Regional de Obras Públicas, um instrumento de planeamento de extrema importância para as empresas açorianas de construção civil, onde destacamos os empreendimentos da Terra Chã e do Bairro Nossa Senhora de Fátima (vulgo Joaquim Alves), cujos procedimentos se iniciam no próximo ano, num valor superior a três milhões de euros.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso já tem barbas!

A Oradora: É também numa ótica de combate às desigualdades sociais que se insere o incremento dado às hortas comunitárias, desenvolvidas em terrenos cedidos pelo Governo, em parceria com Juntas de Freguesia ou Instituições de Solidariedade Social, que estão a tornar-se num importante complemento ao rendimento das famílias que as trabalham.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em matéria da rede de equipamentos sociais, o plano de investimentos para 2014 privilegia o apoio aos idosos, reforçando em 51% a dotação do plano anterior.

Num contexto de envelhecimento demográfico, é fundamental garantir uma resposta de qualidade ao nível dos serviços de apoio, seja no domicílio, nos lares ou nos centros de dia.

Daí o investimento na segunda fase da remodelação do Lar D. Pedro V, na ilha Terceira, o Lar do Pico da Pedra, em S. Miguel, a ampliação do Lar da Piedade, na ilha do Pico, ou a remodelação do Lar do Corvo.

Para além desta intervenção, que reabilita e melhora as condições de resposta aos idosos, o Plano prevê a continuidade do programa de Turismo Sénior, que irá proporcionar o acesso a viagens de lazer e convívio, com claros benefícios para um envelhecimento ativo.

Como política de família, o Governo tem apoiado os cuidadores informais, em geral familiares dos idosos, através de ações de formação, que irão culminar em

2014 com a criação do gabinete de apoio ao cuidador, numa estratégia de suporte psicossocial a estas famílias.

Durante esta legislatura, será alargada a Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados, de modo extensivo a todos os concelhos, contemplando uma adequada distribuição do número de camas, conforme prevê o plano de ação elaborado pela Comissão Regional de Cuidados Continuados.

Ainda no âmbito do apoio direto aos idosos, está em curso a criação de uma plataforma de ajudas técnicas, facilitando o acesso a recursos disponíveis na região, em regime de empréstimo.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A aposta deste Governo foi, desde a primeira hora, na reabilitação, remodelação e ampliação de infraestruturas existentes na rede, alargando a novas respostas quando necessário.

É neste contexto que se insere o investimento nas novas creches de Vila do Porto ou do Nordeste; o investimento na reabilitação e beneficiação do Centro Infantil “O Baloço” e do infantário "O Carrocel", em Angra do Heroísmo; a adaptação de um espaço urbano em Ponta Delgada para atelier de tempos livres da Cáritas ou ainda a remodelação prevista para a creche "O Castelinho", na Horta, esta última contando com a parceria da Secretaria Regional da Solidariedade Social e da Secretaria Regional da Educação.

O superior interesse da criança é uma exigência política deste Governo, que orienta as medidas para a infância. Nesse sentido, terá lugar no próximo mês um encontro regional destinado aos técnicos que integram as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, proporcionando formação e partilha de boas práticas, instituindo uma prática de acompanhamento regular e de proximidade.

As políticas sociais, Srs. Deputados, são por natureza políticas de família.

Neste domínio e de acordo com o relatório 2012 do Observatório das Famílias, o Governo da República promove o assistencialismo. Se, por um lado, corta montantes e dificulta o acesso às prestações sociais, particularmente para famílias com menores a cargo, por outro reforça a criação de cantinas sociais,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem será que congelou as pensões dos reformados?

A Oradora: ...como resposta à perda de rendimento dessas famílias, agravando a desigualdade e a pobreza. Corta nos apoios que permitem às famílias a aquisição de géneros alimentares e apresenta como alternativa a “oferta” de refeições. Corta nos apoios integradores e autonomizadores e investe em respostas de cariz assistencialista que estigmatizam, promovem e perpetuam dependências.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A senhora devia ter ido mesmo para a República!

A Oradora: Os Açorianos também estão sujeitos a esta política do Governo da República do PSD/CDS-PP, abrangidos pela redução nas prestações sociais.

Consciente deste impacto, o Governo Regional, ao contrário do que acontece no continente, garante e quer reforçar uma Ação Social de proximidade e de acompanhamento às famílias que são confrontadas com a perda de rendimentos e a falta de esperança, que as faz desistir de lutar.

Mais uma vez, o Plano contempla, através do Fundo Regional de Ação Social, o reforço dos montantes destinados a apoiar as famílias em situação de grave precariedade económica ou emergência, bem como o reforço de 1,5 milhões de euros destinados ao funcionamento da Rede Regional de Equipamentos Sociais.

Como temos vindo a afirmar, e ao contrário do que alguns quiseram fazer crer, continuamos comprometidos com os nossos parceiros na oferta de respostas sociais aos Açorianos e às Açorianas. Não vamos cortar nessa dotação.

Vamos sim reforçá-la em 1,5 milhões de euros. Queremos continuar a apoiar os que mais precisam, com maior justiça, qualidade e rigor.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

A Oradora: Os Açorianos sabem-no, os nossos parceiros sabem-no. Sabem que podem confiar neste Governo.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em relação aos públicos com necessidades especiais e aos grupos mais vulneráveis, destaco o trabalho de parceria e articulação que tem sido implementado com diversas associações parceiras, seja na criação de novas respostas, como o Centro para a Deficiência, em Ponta Delgada, seja na definição de estratégias que reforcem a intervenção precoce, a melhoria da qualificação e a promoção da empregabilidade de pessoas com deficiência, intervenções que terão um maior incremento no âmbito do próximo Quadro Comunitário de Apoio.

No âmbito da igualdade de oportunidades, um eixo transversal a todas as políticas sociais, iremos dar continuidade ao trabalho em parceria com a sociedade civil para implementar o II Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica, atendendo aos resultados obtidos no I Plano, cuja taxa de execução foi de 77%.

A terminar, e porque a política social só terá resultados se for integrada e transversal a todos os departamentos do Governo em parceria com a sociedade civil, orgulhamo-nos de, ao longo deste ano, ter conseguido juntar à mesma mesa, e por mais de uma vez, associações e entidades diferentes que, de forma construtiva, se dispuseram a pensar e a concretizar soluções integradas para os problemas sociais que nos preocupam a todos.

A solidariedade exige cooperação.

Cooperação é a palavra de ordem deste Governo em matéria de política social.

Cooperação com os parceiros sociais, para continuarmos a assegurar a prestação de serviços de proximidade através da rede de equipamentos sociais.

Cooperação com os Açorianos, atenuando o impacto da austeridade que reduz direitos e penaliza famílias e empresas.

Agindo em conjunto, Governo, parceiros sociais e cidadãos em geral, faremos mais e melhor, desde que rentabilizemos o que somos e o que temos.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista de facto saudar a intervenção da Sra. Secretária...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh, Sr. Deputado! Não faça isso!

O Orador: ...e aquilo que é este Plano e Orçamento no âmbito das políticas sociais.

Nós reconhecemos, como sempre temos reconhecido, que vivemos tempos difíceis, sobretudo no âmbito social e que abrangem indiscutivelmente cidadãos e famílias em particular.

Isto porquê?

Porque os rendimentos dessas famílias e desses cidadãos são duramente penalizados pelas sucessivas intervenções do Governo da República.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Aos anos!

O Orador: Nós temos que reconhecer aqui indiscutivelmente que o Governo do Partido Socialista todos os dias trabalha em prol do apoio que deve ser dado aos nossos cidadãos e famílias que se encontram em situações de insuficiência ou de precariedade económica, isto sobretudo para lhes dar a dignidade (e repito, dignidade) que cada um dos nossos cidadãos e cada uma das nossas famílias bem exige e bem merece.

Por isso, no âmbito da sua discussão, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista de facto reconhece que é um Plano que vai dar sustentabilidade à manutenção dos apoios que estes cidadãos e que estas famílias bem necessitam.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: O caminho que estamos a trilhar, e particularmente o caminho que o Governo trilha neste âmbito, é um caminho bem diferente de todos os outros e nós temos de realçar. É um caminho bem melhor. É esta via e este caminho que ganha mais significado político neste momento. Ganha mais significado político

quando a República caminha precisamente no sentido oposto àquele que o Governo dos Açores tem vindo a trilhar.

São sobretudo também um caminho e uma realidade estas medidas e estas estratégias que têm sido implementadas e que muito dignificam o Partido Socialista.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista congratula-se com o esforço que o Governo tem vindo a fazer no reforço daquilo que é a implementação no seu Plano e Orçamento para as políticas sociais no combate objetivo às desigualdades e à inclusão.

Queria, nesta sequência, fazer uma pergunta à Sra. Secretária na medida em que acaba de anunciar de tribuna, entre várias medidas no âmbito social e sobretudo dirigidas aos idosos, o que diz respeito aos cuidadores informais.

Perguntar-lhe-ia, Sra. Secretária, se estes cuidadores, tal como anunciou, sairão da própria família dos idosos, se serão cuidadores que serão formados e recrutados no ambiente de trabalho e quem fará a formação e a avaliação destes formadores?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social, queria começar por lembrar esta casa, mesmo que tal não seja necessariamente obrigatório, que o Governo Regional e o Partido Socialista, nesta câmara, até pela voz da atual Secretária Regional da Solidariedade Social, enquanto deputada do Partido Socialista na última legislatura, tem defendido sempre aqui, nesta casa, o Rendimento Social de Inserção (e tem-no feito bem, do ponto de vista do Bloco de Esquerda) nos seus objetivos, objetivos de dignificação humana, de justiça social, de uma mais equitativa redistribuição da riqueza e tem-no defendido, por diversas vezes, dos ataques e até dos insultos a que a direita deste país, agora no Governo da República, o PSD e o CDS, lhe têm dirigido ao longo dos tempos.

Deputado José San-Bento (PS): Com a ajuda da esquerda!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Deputado San-Bento!

A Oradora: Hoje, nos Açores, não são só os pobres que precisam deste tipo de apoio.

Aliás, os critérios restritivos que lhe foram impostos pelo Governo da República e a diminuição drástica dos seus montantes parecem querer apenas dirigi-lo a indigentes.

Pelo contrário, hoje, nos Açores, há numerosos setores da classe média (daquilo a que nós já chamámos a classe média, aquelas famílias que não sendo ricas era como o povo costumava dizer “chapa ganha, chapa gasta”, mas o dinheirinho contado dava para chegar quase até ao final do mês) que perderam tudo neste momento. Perderam o emprego, perderam o subsídio de desemprego, perderam o RSI, perderam o abono de família e tudo isto em consequência, (é preciso afirmá-lo) em grande parte, das políticas de austeridade estúpida e inútil do Governo da República.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O abono de família!

A Oradora: Conclusão: hoje o Rendimento Social de Inserção não é só para malandros, como diz normalmente a direita (a menos que a direita considere malandros os homens e as mulheres que ficaram desempregados muito por culpa das tais medidas de austeridade que referi), os tais a que o discurso dominante e os nossos governantes nacionais acusam de ter vivido acima das suas possibilidades, incluindo famílias monoparentais, por exemplo, esmagadoramente suportadas pelas mulheres.

Há pessoas, há famílias em número crescente nos Açores que não auferem qualquer rendimento digno desse nome.

Para combater esta chaga social, o Bloco de Esquerda defende a criação do Rendimento Social dos Açores, aquilo a que poderemos chamar RSA, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! É preciso rezar!

A Oradora: ...como complemento ou como supletivo do Rendimento Social de Inserção, do subsídio de desemprego, do subsídio de doença, aliás, dois subsídios que ainda recentemente milhares de açorianos tiveram que devolver

em parte, porque o Governo da República entendeu que lhes tinha pago demais (e não estamos a falar de pessoas em insuficiência ou carência; estamos a falar em pessoas que têm zero ou parte disso, que ainda é menos do que insuficiência ou carência).

Portanto, Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social, aquilo que lhe pergunto é se está disponível para devolver a um número considerável de homens e de mulheres da nossa região um mínimo de dignidade àqueles e àquelas que reclamam justiça e não meramente caridade.

É esta a pergunta que lhe deixo.

Muito obrigada.

Deputado José San-Bento (PS): Fale com as assistentes sociais!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Deputada, apenas para lhe dizer que gostei muito!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social (Piedade Lalanda):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Vou começar por responder ao Sr. Deputado Domingos Cunha.

Estes cuidadores informais, em primeiro lugar, são os não técnicos, estamos a falar de familiares. São aqueles que no silêncio das suas casas cuidam dos idosos e fazem-no muitas vezes sem qualquer tipo de suporte e é nesse sentido que estamos a fazer sessões de formação com estas pessoas, que voluntariamente aderem a esta oportunidade para falarem das suas experiências e estamos a criar o tal gabinete de apoio, particularmente para que alguma informação chegue mais rapidamente e algumas respostas articuladas, nomeadamente uma resposta que os cuidadores informais reclamam, e que nós estamos a preparar para que seja generalizada nos Açores, que é o direito à pausa do cuidador quando tem necessidade de se ausentar ou quando, como foi agora recentemente apresentado num livro do Professor Hélder Rocha, eles

próprios estão doentes e precisam de cuidar de si. Este direito à pausa pode ser garantido em camas de lares de idosos, num período curto, para estas famílias poderem se ausentar.

Portanto, nós queremos garantir estes apoios, este suporte e é neste sentido que estamos a trabalhar.

Sra. Deputada Zuraida Soares, agradeço desde já o elogio que me fez em relação à defesa que tenho realmente dado ao Rendimento Social de Inserção, porque é uma medida que acredito como sendo uma medida que sabemos que não combate a pobreza, mas desagrava a pobreza.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nem isso!

A Oradora: Portanto, sempre achei que a dignidade das famílias carenciadas passa também pelo acesso direto à liquidez, à capacidade de serem autónomas nas escolhas que fazem e não numa vertente assistencialista.

Queria lembrar que uma das alterações gravíssimas que a lei do Rendimento Social de Inserção teve em 2012 foi o abaixamento do apoio às crianças no âmbito das famílias numerosas, das famílias com menores a cargo. Só para dar um dado, uma criança com menos de 1 ano perdeu, nesse rendimento, 34 € por mês.

Portanto, um governo que eventualmente queresia falar de combate à pobreza infantil, está a agravar diariamente a pobreza infantil em Portugal...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

A Oradora: ...o que é até atestado pela própria UNICEF que diz que a pobreza infantil em Portugal aumentou 28,6%.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E nos Açores?

A Oradora: Portanto, estamos aqui perante uma realidade que é agravosa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vamos lá falar dos Açores!

A Oradora: Nesse sentido, quando a senhora nos diz: por que é que a região não tem um complemento dentro desta área?

Desde logo porque a região (e seria uma pergunta óbvia) está impedida de criar mais complementos, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Está impedida!

A Oradora: ... mas não queria ir só por aí, porque isso seria redutor na minha resposta.

Acho é que o trabalho que estamos a fazer, felizmente, entre departamentos – educação, emprego e solidariedade social – no sentido de trabalharmos com estas famílias beneficiárias de Rendimento Social de Inserção numa lógica de aumentar as suas competências e a sua capacidade de empregabilidade, é esta a principal estratégia que devemos adotar.

O que nós temos de fazer neste momento é apoiar na precariedade e a região duplica os valores que são enviados pela Segurança Social ao nível da precariedade. Portanto, como dizia aqui o Sr. Deputado José San-Bento, há um trabalho diário das técnicas de serviço social em todas as freguesias de apoio direto às famílias (o pagamento de uma renda, o gás, a eletricidade, uma situação difícil que a família está a atravessar), há pessoas atentas e há um trabalho de proximidade. Também queria aqui alertar o reconhecimento que o Governo da República deu recentemente de que não tem essa proximidade nos seus serviços de ação social, de tal maneira não tem que quer transferir para as IPSS o trabalho de apoio da ação social.

Nós temos uma boa rede de ação social nos Açores, uma rede de proximidade e é essa rede de proximidade que faz com que muitas famílias tenham o apoio, dentro das nossas capacidades financeiras, para fazer face a essa diminuição drástica do Rendimento Social de Inserção.

A estratégia tem de ser no âmbito da educação, no âmbito da empregabilidade destas famílias e é nesse sentido que nós estamos a trabalhar.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

A Mesa não tem mais inscrições.

Não havendo, vamos então passar às intervenções de tribuna.

Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As políticas sociais no âmbito da Solidariedade e Segurança Social implementadas pelo Partido Socialista e o atual Governo, na proposta de Plano

e Orçamento para 2014, apresentam um aumento de 8,91% e assentam em três grandes eixos:

O primeiro eixo é o **reforço do rendimento das famílias**, com a manutenção dos complementos regionais de pensão e o abono de família, o incentivo ao arrendamento e a aquisição de medicamentos para idosos;

O segundo eixo é o **alargamento da cobertura da rede regional de equipamentos, serviços e respostas sociais**, que vai permitir levar mais serviços nas áreas de intervenção a mais Açorianos, do que uma perspetiva de investimento em infraestruturas, se bem que seja justo realçar a importância de dotar todos os concelhos da Região com a rede de creches;

O terceiro eixo, o **suporte social e de inclusão às famílias e aos Açorianos em risco de pobreza** é um dos objetivos prioritários da Ação Social, que tem obrigado a uma reorganização global de objetivos, de meios e procedimentos de intervenção, numa constante adaptação às novas problemáticas que têm surgido na Região, designadamente, no que diz respeito às mudanças das estruturas familiares, ao repatriamento, aos sem-abrigo, às dependências, à violência doméstica e aos jovens em risco.

A vasta rede de equipamentos sociais que hoje temos nos Açores resulta da cooperação entre o Governo dos Açores e as IPSS's, Misericórdias, Casas do Povo, Centros Sociais e Paroquiais, Cooperativas de Solidariedade, Organizações Não Governamentais (ONG's), pessoas singulares e coletivas de utilidade pública e outras entidades privadas sem fins lucrativos com atuação na área social.

Em 2012 tínhamos **234 instituições** com acordos de cooperação celebrados para o seu funcionamento, com uma capacidade instalada para **29.978 utentes** e com uma frequência de **27.451**, nas **761 respostas sociais** existentes.

É assim que o Governo dos Açores apoia os 27.387 Açorianos que diariamente usufruem destas respostas sociais, quer se trate de crianças, de idosos, de pessoas com deficiência, de vítimas de violência doméstica ou pura e simplesmente famílias que, afetadas pelo desemprego, se confrontam com dificuldades acrescidas para satisfação das suas necessidades básicas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Governo dos Açores, com o Plano e Orçamento para 2014, quer minimizar os riscos do agravamento da exclusão social e da pobreza das famílias Açorianas, que se vêm afrontadas nos seus direitos de justiça social por uma conjuntura económica imposta por uma política social assente em medidas recessivas do Governo da República de maioria PSD/CDS-PP, que abalam e destroem a coesão social e os direitos de cidadania, e que, persistentemente, reduzem apoios sociais deixando mesmo aqueles que beneficiam deles abaixo do limiar da pobreza.

Está em causa o estado social e vivem-se tempos muito difíceis.

É para responder às múltiplas situações de exclusão e de pobreza das pessoas e das famílias, que o Governo dos Açores quer dar uma resposta solidária, coerente e responsável a todos os seus programas de proteção social, definindo critérios, ações e dando sustentabilidade na aplicação dos recursos que este Plano e Orçamento contêm.

Não esquecemos nem abandonamos as pessoas nem os contextos familiares, muitas vezes dramáticos.

Merecem a nossa particular atenção os pensionistas e reformados, duramente atingidos e afetados pelas circunstâncias e conjuntura adversa que vivemos.

Por isso, o Governo dos Açores, contrariamente ao que faz o Governo da República, não só vai manter os seus compromissos com os Açorianos, como vai reforçar mais uma vez o valor dos Complementos Regionais de Pensão e ao Abono de Família.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é verdade!

O Orador: A este propósito é verdade, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A não ser que aprovem a proposta do PSD!

O Orador: ... e impõe-se dizer, que entre os anos de 2009 e 2013, o Complemento Regional de Pensão aumentou mais de 15%.

O apoio às famílias e o combate à precaridade, neste período de austeridade, têm destinados 2,280 milhões de euros, para reforço ao Complemento Açoriano

ao Abono de Família de Crianças e Jovens, como para aumentar o valor total dos acordos de cooperação destinados às IPSS's e Misericórdias, que em 2014 passam de 52 milhões de euros, para mais de 53,5 milhões de euros, tal como já foi anunciado pelo Senhor Presidente do Governo.

Neste Plano e Orçamento para 2014 destacamos uma especial atenção ao **Apoio à Família, Comunidade e Serviços**, designadamente aos Sem-Abrigo, com a renovação e melhoramento das suas condições de acolhimento nas ilhas da Terceira e S. Miguel.

Queremos destacar o objetivo de dar continuidade ao combate às desigualdades sociais nas suas diversas formas - a violência doméstica, a igualdade de género, fomentar a empregabilidade de públicos vulneráveis e combater o isolamento e solidão dos idosos, dinamizando atividades de forma a promover o envelhecimento ativo.

Continuaremos a implementar programas e ações destinadas à promoção da habitação, reabilitação de infraestruturas habitacionais, recuperação de habitação degradada, o arrendamento social e a cooperação com autarquias e instituições vocacionadas para a salvaguarda da inserção e reinserção social.

Vamos continuar a promover e a rentabilizar todos os recursos que possuímos nas áreas sociais, como incentivar a participação ativa de todos os cidadãos, a valorizar o voluntariado e a estimular as comunidades para que potenciem as respostas sociais que têm numa lógica de proximidade e de complementaridade.

Mesmo confrontados com as medidas orçamentais restritivas advindas da insensibilidade social do Governo da República de maioria PSD/CDS-PP, o Governo dos Açores quer continuar a ter uma capacidade de participação ativa, mobilizadora e responsável que promova a economia local e contribua para a igualdade e a coesão social.

Para isso, fazemos um apelo a todas as IPSS's, Misericórdias e entidades com responsabilidades diretas nas áreas sociais e solidárias, para que persistam na identificação das necessidades, inovem nas metodologias e processos, e reorientem os recursos disponíveis.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De certo modo, parece, que nos esquecemos de que todos os seres são iguais em termos de dignidade, princípio contido no primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Vem isto a propósito para que estejamos mais atentos e sensibilizados para a problemática das nossas crianças e jovens em risco, de modo a que possamos encontrar as medidas de promoção e proteção mais adequadas à sua dignidade, porque a sua vulnerabilidade aumenta com as situações de potencial conflito que se instalam nas famílias, fruto das circunstâncias sociais adversas que vivemos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Há anos!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Confiança e esperança é o mote que o Senhor Presidente do Governo, Vasco Cordeiro, lançou para a prossecução deste Plano e Orçamento.

Queremos continuar a promover a Solidariedade Social, em prol de todas açorianas e de todos os açorianos, não deixando nenhuma nem nenhum para trás.

O Governo dos Açores vai continuar a inclusão de medidas de combate à pobreza e à exclusão social em todas as áreas de ação, desde a educação até à economia, passando pela juventude, pelo emprego, pela saúde, pela habitação, e pelas novas tecnologias.

A Ação Social deve continuar a ter como principal missão um sistema de planeamento estratégico, que influencie a promoção de projetos construídos e realizados de forma cooperada com os diversos departamentos do Governo Regional e IPSS dos Açores, implementando planos integrados e/ou em rede de desenvolvimento social, para resolução dos problemas que se colocam às comunidades.

Termino, Sra. Presidente, citando *George Eliot*:...

Deputado Joaquim Machado (PSD): É só citações!

O Orador: ... “Que razão poderá ter a vida, se não for tornar a vida uns dos outros um pouco mais fácil?”

Disse.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Piedade Lalanda*) e **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, vamos então passar à segunda intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vive-se nos Açores uma crise social de dimensões impensáveis para o século XXI.

O aumento da pobreza e do número de açorianos que passam por grandes privações é de tal forma preocupante que nem aqueles mais distraídos com os anúncios das supostas virtudes da Governação do PS o podem ignorar.

É certo que existem no Governo e na bancada do PS aqueles que preferiam esconder os rostos da pobreza e que se entretém a escrever e a proferir declarações de saudação pelas políticas sociais nos Açores, querendo com isso tentar mostrar uma espécie de sucesso regional em consequência de uma suposta visão socialista da governação.

Mas esse é um sucesso virtual, e a cruel e implacável realidade demonstra, de dia para dia, de notícia em notícia, de divulgação de indicadores estatísticos uns após outros que, afinal, a região entrou numa espiral de crise social que, ano após ano, ...

Deputado Francisco César (*PS*): Sr. Deputado, espiral e social?! É preciso ter uma lábia!...

O Orador: ...e mesmo de milhão em milhão, se vai agravando e insiste em manter os Açores na cauda dos indicadores sociais do País e da Europa.

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Em 2012 existiam nos Açores 50 mil pensionistas da segurança social a receber uma pensão em média inferior a 300 euros mensais.

A estes pensionistas o Governo dos Açores, pretende aumentar o seu complemento regional em 1 euro por mês!

Em setembro de 2013 havia nos Açores mais de 35 mil açorianos a receber o abono de família. O complemento regional de abono de família não sofreu qualquer aumento no orçamento regional de 2013 e o Governo pretende, para 2014, manter sem qualquer aumento este apoio aos que menos têm.

Quando o Governo Regional anuncia que está atento aos problemas graves por que passam os mais fragilizados e que mais sofrem as privações de uma situação social de pobreza e exclusão, não pode deixar de ter uma atenção especial para com estes açorianos.

Não é a publicidade de supostas preocupações com os que mais sofrem que colocará comida na mesa de quem vive no limiar da pobreza ou que, há já demasiado tempo, espera por dias em que não tenha que escolher quais das refeições se vai privar no dia seguinte.

Não é demais lembrar que, em 2011, o valor calculado para aferir o limiar da pobreza era de 416 euros mensais.

A política social dos Açores nos últimos anos tem sido marcada por um aparente conjunto de medidas e de preocupações, verbalizadas pelo Governo e pela bancada do PS e que colocavam os Açores numa rota de desenvolvimento social que transformava estas ilhas e as condições de vida das suas gentes.

Mas a realidade dos indicadores sociais insiste em confessar as falsidades difundidas pela máquina de propaganda do Governo Regional.

Seja na mortalidade infantil, no abandono escolar, na gravidez na adolescência, no RSI, no índice de desenvolvimento, nos resultados escolares, no desemprego, no poder de compra, e em tantos outros indicadores sociais continuamos, infelizmente, a ser a cauda do país.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: As desigualdades são cada vez mais acentuadas e a pobreza é cada vez mais visível.

São dados que entristecem os açorianos e que deviam envergonhar o Governo Regional.

Segundo os quadros estatísticos das finanças, relativos às declarações de rendimentos de 2011, 54,5% dos agregados familiares dos Açores encontravam-se no primeiro escalão de rendimentos, ou seja, com rendimentos médios de 349€ por mês.

A estes somavam-se mais 13,18% de açorianos cuja declaração de rendimentos se situava no segundo escalão, ou seja, com um rendimento médio de 529€ por mês.

A crueza dos números e a sua impiedosa objetividade esmagam-nos com a realidade de que, em 2011, quase 70% dos açorianos, ou seja, mais de dois terços dos agregados familiares dos Açores vivia com menos de 500 euros por mês.

Deputado José San-Bento (PS): Como é que o senhor pode criticar depois do que o Governo da República está a fazer aos pensionistas? Tenha vergonha!

O Orador: O insistente auto elogio que, ciclicamente, se apodera do Governo Regional e do PS Açores culmina, invariavelmente, em piores resultados.

Exemplo disso, Sr. Deputado, são os dados avassaladores do desemprego na região, que representa uma verdadeira chaga desta governação que já leva mais de 17 anos.

17 anos, 17,7% de desempregados!

Deputado José San-Bento (PS): Logo o PSD a vir falar de pensionistas!

O Orador: Mas, então, como podemos nós, nos Açores, com tantos anúncios de sucessos governativos, e com tantas estratégias de políticas governativas para debelar a crise social, apresentar estes miseráveis resultados?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: A resposta só pode ser encontrada no fracasso do modelo de desenvolvimento de um socialismo regional mais preocupado com a sua sobrevivência política do que com a sustentabilidade e o progresso social de todos os açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Os Açores vivem nos últimos anos...

Deputado José San-Bento (PS): 25 milhões todos os anos, Sr. Deputado! 25 milhões!

O Orador: ...uma funesta encruzilhada que atira para a pobreza muitos milhares de açorianos que, dia após dia, ao invés de encontrarem soluções, o que descobrem é o drama do desemprego, da exclusão e da fome que o PS gostaria de esconder.

Para esses milhares de açorianos o Governo Regional tem anunciada uma via açoriana que é, cada vez mais, um beco sem saída!

Disse.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo inscrições, vamos passar para a última intervenção de tribuna.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No passado dia 20 de novembro, celebrou-se o 24º aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança. A juventude da Convenção é o testemunho de como a construção do lugar da criança, na sociedade e no Direito, tem sido um processo difícil e moroso. Um processo onde os avanços legislativos ocorrem a um ritmo muito mais acelerado do que aquele que verificamos nas alterações às representações sociais em torno da infância.

Representadas e tratadas, durante séculos, como adultos em miniatura, as crianças tiveram que aguardar até à segunda metade do século XX para que a sociedade as visse como sujeitos de direitos que, na sua especialidade,

constituem uma parte inalienável e indivisível dos direitos humanos, mas que exige uma abordagem particular.

Apesar do enorme alcance da Convenção e de muitas legislações nacionais, as crianças, frágeis e, muitas vezes, sem voz, continuam a confrontar-se com formas variadas de violação dos seus direitos que comprometem o seu bem-estar e o seu desenvolvimento.

Em qualquer comunidade política é, pois, indispensável, garantir a existência de políticas públicas especificamente dirigidas à promoção dos direitos das crianças e à sua proteção e é justo reconhecer os enormes progressos alcançados nos Açores.

Passámos de uma infância escondida, muitas vezes entregue a si própria na resolução dos seus problemas, para uma situação que se caracteriza por uma importante panóplia de respostas diversificadas, integradas e transversais a várias áreas da governação, como a segurança social, a educação e a saúde, e que implicaram um investimento muito relevante em recursos técnicos.

Todos os anos, centenas de profissionais na Região dedicam-se a tornar uns Açores um lugar cada vez melhor para as suas crianças.

Cabe aqui destacar o vasto sistema de promoção e proteção que envolve, quer na prevenção primária, quer na resolução de situações concretas de perigo, os diversos níveis de poder público e a sociedade civil. Saúdo, nesta matéria, a sensibilidade e o empenho do Governo dos Açores, cujo compromisso com a melhoria do sistema é afirmado nas propostas que analisamos e foi hoje aqui reafirmado pessoalmente pela Sra. Secretária Regional.

Entretanto, aguardamos, com expectativa, a conclusão do processo de revisão do sistema de promoção e proteção desencadeado pelo Governo da República na sequência das conclusões do denominado Grupo de Trabalho para a Agenda da Criança, desejando que se consubstancie na remoção de obstáculos identificados no funcionamento daquele sistema e na implementação de soluções que melhorem a sua operacionalização e não, como temos assistido ultimamente, ao retorno ao modelo assistencialista onde a dignidade da pessoa humana já não é um valor em si mesmo.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com o Plano e Orçamento que esta semana apreciamos o Governo Regional compromete-se não só a manter a rede de respostas existente como, também, a melhorá-la e ampliá-la.

Referimo-nos às redes de amas e creches, fundamentais ao desenvolvimento da criança e à conciliação da vida profissional e familiar, à educação pré-escolar e atividades de tempos livres e às respostas mais específicas dirigidas a crianças cujos direitos estão sob ameaça, como é o caso das equipas multidisciplinares de apoio aos tribunais, a rede de centros de acolhimento temporário, os lares de infância e juventude e os centros de desenvolvimento e inclusão juvenil.

Com as propostas de Plano de Investimentos e de Orçamento para 2014 o Governo Regional mantém os compromissos assumidos, nesta matéria, no Programa de Governo, quando definiu, como objetivo da sua ação, a implementação de uma política integrada de promoção dos direitos e proteção social das crianças e jovens.

O caminho percorrido diz-nos que estamos no bom caminho. Triplicámos o número de respostas sociais e o número de crianças abrangidas e diferenciámos as soluções em função dos problemas específicos identificados.

Importa prosseguir o trabalho que temos desenvolvido na melhoria da cobertura geográfica e reforçar a formação dos diversos profissionais com intervenção em matéria de promoção dos direitos da criança e na sua proteção, dando ênfase à implementação de mecanismos de acompanhamento e supervisão técnica.

Continuaremos a investir nos programas de formação parental e reunificação familiar sem, contudo, perder de vista que o tempo útil da criança é muito mais curto do que o tempo do adulto, pelo que a agilização dos processos de decisão e de encaminhamento deve ser uma prioridade.

A infância é um tempo de oportunidade e a qualidade de vida desse tempo determina a capacidade dos indivíduos de desenvolverem o seu potencial colocando-o ao serviço das suas comunidades e da sua realização pessoal.

Uma infância com acesso a cuidados de qualidade é uma importantíssima ferramenta no combate à exclusão e a melhor forma de garantir a igualdade de oportunidades.

Continuaremos a trabalhar pela qualidade de vida das nossas crianças e jovens, apoiando-os no seu crescimento pessoal e na construção da sua autonomia.

Este é o compromisso do Partido Socialista que se reflete nas previsões deste Plano e Orçamento.

Disse.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues traz o tema da proteção e dos direitos das crianças e nessa medida renovo um desafio que fiz daquela tribuna ao Governo Regional: é que este ano não voltem a esquecer a necessidade de aumentar o complemento regional ao Abono de Família, Abono de Família aliás que foi cortado exatamente por um Governo do Partido Socialista na República em 2011.

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Só para lembrar a Sra. Deputada, porque às vezes dá a ideia que se esquecem, quem, em 2011, era o Governo da República e vou lembrar-lhe o que diz o preâmbulo do Decreto-Lei 16/2010. Sobre a necessidade dos défices diz a certa altura o preâmbulo: “Neste contexto, além da necessidade de medidas de redução de despesa e de aumento da receita apresentadas na proposta de lei do Orçamento de Estado para 2011, o Governo decidiu adotar as seguintes medidas de redução da despesa: em primeiro lugar, a redução do valor

das ajudas de custo e do subsídio ao transporte para trabalhadores que exercem funções públicas [vá-se lá saber como é que atacavam assim os funcionários públicos e o que disse o Governo dos Açores nessa altura]; em segundo lugar, a redução de despesa com as horas extraordinárias através do alargamento no âmbito de aplicação do regime geral previsto para o regime dos contratos de trabalho em funções públicas [oh Sr. Deputado José San-Bento, o senhor parece que na altura não lia estas coisas!]; ...

Deputado José San-Bento (PS): Lia, então não lia?!

O Orador: ... em terceiro lugar, a eliminação da possibilidade de acumulação de vencimentos públicos com pensões e reformas; em quarto lugar, determinou-se a alteração das regras relativas à atribuição das prestações familiares que o presente decreto-lei vem concretizar.

Assim, foi eliminada a atribuição do Abono de Família em relação aos escalões mais elevados, cessa também a majoração de 25% do valor do Abono de Família para o 1.º e 2.º escalão de abono que havia sido fixado em 2008 na sequência do aumento substancial dos preços verificados em consequência da crise do mercado petrolífero. Com as medidas adotadas mantém-se assim o elevado nível de proteção social.”

O Governo dos Açores na altura não foi capaz de dizer uma única palavra...

Deputado José San-Bento (PS): E depois?

O Orador: ... sobre o corte efetuado pelo Governo liderado, no Conselho de Ministros, pelo Sr. José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa, assinado igualmente, este decreto, pelo Sr. Ministro Fernando Teixeira dos Santos, Alberto de Sousa Martins e Maria Helena dos Santos André.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Quem são?

O Orador: Quem são estas pessoas que assinaram o corte do Abono de Família...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Apanharam um Airbus!

O Orador: ...a 1 de novembro de 2010 e que os senhores tanto se esquecem?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: O problema, Sra. Deputada, em termos de proteção da criança e dos direitos da criança nos Açores, ...

Dou-lhe, por exemplo, um exemplo paradigmático daquilo que é a necessidade de olhar a política social não apenas e meramente com obras: o exemplo de Rabo de Peixe.

Dizia assim Carlos César em junho de 2008: “César diz que as obras em Rabo de Peixe permitem olhar o futuro com otimismo.”

Está sentada na bancada do Governo uma das maiores responsáveis pelas políticas sociais e pelos projetos para aquela freguesia dos Açores.

Sabe a Sra. Deputada qual é a incidência do Rendimento Social de Inserção em Rabo de Peixe?

Um terço da população da freguesia.

São estas crianças que com obras infelizmente não vão chegar ao desenvolvimento social e à proteção dos seus direitos como a Sra. Deputada protagoniza.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Bruto da Costa, começo pelo fim da sua intervenção, por Rabo de Peixe, para assumir orgulhosamente que fui representante do Governo Regional na Comissão Executiva desse projeto, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Olhe, não sabia! Afinal tem duas!

A Oradora: ... no qual trabalhei com a Dra. Piedade Lalanda que foi efetivamente uma grande orientadora da equipa local.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Veja os resultados!

Deputado Luís Garcia (PSD): No vosso tempo é que era bom!

A Oradora: O senhor não deve conhecer as obras...

Deputado Luís Garcia (PSD): As obras! E as pessoas?!

A Oradora: ... que se fizeram em Rabo de Peixe no âmbito desse projeto, mas eu digo-lhe Sr. Deputado.

Fizeram-se creches; reabilitou-se o cinema, o cineteatro Miramar; criou-se o centro comunitário; ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! E os resultados?!

Isso é que é política social?!

A Oradora: ...remodelaram-se as escolas; fez-se a piscina...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É reabilitar pessoas!

A Oradora: Se o senhor acha que pode fazer política social sem ter creches, jardins-de-infância e sem levar as crianças à escola, bom, o senhor acabou de inventar uma nova forma de intervenção social.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: O Governo Regional dos Açores tem por isso, Sr. Deputado, muito orgulho na intervenção que tem sido desenvolvida em Rabo de Peixe, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Veja os resultados!

A Oradora: ...porque no tempo em que os senhores eram Governo, os senhores nem entravam em Rabo de Peixe.

Deputado José Ávila (PS): Exatamente!

A Oradora: Nós entrámos em Rabo de Peixe, construámos infraestruturas, desenvolvemos programas de apoio às pessoas e às famílias e Rabo de Peixe é hoje muito diferente daquilo que era há 10 ou há 15 anos e será uma ofensa para os habitantes de Rabo de Peixe que o senhor venha dizer o contrário.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ofensa? Ofensa é as pessoas continuarem na miséria e os senhores virem falar de desenvolvimento!

A Oradora: Outra questão, Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe que é preciso uma grande desfaçatez para querer comparar as políticas de 2011, do então

Primeiro-Ministro José Sócrates, com as políticas de duas pessoas que eu não sei se o senhor conhece. Não sei se ouviu falar nos nomes Passos Coelho e Paulo Portas!

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: É que querer comparar o que o Governo da República fez em 2011 com a hecatombe que o vosso Governo, da vossa aliança, lançou sobre os portugueses é, no mínimo, de uma enorme desfaçatez.

Não há comparação possível, porque foi o Governo do PSD e do CDS-PP que criou a situação que o país hoje vive e que naturalmente se reflete nos Açores.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Oh, Sra. Deputada, tenha dó!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ah! Pensei que era o Sócrates!

A Oradora: Por último, Sr. Deputado, queria dizer-lhe que o Governo dos Açores e o Partido Socialista que apoia o Governo dos Açores se orgulha muito das políticas de proteção dos direitos da infância.

Deputado Luís Garcia (PSD): E o José Sócrates?

A Oradora: Vou dar-lhe alguns números pois penso que o senhor deverá estar esquecido.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Também tenho aqui!

A Oradora: Em 1996, em matéria de creches, tínhamos uma capacidade para 749 utentes e 30 equipamentos. Duplicámos o número de creches e o número de utentes.

Em matéria de jardins-de-infância duplicámos.

Em matéria de ATL's quaduplicámos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Foi uma festa!

A Oradora: Foi uma festa para as crianças, efetivamente.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E chegavam a casa e não tinham comida!

A Oradora: Respostas como centros de acolhimento temporário, o senhor que se diz tão preocupado com os direitos da criança, a animação de rua, as

ludotecas, os centros de desenvolvimento infanto-juvenil apareceram pelas mãos dos governos do Partido Socialista.

No total, em respostas de infância, permita-me que lhe lembre o seguinte, Sr. Deputado: em 1996 os Açores tinham 239 valências para 8.396 alunos; tínhamos a 31 de dezembro de 2012, 696 valências para 27.299 utentes.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: Diga-me Sr. Deputado se não se sente orgulhoso desta obra do Governo dos Açores?

Muito obrigada.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada, antes de mais, estando nós num debate sobre o Plano e Orçamento, gostaria que a Sra. Deputada pudesse dizer se está ou não disponível para aprovar as propostas do PSD relativas ao aumento de 10% do complemento regional de pensão e de 10% do complemento regional de Abono de Família que visam atingir e beneficiar 70 mil açorianos.

Deputados Duarte Freitas e Luís Garcia (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: É importante a Sra. Deputada esclarecer e o PSD está naturalmente à disposição para poder dialogar e discutir essas propostas para encontrar soluções que beneficiem estes açorianos que são os mais fragilizados da nossa sociedade.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Para terminar queria (porque o tempo não me permite mais) apenas dizer-lhe Sra. Deputada: um Governo que tão preocupado está com o levar as crianças às escolas, segundo dados do INE de 2012, taxa de abandono precoce na educação, Açores - 34,4. É a maior de toda a região que em média tem no continente 20,8.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Do país!

O Orador: A maior de todo o país! Peço desculpa!

Deputado Francisco César (PS): É tanto querer bater que até se engana!

O Orador: Não! A questão é esta: os senhores hoje estão muito nas citações e eu queria fazer uma citação que é a seguinte. Passo a citar: “Queria também aqui dizer, de forma muito clara, que também temos de destacar a coragem do Governo da República e do Primeiro-Ministro em tomar as medidas que o país precisava, algo que as pessoas esquecem de dizer.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mário Soares!

O Orador: Isso foi feito. O país tem o orçamento que precisa e isso resultou da coragem do Primeiro-Ministro, condições que lhe foram impostas por Bruxelas e pelos mercados, mas que o Governo da República teve coragem de fazer...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ouve!

O Orador: ... o que era preciso fazer independente mesmo de calculismos eleitorais. Também temos de perceber que estas medidas tocam a todos, ...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): O senhor acredita mesmo nisso?

Deputado Luís Garcia (PSD): Isto é uma citação!

O Orador: ... sacrificam todos e que todos vão ter de dar um contributo para o país superar as dificuldades.”

Deputado Duarte Freitas (PSD): Quem é que disse isso?

O Orador: Citei o Vice-Presidente da bancada do Partido Socialista em novembro de 2010, nesta Assembleia Regional.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não sabem quem é que disse isto?! Estão olhar todos uns para os outros! Foi o José San-Bento!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues.

(*) Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Obrigada Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Bruto da Costa, percebo o enorme incómodo que o senhor tem, porque os senhores ainda não conseguiram explicar às açorianas e aos açorianos por que é que os deputados eleitos pelo PSD à Assembleia da República votaram a favor de um Orçamento de Estado que corta brutalmente os salários, ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: ...que é um tremendo ataque aos pensionistas, ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: ...que lança, como acabei de dizer há bocadinho, uma hecatombe sobre os portugueses.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): É isso que o senhor tem que explicar!

A Oradora: É essa a pergunta que o senhor tem de responder, porque não vale, Sr. Deputado, na Assembleia da República apoiar estas medidas e esperar que seja o Governo Regional, sozinho e por sua conta e risco, ...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

A Oradora: ...contrariar tudo o que vem do Orçamento de Estado. No mínimo, é politicamente desonesto o que os senhores estão a fazer.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: Vou apenas concluir, porque não fujo aos desafios, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Isso é verdade!

A Oradora: O senhor falou na questão do abandono escolar e falou muito bem. Mas sabe Sr. Deputado, é que com os governos do Partido Socialista o senhor consegue contabilizar um a um aqueles que abandonam o sistema de ensino e consegue acompanhá-los e criar...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já não cabem nas minhas mãos os anos que os senhores estão no Governo. Neste momento há pessoas que já saíram da escolaridade obrigatória e os senhores já estavam no Governo!

A Oradora: Pois é!

Eu sei que para os senhores é um incómodo, mas (a verdade incomoda!) a verdade é que quem levou as crianças à escola foi o Partido Socialista.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ao colo!

A Oradora: Essa é uma verdade que os senhores não podem escamotear.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sendo assim, vamos fazer um intervalo.

Peço ao Sr. Secretário da Mesa que informe dos tempos sobrantes.

Sr. Secretário tem a palavra.

Secretário: Governo Regional, 175 minutos e 25 segundos; Partido Socialista, 169 minutos; PSD, 105 minutos e 50 segundos; CDS-PP, 38 minutos; Bloco de Esquerda, 6 minutos e 15 segundos; PCP, 8 minutos e PPM, 15 minutos.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Regressamos então às 17 horas e 40 minutos.

(Eram 17 horas e 14 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares. Temos que continuar os nossos trabalhos.

(Eram 17 horas e 47 minutos)

Sras. e Srs. Deputados, temos quórum. Vamos então reiniciar os nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde para uma intervenção.

Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O debate sobre as propostas de Plano e Orçamento para 2014 na área da saúde acontece num momento muito peculiar. Com pouco mais de um ano de governação, assentamos os alicerces estruturais do setor através do Plano de Ação para a Reestruturação do Serviço Regional de Saúde, estrutura esta que está cimentada pelo debate dos cidadãos e das forças vivas da sociedade. Estas bases permitem-nos agora avançar com medidas que vão trazer maiores níveis de eficiência, melhores condições de acesso e, conseqüentemente, maiores ganhos em saúde.

Foi um debate profícuo, que serviu para que todos nós tenhamos hoje uma noção exata do que as Açorianas e Açorianos pensam e pretendem do seu Serviço Regional de Saúde. Não posso, por isso, deixar passar esta oportunidade sem distinguir quem, desde o primeiro momento, participou na discussão pública de forma construtiva. A história certamente lembrará estes e esquecerá quem, em constantes reviravoltas, apenas quis criar instabilidade para proveito próprio.

Foi o debate necessário para pôr em prática uma reestruturação que se pretendia baseada em novos conceitos, práticas mais modernas e serviços mais eficazes.

O processo está lançado, mas não está concluído. Temos consciência de que não é uma tarefa fácil, uma vez que obriga a alterar mentalidades, o que, de uma forma abstrata, vai contra a essência humana, consubstanciada no receio da

mudança. Por isso, continuamos a pedir a todos que se juntem a nós e assim garantam uma saúde melhor para as gerações vindouras.

A resposta a este apelo deverá ter consequências práticas. Na questão da telemedicina, por exemplo, que nos parece estruturante para a eficiência do Serviço Regional de Saúde, e que é uma realidade comprovada em diferentes localizações do globo, continuamos a não compreender a passividade com que algumas forças políticas assistem ao esforço do Governo sem juntarem a sua voz à nossa na defesa dos interesses dos Açorianos.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Srs. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Devemos todos de ter a consciência de que estamos numa maratona e não numa corrida de 100 metros. Não poderemos acelerar alguns processos sem que se solidifiquem as fases anteriores, porque o que pretendemos é chegar ao fim unidos, sem deixar ninguém para trás.

Temos a certeza que o vamos conseguir se mantivermos firmeza e determinação e colocarmos o interesse dos utentes em primeiro lugar.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Permitam-me que partilhe convosco alguns exemplos do sucesso do projeto que estamos a desenvolver.

Os conselhos de administração já estão a ser constituídos segundo o princípio da complementaridade de três polos distintos (gestão, corpo clínico e corpo de enfermagem), o que tem permitido focar os profissionais nas suas funções, ganhando eficiência nos hospitais e nas unidades de saúde de ilha. É hoje, por exemplo, possível saber ao trimestre a execução orçamental de cada hospital e trabalhar diretamente sobre estes dados. A partir de 2014 será possível fazê-lo ao mês.

A cooperação entre administrações é já uma realidade e a primeira consequência foi ter permitido a realização de processos de compras centralizadas de material clínico e medicamentos que vão resultar em ganhos superiores a meio milhão de euros.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Secretário, o senhor poupe-nos!

O Orador: É importante salientar que esta poupança é conseguida pela simples extensão a todos os hospitais do preço de aquisição mais baixo já praticado num deles.

O processo de acreditação será partilhado pelos três hospitais, permitindo “poupar” horas de trabalho aos profissionais das instituições ainda não acreditadas e a definição de procedimentos comuns.

Esses procedimentos comuns podem parecer pouco importantes, mas ganham destaque quando se consegue poupar, por exemplo, um simples 1,5€ por cada sessão de diálise, apenas uniformizando os procedimentos de enfermagem entre os três hospitais.

Tudo isto é possível e foi possível sem a perda de identidade de cada um dos hospitais.

Recentemente, o serviço de Otorrinolaringologia do Hospital Santo Espírito da ilha Terceira fez um implante coclear, técnica pioneira na região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Com especialistas de fora!

O Orador: Os profissionais deste serviço deixaram claro que se pretendem diferenciar nestas técnicas inovadoras, constituindo-se como centro de referenciação dentro da Região Autónoma dos Açores. Exemplo semelhante acontece com o serviço de Urologia, que tem desenvolvido várias técnicas cirúrgicas em cooperação com especialistas de hospitais do continente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah!

O Orador: Também no HDES existem exemplos de intervenções altamente diferenciadas, como, por exemplo, o primeiro tratamento nacional da acalásia do esófago por via endoscópica efetuado no serviço de Gastrenterologia.

É desta forma que pretendemos garantir a individualidade dos três hospitais.

Srs. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos a construir pacientemente uma estrutura sólida e planeada que terá a devida visibilidade no final da legislatura.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Tal como referi anteriormente, o Plano de Ação para a Reestruturação do Serviço Regional de Saúde irá promover as alterações organizacionais e estruturais que foram consideradas pertinentes pelos Açorianos.

Voltemos pois, agora, a nossa atenção para as medidas que melhorem o funcionamento do sistema.

Uma dessas medidas é o Plano Regional de Saúde 2013-2016. Estamos muito empenhados nesse projeto que visa conseguir ganhos efetivos na saúde dos Açorianos nas áreas mais preocupantes das sociedades evoluídas, que nos atingem de forma particular.

É importante destacar nesta casa que o plano apresenta-se como uma estratégia complementar ao Plano Nacional de Saúde 2012-2016. Consideramos isso relevante porque não podemos esquecer que o plano nacional tem metas e objetivos aplicáveis a todo o país, incluindo as Regiões Autónomas, e que os indicadores desse plano serão utilizados para comparações a nível nacional e dentro da União Europeia.

Se seguirmos também as orientações desse plano será possível ter valores de referência, dentro de bases padronizadas, confirmando a par-e-passo a eficácia das nossas ações.

O Plano Regional de Saúde 2013-2016 é uma evolução natural do trabalho desenvolvido no anterior Plano Regional, mas desenhado para atingir outro patamar de exigência. Através da avaliação regular das ações a implementar será possível perceber se se está ou não a ser consequente.

O plano que apresentaremos dentro de dias assenta em quatro estratégias regionais, que pretendem ir de encontro aos problemas específicos da região:

- Combate às doenças crónicas
- Combate às doenças cérebro-cardiovasculares
- Combate às doenças oncológicas
- Promoção de estilos de vida saudáveis e prevenção de comportamentos de risco.

Estas estratégicas desenvolvem-se em 18 áreas de intervenção com objetivos concretos, indicadores precisos e metas mensuráveis.

Áreas como a saúde da mulher e da criança, a prevenção e controlo da diabetes, a promoção da saúde em contexto escolar, a promoção da saúde oral, a intervenção nas dependências ou na prevenção dos acidentes serão acompanhadas através de registos regulares numa base de dados, que se pretende de acesso público, que permitirá saber exatamente os números de ações realizadas em cada setor, a evolução do programa, o grau de adesão e o desvio (positivo ou negativo) dos objetivos alcançados.

Tomemos como exemplo a área de intervenção nas dependências. Esta área tem 61 ações a desenvolver com 43 indicadores precisos para a sua avaliação. O número de profissionais com formação na área dos comportamentos aditivos e dependências, a proporção de jovens dos 15 aos 19 anos que consomem substâncias ilícitas ou o número de crianças consideradas em risco sinalizadas para as diferentes equipas de saúde são exemplos concretos dos indicadores que agora propomos.

A definição destas metas é um desafio adicional para as unidades de saúde, para os próprios profissionais e uma responsabilidade política acrescida para a Secretaria Regional da Saúde porque também nos expõe aquando da avaliação de resultados.

Mas é assim que entendemos a política, é assim que podemos atingir metas e obter resultados que possam melhorar a saúde dos Açorianos, nuns casos nas gerações presentes, noutros com consequências decisivas para as gerações futuras.

Este Plano Regional de Saúde vem também de encontro a uma questão levantada pelos partidos da oposição no debate do Plano de Ação para a Reestruturação da Saúde sobre as estruturas de saúde pública.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Alguns!

O Orador: Pretendemos, através deste plano, dar ênfase às estruturas locais de saúde pública, atribuindo-lhes a coordenação da implementação do plano nos

diferentes centros de saúde, bem como a monitorização dos indicadores das quatro estratégias na sua área de influência.

Por serem unidades constituídas por médicos, enfermeiros especialistas em saúde comunitária, técnicos de segurança e higiene no trabalho e assistentes técnicos possuem já os conhecimentos que lhes vão permitir, a par das atividades regulares que já desenvolvem, executar verdadeiras políticas de saúde pública nas suas áreas de influência, no fundo o verdadeiro objetivo dessas unidades e do Plano Regional de Saúde.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Outra meta que definimos como prioridade é a da qualidade, também com objetivos e indicadores muito claros.

Como exemplo desta preocupação, na estrutura orgânica da Direção Regional da Saúde foi criada a Divisão de Planeamento e Qualidade, à qual compete, exatamente, promover a melhoria da qualidade na prestação de cuidados, garantindo a segurança dos Açorianos.

Posso hoje, pois, aqui revelar que estão já em curso os processos de acreditação das Unidades de Saúde da Ilha Terceira e da Ilha do Faial e do Centro de Saúde de Vila Franca do Campo, da Unidade de Saúde de Ilha de S. Miguel, de acordo com o Programa de Acreditação de Unidades de Gestão Clínica, desenvolvido pela Agência de Calidad Sanitaria de Andalucía e adotado como “standart” nacional.

Os processos de acreditação e certificação são uma metodologia de trabalho destinada a favorecer e impulsionar a melhoria da qualidade nas instituições e, sobretudo, conferir aos cidadãos uma maior confiança nos serviços.

Como já foi referido, é intenção do Governo concluir o processo de acreditação de todas as unidades de saúde da Região até ao fim da legislatura.

Iremos também incentivar as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários a aceitar este desafio. Temos já o exemplo da Corporação de Bombeiros da Ribeira Grande, que está a desenvolver um programa de certificação validado pela Associação Portuguesa de Certificação.

Tal como nas unidades de Saúde, a certificação dos bombeiros imprime segurança e qualidade e permite-nos olhar para essas corporações de forma diferente.

Também como contributo para a área da qualidade e confiança dos cidadãos vamos continuar o combate às irregularidades, através da Inspeção Regional de Saúde.

A Inspeção Regional de Saúde tem vindo a despenhar um importante papel na investigação de situações de fraude e desperdício e vai continuar as ações de fiscalização aos setores público e privado na procura de irregularidades, seja em aspetos como atestados médicos, desvio de utentes do setor público para o setor privado, a deslocação de especialistas ou a própria organização do serviço público.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Desvio?! Percebi bem? Desvio?!

O Orador: Em 2013, a IRES detetou várias irregularidades no âmbito do circuito do medicamento e nas suas ações junto das unidades de saúde detetou situações que podem representar diminuição dos custos da ordem dos dois milhões de euros.

Ultimamente, quando a saúde é referida nestes debates parlamentares, não o é pelo trabalho diário dos muito profissionais que todos os dias curam e salvam vidas e que merecem o nosso contributo para tornar o seu dia-a-dia melhor. A maioria das discussões aqui geradas foram-no pelas dívidas acumuladas do setor. Esta casa tem toda a legitimidade para debater este assunto as vezes que forem necessárias, não considero, no entanto, legítimo o tom negativo como a questão é apresentada por alguns grupos, levantando a questão como se alguém tenha beneficiado dessa dívida de uma forma indevida.

Isso não é verdade.

A verdade é que foi preciso aumentar as verbas destinadas à saúde para podermos acompanhar as novas tecnologias e os gastos com novas terapêuticas que não podíamos deixar de aplicar. Penso que ninguém porá em causa a evolução verificada no Serviço Regional de Saúde nos últimos 10 anos.

Obviamente, temos de encontrar um ponto de otimização para que haja uma maior contenção de custos e uma cultura de poupança, que não estava presente entre os profissionais de saúde. É neste aspeto que estamos a trabalhar.

O Governo tem dado essa resposta dentro do equilíbrio orçamental possível no conjunto dos compromissos que também são necessários noutros setores.

Mas gostava de deixar hoje aqui, perante esta câmara, uma reflexão muito particular, sobre os motivos desses compromissos financeiros.

Pessoas foram operadas, foram atendidas nos seus serviços de urgência, foi disponibilizado um atendimento médico permanente em todas as ilhas e foram apoiadas deslocações para tratamentos no continente e no estrangeiro quando não havia resposta nos serviços de saúde da região. Foram disponibilizados tratamentos inovadores, os Açorianos receberam terapêuticas modernas ao nível do que se faz no país e no resto do mundo.

As dívidas surgiram porque foi necessário disponibilizar saúde aos Açorianos.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso, é importante que os grupos que acusam o Governo de falta de rigor e despesismo percebam que podem também estar a atingir indiretamente cada um dos Açorianos que beneficiou, ao longo destes anos, de um Serviço Regional de Saúde sólido.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Secretário, tenha juízo!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Acredita no que está a dizer?

O Orador: As estatísticas assim o confirmam:

Em 2002, há 10 anos, tínhamos 435 médicos, em 2012 já eram 531, ou seja mais 18%. Há 10 anos tínhamos 1.011 enfermeiros, em 2012 eram quase 1.500, um aumento de 30%. Os técnicos de diagnóstico e terapêutica eram 203 em 2002 e passaram a ser mais de 300, um crescimento de 34%.

Em 2002, os centros de saúde e hospitais realizaram 431 mil consultas, 10 anos depois as mesmas unidades de saúde tinham aumentado 29% o número de consultas, passando para um número superior a 600 mil.

Há 10 anos faziam-se por ano 8.875 cirurgias. Esse número em 2012 era de 11.636, ou seja, mais 23%.

Há 10 anos faziam-se cerca de dois milhões de exames anualmente, hoje ultrapassam-se os três milhões.

Estes e outros números explicam o crescimento das despesas. São despesas com pessoal, com equipamentos e com material clínico para essas consultas, para esses exames e para essas cirurgias.

Será que, para as pessoas que fazem parte destes números, o valor da dívida é grande?

Será que as pessoas que foram operadas ou que beneficiaram de tratamentos nas unidades da região vão gostar de ouvir que os investimentos que lhes permitiram um melhor acesso à saúde são um problema monstruoso?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mas quem é que define os financiamentos, Sr. Secretário?

O Orador: Será que a oposição quando se levanta a falar no valor da dívida não ofende os cerca de quatro mil funcionários dos hospitais e dos centros de saúde e os milhares de Açorianos que necessitaram dos seus serviços?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh, Sr. Secretário, tenha juízo!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sr. Secretário, tenha paciência!

O Orador: Estejamos todos cientes que a dívida está relacionada com o custo de manter um serviço de saúde com qualidade e segurança, com as contingências da insularidade e com a normal exigência dos cidadãos hoje mais informados e, justamente, mais exigentes na resposta do seu serviço de saúde.

Certamente que os serviços de saúde vão continuar a dar mais consultas, a fazer mais cirurgias e a realizar mais exames.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Foi isso que o Vice-Presidente do Governo lhe mandou dizer?

O Orador: Vamos contratar mais médicos para dar a resposta adequada às necessidades, de modo a evitar as listas de espera nas consultas e nas cirurgias, apostando em incentivos de fixação para áreas médicas onde existem necessidades. Vamos ter mais técnicos de diagnóstico cada vez mais especializados, para que possam dar resposta aos equipamentos cada vez mais avançados.

Vamos, de igual modo, continuar a renovação das infraestruturas, reforçar a informatização e adquirir novos e mais modernos equipamentos.

Também vamos prosseguir e reforçar o trabalho noutras áreas. Por exemplo, para a área das dependências o Plano de Investimentos dispõe de uma verba de 900 mil euros para dar continuidade aos protocolos existentes e avançar com novas ações, principalmente na prevenção.

Está destinada uma verba de 3,5 milhões de euros para a deslocação de doentes, embora se procure que sejam cada vez ser menos, em função de maior capacidade de resposta dos nossos hospitais.

Na Proteção Civil, existem verbas para continuar a importante ação de apoio ao transporte de doentes, para aquisição de mais uma viatura SIV e de viaturas ligeiras de combate a incêndios.

Continuaremos também a investir na formação em áreas como a condução de veículos de emergência, a utilização de desfibriladores automáticos externos e na abordagem da avaliação inicial, para que os bombeiros possam estar cada vez mais aptos a darem as respostas adequadas em situações de emergência.

Investiremos, de igual modo, na formação e sensibilização da população, tanto para as pessoas idosas como para as crianças, para que a cultura de segurança e proteção civil possa chegar a todas as casas.

Tal como anunciei ontem, a primeira fase do 'call-center' da saúde será lançada ainda este mês, o que vai permitir, em simultâneo, uma triagem para as situações de emergência e o aconselhamento telefónico às pessoas que necessitem de tirar alguma dúvida sobre uma situação de saúde não urgente.

Até ao final deste ano está previsto o início de um projeto piloto de articulação com as equipas de cuidados domiciliários, para que visitem, no próprio dia, os doentes considerados não urgentes, evitando assim deslocações desnecessárias às urgências hospitalares.

Esta é uma medida de grande alcance que vai diminuir a pressão dos serviços de urgência e vai reforçar as políticas de proximidade que constituem a permanente preocupação do Governo Regional.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Temos razões para acreditar nos resultados do Plano e Orçamento que hoje aqui apresentamos. Temos razões para acreditar que vamos implementar uma reestruturação dos serviços com grandes benefícios para as unidades de saúde, para os profissionais e principalmente para os utentes.

E aqui estaremos, dentro de um ano e no seguinte também, perante vós, para prestarmos contas do trabalho desenvolvido e esperar o julgamento dos Açorianos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde, ao senhor incomoda-o naturalmente falar de dívida e vem aqui numa espécie de discurso, enfim, armando-se em vítima, desculpando-se com os açorianos e com os profissionais de saúde em que alguns deles também têm opinião a seu respeito, não têm só opinião acerca da oposição.

Já agora aproveito para dizer que a oposição não é uma amálgama. Há o PSD, há o CDS, ...

Deputado Berto Messias (PS): Mas o senhor tem problema em se misturar com o PSD?

O Orador: ... há o Bloco de Esquerda, há o PCP e há o PPM.

Portanto, agradecia aos Srs. Membros do Governo que quando se dirigirem à oposição digam o CDS, o PSD, o Bloco de Esquerda, etc. Essa coisa das oposições, que as oposições não têm um líder...

O líder desta bancada sou eu.

Deputado Francisco César (PS): Olhe que a oposição tem líder!

O Orador: Dali é a Zuraída Soares, dali é o Aníbal Pires, aqui o Paulo Estêvão e ali o Duarte Freitas. Especifique os partidos. Não é só para si, é para si e para os outros.

Deputado Berto Messias (PS): Que sensibilidade é essa, Sr. Deputado! Tenha calma!

O Orador: É um esclarecimento que fica daqui no debate deste Plano.

Depois, Sr. Secretário: desvio de utentes?

O senhor tem conhecimento de profissionais de saúde que desviam utentes do serviço público para a privada? Foi o que o senhor disse ali em cima?

Sr. Secretário, isso é crime!

O que é que o senhor fez para combater isso? De que casos é que o senhor tem conhecimento?

Nós queremos saber o que é que existe, porque isso sim é crime, isso sim deve prosseguido, isso sim deve ser denunciado e isso sim deve ser punido.

Portanto, quantos já puniu até hoje ou vai punir daqui até ao futuro?

De resto, Sr. Secretário, quero perguntar-lhe uma coisa.

O que me envergonha como açoriano é quando o senhor diz que ao denunciarmos as dívidas temos que ter em atenção aqueles açorianos que beneficiaram das cirurgias, dos números, dos exames complementares de diagnóstico, disto e daquilo.

Oh Sr. Secretário, quem se queixa é quem não beneficiou! São as vergonhosas listas de espera que temos nos Açores, absolutamente indecorosas e que não se conseguiu até hoje combater-las, gerir, Sr. Secretário, de forma eficaz, racional, que acabe com o sofrimento das pessoas!

Ouvimos aqui falar hoje durante o dia que para o Partido Socialista os açorianos não são números, disse o Sr. Vice-Presidente aqui de manhã e muito bem.

Agora percebi que os doentes são números para o Sr. Secretário da Saúde e é isso que nós não podemos aceitar.

Vou dar-lhe um exemplo, Sr. Secretário, já que quer números.

Em 2010, por altura da publicação pública por proposta do CDS das listas de espera, nós tínhamos em lista de espera nos Açores de 1.191 doentes.

Sabe quantos são atualmente?

2.810 doentes em lista de espera, Sr. Secretário, nos três hospitais, que corresponde a um aumento médio, nestes três anos, de 235%. Isto é que envergonha esta gente, Sr. Secretário! Estes é que sentem! Para onde é que foi o dinheiro para o combate às listas de espera, Sr. Secretário?

Não estou a dizer que alguém sabotou o dinheiro, como o senhor dali insinuou, nem nunca esta bancada daqui disse isso.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor mesmo não era homem para isso!

(Risos do Deputado José San-Bento)

O Orador: Fica já esclarecido.

Para onde foi o dinheiro do combate às listas de espera, Sr. Secretário?

É uma pergunta que lhe faço e é uma pergunta para a qual o senhor devia ter a resposta. É uma questão que o senhor já devia ter investigado, porque foram milhões, Sr. Secretário.

1.191 doentes para 2.810! Triplicaram quase, Sr. Secretário! Quase triplicaram!

No Hospital da Horta mais 429%, no Hospital de Angra mais 40,7%, no Hospital de Ponta Delgada mais 135%.

O que é isto, Sr. Secretário?

Estes açorianos é que sentem estes números. Estes açorianos é que precisam que se resolva o problema deles e esse ainda não conseguiram resolver. Dê resposta a isso.

Já agora, Sr. Secretário, já que apela tanto à autonomia, diga-me uma coisa.

Sobre as dívidas que os senhores diziam erradamente que era do Governo da República, agora já corrigiram e já dizem que são dos subsistemas nacionais, diga-me lá, de quem são?

Deputado Francisco César (PS): São do Governo da República?

O Orador: São de funcionários, professores da Universidade dos Açores que descontam para a ADSE, são de lá?

São de outros funcionários que são SS, são açorianos que vivem nos Açores?

O senhor está a pôr em causa o tratamento que presta a esses açorianos, Sr. Secretário Regional?

É porque nesses subsistemas o senhor está a falar de açorianos tratados em unidades de saúde da região.

São funcionários do Ministério da Justiça...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sim! E depois?

O Orador: O senhor paga devidamente aos hospitais e centros de saúde? Paga?

Portanto, o senhor está aqui a virar açorianos contra açorianos, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): São os descontos!

Deputado Domingos Cunha (PS): Não, não! É um bocadinho diferente!

O Orador: ... porque os subsistemas de saúde dizem respeito a descontos de açorianos que vivem, trabalham aqui, descontam aqui.

Já agora explique-me lá como é que aumentou num ano de 28 milhões para 62 milhões? Explique lá esse número.

Já agora explique-me lá quanto é que se poupou em genéricos na Região Autónoma dos Açores, com a introdução dos genéricos?

Qual foi a maior poupança que houve?

Já agora explique lá, Sr. Secretário, que é para a gente se começar a entender, porque o senhor falou, mas não falou das poupanças. As poupanças que se fizeram no Serviço Regional de Saúde foram sobretudo às custas dos genéricos e não foi de nenhuma medida tomada pelo Governo Regional dos Açores.

Já agora, Sr. Secretário, não confunda nunca poupança com desperdício, porque quando o senhor fala em poupar em sessões de tratamento de doentes, isso não é poupar, Sr. Secretário. Poupar, é poupar no desperdício, não é no tratamento e foi isso que o senhor disse dali daquela tribuna.

Central de compras, Sr. Secretário, criada por Domingos Cunha em 2005, por que é que ela existe?

Informatização, Sr. Secretário.

Estão preocupados sabe com o quê? Com os milhões que se esbanjaram, 3 milhões que ninguém sabe onde é que eles andam. Ou andam nas contas da INDRA que a região pagou, que tem muitas a cobrar à INDRA? Como é que está esse processo, Sr. Secretário?

Se começar a fazer as continhas vai chegar à dívida da região. São muitas INDRA's multiplicadas; são muitos desperdícios multiplicados, Sr. Secretário; são muitas PPPs multiplicadas, Sr. Secretário.

Portanto, processo de informatização.

Agora vem o senhor dizer que a grande revolução é novamente a informatização?

Vou ler-lhe, porque essa informatização já era a grande revolução em 2005, Sr. Secretário.

A grande revolução era (vou ler, porque isso é digno das pessoas saberem): “O concurso da informatização [vou citar o Secretário da Saúde] do Serviço Regional de Saúde, liderado pela SAUDAÇOR, encontra-se hoje na fase final de escolha da solução integrada. O SIS-Açores Região Digital é referência [note bem!] a nível nacional e internacional pela forma estruturada e integrada como foi concebido. Prova disso é o facto de todas as multinacionais com experiência comprovada terem concorrido.”

“Estruturada”! O estruturar foram 3 milhões para o galheiro, no mínimo!

Deputado Francisco César (PS): Galheiro?!

O Orador: Mais as multas que os senhores não aplicaram e mais o que se gastou a comprar sistemas alternativos e sobretudo a ironia do caso, quando o CDS aqui defendeu que se devia adotar o sistema em vigor nos hospitais nacionais.

Sabe qual é que foi a resposta dessa bancada e desse Governo?

É que não servia, que não era bom.

É a solução que o Sr. Secretário hoje vem aqui propor.

Portanto, em que é que ficamos, Sr. Secretário?

O que é que era bom: a forma “estruturada” do SISARD, revolucionária, visionária ou é a forma que existe na República, a forma que existe nos

hospitais do continente absolutamente comprovada e que o senhor vem hoje passar aqui um atestado de incompetência aos seus antecessores, vindo (e bem!) adotar para a região o sistema informático dos hospitais do continente?

Aliás, como também a central de compras; aliás, como também as receitas; aliás, como também as vinhetas; aliás, como também as taxas moderadoras.

Ou seja, Serviço Regional de Saúde para si, Sr. Secretário, cada vez vale menos. O senhor está a nacionalizar o Serviço Regional de Saúde.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não sei se estarei no tom certo da minha intervenção, não se deverei solicitar a opinião ao Sr. Secretário relativamente à forma como devo intervir, mas vou tentar fazê-lo da forma como sempre faço, esperando que com isto atinja a satisfação do seu ego relativamente às perguntas, mas sobretudo ao tom com que a oposição se lhe dirige.

Sr. Secretário, o senhor falou, e o Sr. Deputado Artur Lima já aqui o referiu, relativamente ao desvio de doentes do setor público para o setor privado e que isso seria uma tarefa da Inspeção Regional da Saúde.

Queria perguntar-lhe, Sr. Secretário, se não acha que o verdadeiro desvio de doentes para o setor privado é aquele que o Serviço Regional de Saúde promove?

Vou explicar. O senhor com as novas regras que determinou relativamente à deslocação de especialistas sem hospital, diminuindo de forma drástica a deslocação de especialistas a estas ilhas, fez com que os cidadãos sem capacidade de resposta tivessem que recorrer à medicina privada para ter resposta relativamente àquilo que necessitam.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Não acha, Sr. Secretário, que em vez de andarem a investigar, através da sua Inspeção Regional, o desvio de doentes do setor público para o

setor privado se deveria preocupar com a resposta aos cidadãos dos Açores através da deslocação de especialistas aos centros de saúde, de forma programada e de forma a dar resposta aos cidadãos, pagando a tempo e horas como o senhor nunca fez relativamente à Unidade de Saúde de Ilha de Santa Maria, que agora gerou um sentimento de desconfiança tal perante os médicos que lá se deslocavam que não estão mais dispostos a fazê-lo, porque sabem que o senhor leva dois e três anos a pagar aquilo que devia pagar no ato da prestação desses cuidados de saúde?

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): O Governo da República vai pagar!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: O verdadeiro desvio é esse e o senhor e o seu Governo são os responsáveis.

Em segundo lugar, Sr. Secretário, referiu V. Exa. que a acessibilidade dos cidadãos aos cuidados de saúde seria um objetivo do Governo para 2014. Nós corroboremos com essa sua preocupação, como não poderia deixar de ser.

Oh Sr. Secretário, que soluções pretende o senhor adotar relativamente à recuperação de listas de espera cirúrgicas?

Porque, Sr. Deputado Artur Lima permita que me dê a oportunidade de o corrigir, os números que V. Exa. citou são os doentes em lista de espera há mais de 18 meses.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Sim, sim!

O Orador: São os tais oficiais que vêm no *site* da Direção Regional de Saúde, mas a verdade não é essa, Sr. Deputado Artur Lima, nem Sr. Secretário Regional da Saúde.

A verdade é a que consta dos relatórios de contas dos hospitais da região.

Sabe quantos doentes se encontravam em lista de espera cirúrgica no Hospital de Ponta Delgada a 31 de dezembro de 2012 (já lá vão 11 meses)?

6.131, Sr. Secretário! Não fui eu que escrevi, foi o conselho de administração que o seu Governo nomeou e que está na página 14 do relatório de contas do Hospital do Divino Espírito Santo.

Se associarmos a esses 6.131 de então que hoje já são 7 mil, aos mais que se encontram no Hospital de Angra e no Hospital da Horta nós estamos muito próximos dos 9 mil açorianos à espera de uma cirurgia, Sr. Secretário, muitos deles há mais de 3 anos.

Isso não envergonha o Governo? Não envergonha a bancada que suporta o Governo?

Oh Sr. Secretário, e teve V. Exa. a coragem, no último plenário, de rasgar uma proposta que o PSD apresentou aquando da votação do Plano e Orçamento para 2013 e que foi de forma unânime aqui aprovada nesta Assembleia, recusando cumpri-la e desta forma, recusando prestar uma assistência suplementar aos doentes que se encontravam em listas de espera cirúrgicas!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Oh Sr. Secretário, mas o senhor caiu em mais uma contradição. É que em verdade apelou a que as oposições se juntassem a si no que à aplicação da telemedicina diz respeito.

Oh Sr. Secretário, mas é preciso que nós nos entendamos! É porque o seu Presidente do Governo, o nosso Presidente do Governo, associou a oposição do PSD como sendo uma oposição que se podia desvalorizar, minorar, apelidou o PSD de oposição irrelevante, Sr. Secretário.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, daí é preciso que se entendam!

O Presidente do Governo diz de manhã que somos uma oposição irrelevante e o senhor à tarde vem pedir ajuda para que nos associemos a um projeto de telemedicina.

Entendam-se, por favor!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Mas não é a expressão inusitada, que decerto lhe caiu por um deslize que não pretendia, que demonstra bem o exercício de uma democracia musculada, que decerto compreendo e aceito que tenha sido um deslize do Sr. Presidente do Governo que o não tivesse querer ter dito, nessas circunstâncias e com esse intuito, faz com que, apesar de irrelevantes, tenhamos a coragem de trazer novamente a esta casa, no âmbito das propostas de alteração ao Plano e Orçamento para 2014 novamente um reforço, neste caso não é um reforço é uma iniciativa nova da colocação de 700 mil euros para recuperação de listas de espera cirúrgicas, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: ...porque entendemos (ao contrário daquilo que o senhor entende) que não é possível, no âmbito do horário normal de serviço dos três hospitais, produzir mais do que aquilo que se produz e o senhor sabe bem isso, porque as suas administrações estão a encerrar salas de bloco operatório, estão a pedir dispensa de tempos operatórios às diferentes especialidades cirúrgicas e há hospitais da região que nem à tarde conseguem operar em cirurgia programada. Oh Sr. Secretário, peço-lhe imensa desculpa, mas o senhor tem que me explicar o aumento dos 23% de cirurgias realizadas a que é que se deveram. Se foram cirurgias programadas ou se foram cirurgias de ambulatório.

Não venha enganar o ceguinho, Sr. Secretário, porque sei muito bem daquilo que o senhor está a falar.

O que o senhor está a falar são cirurgias sem internamento. Essas sim aumentaram e são desejáveis. Agora as cirurgias programadas que se arrastam ano após ano, com milhares de utentes à espera, o senhor e o seu Governo não querem resolver.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: É essa a acessibilidade que os senhores defendem.

E queria perguntar-lhe mais, Sr. Secretário, relativamente à acessibilidade e à defesa do projeto da qualidade, no âmbito de um protocolo que eu penso que V. Exa. e o seu Governo assinaram com a Direção Regional de Saúde. Gostava de

perguntar, Sr. Secretário, que medidas é que propõe para aumentar a cobertura na área dos cuidados primários de saúde.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Cuidado! Não se cite a si próprio!

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma vez mais a oposição procurou centrar ...

Deputados Aníbal Pires (PCP) e Artur Lima (CDS-PP): Outra vez?!

O Orador: ... a análise desta questão essencialmente em aspetos financeiros da saúde.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais os partidos?

Deputado Berto Messias (PS): Alguns partidos!

O Orador: Os dois partidos que agora aqui falaram, nomeadamente o senhor e o Sr. Deputado Luís Maurício.

Claro que falaram!

Começando pelas listas de espera é bom que se diga que o PS e o Governo têm abordado esta questão com todo o cuidado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas está aqui o senhor para moderar!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado José San-Bento está no uso da palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: A primeira referência que gostava de deixar aqui absolutamente clara para quem estiver a ouvir-nos é que quando nós falamos em listas de espera nós estamos a falar em listas de espera em algumas consultas de especialidade, estamos a falar em listas de espera de algumas cirurgias programadas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais?

O Orador: Nós continuamos a ter um sistema que tem ao nível das urgências a capacidade de realizar essas cirurgias de emergência, porque da maneira que os senhores falam até parece que os próprios casos das cirurgias de urgência ficam em risco.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é alarmismo para a população!

O Orador: Nós também devemos referir com toda a clareza que o Partido Socialista aprende com a experiência e sabe retirar lições daquilo que corre menos bem. Não há dúvida nenhuma que o caso concreto do sistema de recuperação de listas de espera...

Presidente: Srs. Deputados, agradeça algum silêncio.

Deputado Luís Garcia (PSD): Um especialista! Com dois Deputados na bancada na área! Deixe isso para os seus colegas!

O Orador: ...é um sistema que não está a ter os resultados que nós desejávamos. É por isso que o Governo já anunciou (e anunciou bem!) que neste momento aborda uma outra estratégia, ou seja, pretende mudar, mantém um impulso reformista, alterando aquilo que são os incentivos e a própria abordagem à redução das listas de espera.

O que não pode ser feito, Sr. Deputado Luís Maurício, é fazer aquilo que o PSD tem feito.

Os senhores acusam o sistema regional de saúde de estar falido, acusam o Sr. Secretário de ser despesista e de não controlar a despesa e no fundo aquilo que ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Eu não disse nada disso!

O Orador: Acusaram, sim senhor, ao longo do debate nos últimos meses, mas quando chega à hora de uma solução, qual é a solução do PSD?

Não apresenta uma única medida de racionalização e de poupança. Defende apenas atirar 7 centenas de milhares de euros para cima de uma solução que não está a trabalhar. No fundo, aquilo que os senhores defendem é atirar dinheiro para cima dos problemas, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não sabem é resolvê-los!

O Orador: ... não tendo a capacidade de apresentar boas soluções.

E mais, Sr. Deputado!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado Luís Maurício, Sr. Deputado Artur Lima, aquilo que o vosso Governo faz na República, uma coisa que os senhores não gostam de falar. Os senhores vêm aqui acusar o Governo Regional de uma coisa e esquecem-se daquilo que o vosso Governo faz na República.

Srs. Deputados, aquilo que está a ser feito ao nível da implementação do sistema de consulta a tempo e horas, uma medida que na altura saudámos, de tentativa de recuperação de listas de espera na área das consultas, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Não é verdade! O senhor não sabe o que está a dizer!

Deputado Jorge Macedo (PSD): O Deputado Ricardo Cabral e o Deputado Domingos Cunha querem falar! Deixe-os falar!

O Orador: ...está a ser um desastre com 60% dos hospitais a alegarem terem falta de recursos e o sistema não estar a trabalhar.

Srs. Deputados, a questão das listas de espera e o racionamento dos cuidados de saúde...

Deputado Luís Garcia (PSD): Não é racionamento. É racionalização!

O Orador: ...é uma questão muito mais complexa e muito mais séria do que aquela que os senhores procuraram aqui abordar.

E mais! Quando se fala em questões relacionadas com as dívidas dos hospitais.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sr. Deputado, deixe os seus colegas falar!

O Orador: Este é um problema que nós já reconhecemos, é um problema que estamos a procurar resolver, Sr. Deputado.

Injetámos 22 milhões para pagar essa dívida comercial aos fornecedores dos Açores e cerca de 12 milhões e meio para pagar os fornecedores a nível nacional, isso a conjugar com o grande reforço do orçamento de funcionamento do sistema para 2013.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Sr. Deputado tem aí dois médicos para desmentir o que está a dizer! Até já põem as mãos na cabeça!

O Orador: Portanto, Srs. Deputados, o mínimo que se vos exigia era que tivessem isso em mente e reconhecessem esse grande esforço do Serviço Regional de Saúde de poder ter um financiamento mais realista e mais em conta com os custos, tendo também em linha de conta aquilo que são aspetos que obviamente têm a ver com a realidade concreta e aquilo que os senhores deviam, por uma questão de lealdade no debate político, reconhecer.

Srs. Deputados, é verdade (os senhores não gostam de ouvir isso) que os subsistemas devem dezenas de milhões de euros ao Serviço Regional de Saúde, Sr. Deputado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Desde quando?

O Orador: E não venha para aqui o Sr. Deputado Artur Lima com esses trocadilhos que não é o Governo da República. Obviamente que o Governo da República e a tutela têm responsabilidades nessas dívidas.

Tenho a informar-lhe o seguinte.

Eu próprio assinei com os meus colegas um requerimento a solicitar informações ao Governo Regional sobre esses montantes.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O que é que os senhores diziam quando José Sócrates estava no Governo?

O Orador: Pensei que o senhor conhecia, mas vou admitir que depois da intervenção que fez o senhor desconhece esses dados, mas vou aqui dizer.

A ADSE do continente deve...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estou a falar nos Açores!

O Orador: ... 8,9 milhões.

É a desagregação que é feita, Sr. Deputado, mas é feita em relação aos serviços prestados de acordo com os descontos dos serviços...

Deputado Berto Messias (PS): Exatamente! Como o senhor bem sabe!

O Orador: Oh Sr. Deputado!

Sr. Deputado Artur Lima, oiça!

Deputado Berto Messias (PS): Seja sério!

O Orador: Por uma questão de lealdade, oiça os valores!

Deputado Francisco César (PS): Oiça e depois diga!

O Orador: Às unidades de saúde de ilha e ao Centro de Oncologia dos Açores devem 8,9 milhões de euros, Sr. Deputado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Desde quando?

O Orador: Aos hospitais da região devem 37,9 milhões de euros, Sr. Deputado.

Deputados Luís Maurício e Luís Rendeiro (PSD): Desde quando?

O Orador: A ADSE relacionada com as questões da Madeira deve aos hospitais 359 mil euros.

As Forças Armadas devem ao total das unidades de saúde de ilha e ao Centro de Oncologia dos Açores 621 mil euros. Aos hospitais devem 6 milhões e 222 mil euros.

As forças militares, a GNR e a PSP, devem às unidades de saúde ilha 1 milhão e meio de euros.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Desde quando?

O Orador: Devem ao total dos hospitais 5,3 milhões de euros.

Srs. Deputados, os números são muito claros.

O Serviço Regional de Saúde é credor dos seguintes valores: os hospitais, um total de 46,9 milhões de euros em relação à ADSE do continente; 359 mil euros em relação à ADSE da Madeira; 6,8 milhões em relação às Forças Armadas; 6,8 milhões de euros em relação às forças militarizadas, GNR e PSP. Isto dá um total, Sr. Deputado, de 61,2 milhões de euros.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Desde quando?

O Orador: Portanto, Srs. Deputados, nós não pedimos aos partidos da oposição para apoiarem a política de saúde dos Açores, mas exigimos que os senhores sejam leais e coerentes com aquilo que o vosso Governo, que apoiam na República, ...

Deputado Francisco César (PS): Está a safar-se!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mal!

O Orador: ... tem de responsabilidade nesses números e de não financiamento e transferência para a saúde.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É falso!

O Orador: É verdade Sr. Deputado e o senhor sabe que é verdade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Ainda em relação a isso, Sr. Deputado, deixe-me que lhe diga. O senhor vem para aqui acusar o Governo Regional desse problema esquecendo (sim, para este Parlamento) a realidade nacional e a realidade nacional, Sr. Deputado, é que a dívida dos hospitais nacionais às farmacêuticas derrapou novamente e atinge 1.251 milhões de euros.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

Deputado Luís Maurício (PSD): Não sabe o que está a dizer!

Deputado António Marinho (PSD): É mais ou menos a dívida do Setor Público Empresarial!

O Orador: É isso que acontece. São estes os dados que posso adiantar.

Portanto, Srs. Deputados, esta é que é a verdade.

Nós estamos a falar de facto de um problema muito complexo e de uma situação muito difícil...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual é a dívida regional?

O Orador: ...e esses constrangimentos financeiros, é evidente, têm tido repercussões no nosso sistema regional de saúde, mas nós apesar de tudo temos mantido uma política que é, no essencial, uma política que está a dar bons resultados.

O que acho aqui muito curioso é que depois de terem feito dois debates de urgência na mesma sessão legislativa a propósito da reforma do Serviço Regional de Saúde, ...

Deputado Berto Messias (PS): Bem lembrado!

O Orador: ...os partidos da oposição cheguem a este momento e nem o CDS, nem o PSD façam uma única referência a este grande sucesso que o Governo teve.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem lembrado!

O Orador: Uma reestruturação do Serviço Regional de Saúde que permitiu melhorar a acessibilidade ao sistema, aumentar a qualidade dos serviços prestados e também reforçar a sustentabilidade financeira do Serviço Regional de Saúde.

Esta é que é a verdade!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor não está, mas devia estar na lista de espera!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Olhe o tempo!

Deputado Luís Garcia (PSD): Deixa gastar!

O Orador: Estes dados são aquilo que também devemos relembrar nesta altura e devemos relembrar porque aquilo que o Governo fez ao nível da reestruturação do Serviço Regional de Saúde foi uma grande vitória e sobretudo foi um processo que orgulha o Partido Socialista, um processo caracterizado por um governo dialogante e uma maioria aberta aos consensos. Foi isso que permitiu reunir mais de 70 contributos, Srs. Deputados. Foi isso que permitiu, e nós aproveitamos para agradecer o contributo de todas essas entidades, melhorar ainda mais o nosso sistema, mas curiosamente a nossa oposição não fez uma única referência a esta importante reestruturação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É o que faz ter tempo a mais!

O Orador: E essa reestruturação deve ser salientada não só por ter sido um sucesso, não só por ter melhorado o nosso Serviço Regional de Saúde, mas pela forma e pela cultura democrática com que o Governo encarou isso.

O Governo foi de uma lealdade eleitoral que é digna de registo. O Governo assumiu que apresentaria uma reforma no dia 1 de setembro e apresentou a sua proposta de reforma final no dia 1 de setembro, ou seja, antes das eleições autárquicas, ao contrário do Governo que os senhores apoiam, do Governo que os senhores pediram aos açorianos a sua confiança que escondeu das eleições autárquicas, não apresentou antes das eleições autárquicas, aquilo que eram as medidas que estavam inscritas no Orçamento de Estado, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É falso!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... nomeadamente mais uma subida de impostos, mais cortes nos ordenados e mais medidas agressivas sobre os pensionistas. É essa a diferença. Nós não escondemos, nem iludimos os açorianos. Dizemos a verdade. Mostrámos a nossa reforma antes das eleições e por isso mesmo também tivemos o sucesso que tivemos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Onde? Na Ribeira Grande?

O Orador: É isso que é preciso e é isso que é necessário também aqui lembrar.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Gostaria muito de debater consigo, Sr. Deputado, mas como sabe o partido da maioria não dá tempo à oposição!

Deputado Berto Messias (PS): Olha a desculpa!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Deputado Berto Messias, dá-me 10 minutinhos para debater?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Aida Amaral.

(*) Deputada Aida Amaral (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, como explica e garante aos 5.578 marienses qualidade nos serviços de saúde com uma redução de 53,22% neste plano na área da saúde?

A deslocação de médicos especialistas a Santa Maria é um recurso indispensável à boa prestação de cuidados de saúde aos marienses.

Quero colocar-lhe duas questões.

Primeira: estão os pagamentos aos médicos especialistas em dia? Se sim, porque continua a deslocação dos especialistas a Santa Maria a primar pela sua ausência?

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde, uma pergunta apenas, porque o tempo não dá para mais, é implacável.

Há um paradoxo no Serviço Regional de Saúde que lhe peço para o Sr. Secretário me explicar, que é o seguinte.

Há médicos que, podendo, se recusam a receber internos e recusam-se porque pura e simplesmente não querem dar a formação aos internos, portanto, não querem que lhes sejam atribuídos internos. Mas também há médicos que, querendo, não os podem receber, ou porque os serviços onde estão perderam a idoneidade formativa, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E por culpa de quem?

Deputado Luís Maurício (PSD): Aí é que está!

A Oradora: ...ou porque estão em vias outros serviços de perder essa idoneidade formativa, ou porque esta idoneidade está condicionada, como acontece na região em alguns locais e o Sr. Secretário Regional sabe-o com certeza. O caso da pediatria, neste momento, no Hospital de Ponta Delgada.

A pergunta que lhe faço é no meio deste paradoxo que é, digamos, a instalação de um certo caos, há os que querem receber e não podem e depois há os outros que podem e não querem. O que é que fica no meio?

Fica no meio os açorianos e as açorianas, que ficam sem médicos, que ficam sem especialistas, que é aquilo que nós nesta casa, em termos de saúde, estamos permanentemente a queixar-nos, que aumentam as listas de espera.

Portanto, há aqui qualquer coisa que tem de ser resolvida e neste caso tem de ser resolvida pela tutela.

O que lhe pergunto é: qual é a resolução que o Sr. Secretário propõe?

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Prescindo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Depois da brilhante intervenção do Deputado José San-Bento!...

Presidente: A Mesa não tem assim mais inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É só para um esclarecimento ao Sr. Deputado Luís Maurício que naturalmente não me queria corrigir, queria naturalmente esclarecer-me o critério dele e o meu critério.

O meu critério, Sr. Deputado Luís Maurício, foram as listas de espera com mais de 18 meses publicadas na Direção Regional de Saúde. Abaixo dos 18 meses estão naturalmente todos os outros que constam desses relatórios e que o senhor referiu e bem.

Já agora aproveito para em tom, Sr. Deputado José San-Bento, muito telegráfico...

Deputado Francisco César (PS): Não resiste!

O Orador: ... lhe dizer que a lista de espera cirúrgica, o tempo médio de espera no continente, é de 3 meses com essas dificuldades todas, na Região Autónoma dos Açores é superior a 20 meses. A diferença é essa.

Sr. Deputado José San-Bento, só dizer-lhe mais uma coisa.

O grande Ministro da Saúde chamado Correia de Campos foi o precursor do racionamento (não é racionamento, Sr. Deputado, é racionalização de custos). O encerramento de serviços em Portugal foi feito em primeiro lugar, em primeira mão na democracia, por António Correia de Campos, digníssimo socialista.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Mas esse era bom!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Caros Membros do Governo:

Tentar responder de uma forma direta às questões que me foram colocadas em primeiro lugar pelo Sr. Deputado Artur Lima.

A questão da Inspeção Regional de Saúde e a questão levantada relativamente ao desvio dos utentes do setor público para o setor privado são as denúncias que, infelizmente, mais nos têm chegado ultimamente à Inspeção Regional de Saúde.

Isso do ponto de vista de denúncia e de utilidade da própria inspeção e da visão da utilidade da inspeção para os próprios utentes é importante e é bom que os utentes reconheçam na Inspeção Regional de Saúde a legitimidade de poder investigar essas matérias...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Secretário, a última atuação da inspeção Regional da Saúde é péssima!

O Orador: ... e por isso estamos a falar de processos (que me tenham sido ditos) em que pelo menos um está em curso, os outros têm chegado e vão ser alvo da devida inspeção. Na medida que forem sendo tornados públicos, obviamente irei partilhar esses dados convosco.

O Sr. Deputado levantou uma questão muito interessante em relação à redução das listas de espera e ao dinheiro todo que foi investido. Já ouvi aqui, nesta câmara, referir montantes na ordem dos 8 milhões, 9 milhões de euros nos programas de redução de listas de espera e pergunta para onde foi o dinheiro.

O dinheiro foi utilizado e foi canalizado pelos hospitais para os programas de redução de listas de espera.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o que é que se tem verificado?

O Orador: O problema é que nós temos verificado (e é isso que é importante discutirmos todos aqui) é que a aplicação desse dinheiro nesses programas de redução de listas de espera não tem vindo a diminuir as listas de espera, mas tem vindo sim, e aquilo que nós percebemos, a promover o aumento dessas listas de espera.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já digo isto há 3 anos, Sr. Secretário!

O Orador: Foi por isso que nós decidimos, como Governo Regional, abordar o problema de uma perspetiva diferente, tentar resolver o problema de base que é

aumentar a produtividade do Serviço Regional de Saúde de forma a que as listas de espera não tenham necessidade de aumento.

É por isso que iremos desenvolver, como já tive oportunidade de anunciar, programas de incentivo à fixação de médicos em determinadas especialidades para que essa diminuição ocorra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é por aí! É mais um erro!

O Orador: Tentando juntar a resposta a esta questão com a pergunta que me foi dirigida do Sr. Deputado Luís Maurício, quando refere que há 9 mil doentes em espera, isso são dados extrapolados segundo os relatórios de atividades dos hospitais. Vou confrontá-lo e confronto com aquilo que foi o número que eu há pouco referi. Em 2012, cerca de 11.636 doentes foram operados no Serviço Regional de Saúde, ou seja, mais do que aquilo que é o número que o Sr. Deputado refere, o que quer dizer que nós anualmente conseguiríamos renovar as cirurgias aos utentes e ainda conseguiríamos ter margem de manobra para diminuir as listas de espera, o que vai de encontro àquilo que é a posição do Governo Regional sobre esta matéria e vem clarificar aquilo que é a posição do Governo Regional sobre esta matéria que é: o problema das listas de espera não é um problema geral do Serviço Regional de Saúde, não é um problema sistémico do Serviço Regional de Saúde. É, sim, um problema pontual em algumas das especialidades que tem de ser resolvido e tem de ser abordado de uma forma muito direta e muito clara nessas especialidades específicas, tentando encontrar incentivos de fixação, medidas de apoio à vinda de médicos nessas especialidades aqui para região, nomeadamente, e como disse e bem, médicos anestesiólogos, porque é isso que neste momento está a condicionar os blocos operatórios dos hospitais da região, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é não senhor!

O Orador: ... de forma a que os hospitais da região possam produzir segundo aquilo que é exetável, segundo aquilo que são as necessidades dos próprios açorianos.

Penso que há alguma confusão sobre aquilo que é o conceito da cirurgia de ambulatório com a cirurgia programada e a forma com que o Sr. Deputado diz que nós andamos a esconder os números em relação a esse aspeto.

Nós não andamos aqui a esconder números relativamente às cirurgias de ambulatório ou às cirurgias programadas.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Penso é que há alguma confusão do Sr. Deputado neste conceito de cirurgias programadas ou cirurgias de ambulatório, porque, por exemplo, o Hospital de Ponta Delgada ainda há pouco tempo considerava as cirurgias às cataratas dentro de cirurgias programadas com necessidade de internamento e fez uma evolução no sentido de transformar essas cirurgias em cirurgias de ambulatório, por isso não é uma questão de esconder números, são cirurgias que podem ser feitas em contexto ambulatório e serão agora contabilizadas em contexto de ambulatório e não em contexto de internamento como estavam a ser até à presente data. Penso que concordará comigo do ponto de vista médico e técnico que é mais confortável para o utente ser operado à cirurgia da catarata em ambulatório do que propriamente em situação de internamento.

Sr. Deputado Artur Lima só para lhe dizer diretamente que,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a informatização, Sr. Secretário?

O Orador: Diga? Não percebi, desculpe.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os computadores!

O Orador: Já lá vamos.

... em primeiro lugar, a questão que tinha colocado imediatamente antes dos subsistemas, nunca a ninguém foi recusado o tratamento em qualquer um dos hospitais da região pelos subsistemas que apresentavam.

Nós continuamos a tratar as pessoas da mesma forma.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Deputado Rogério Veiros (PS): E muito bem!

O Orador: Contabilizamos esse custo e tentamos imputá-los aos subsistemas. É aquilo que está a acontecer e o próprio utente não nota qualquer diferença no

tratamento no dia-a-dia relativamente a essas situações. É importante que perceba isso, ou seja, nós não estamos a condicionar o tratamento às pessoas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A ADSE regional!

O Orador: Os subsistemas é que estão a condicionar o bom funcionamento do Serviço Regional de Saúde ao não fazerem o pagamento da utilização desses recursos.

Relativamente à informatização, Sr. Deputado Artur Lima, aquilo que lhe posso dizer é que só mantém pé firme e não corrige a sua posição um burro, ou seja, obviamente foi um processo que foi desenhado e que foi estruturado de uma forma que parecia lógica ao Governo Regional da altura, porque eram essas as evidências que tinha de que era por esta lógica de processo estruturado que se devia avançar com uma completa complementaridade entre aquilo que eram os serviços de cuidados hospitalares e os serviços de cuidados de saúde primários. Por isso se optou por um sistema informático que na altura traria essa complementaridade.

Infelizmente não foi possível. A empresa não conseguiu cumprir com aquilo que era o preconizado. Obviamente, e respondendo à sua pergunta muito direta, se estamos a utilizar os sistemas nacionais, estamos e vamos utilizar os sistemas nacionais, porque neste momento também foi invertido aquilo que era a filosofia nacional de separação entre os sistemas de cuidados de saúde primários e sistemas de sociedade de saúde hospitalares. Existe uma plataforma de dados da saúde que foi desenvolvida pelo Ministério da Saúde e mal de nós seria se não usássemos essa possibilidade e estivéssemos nós aqui a tentar inventar a roda num sistema alternativo.

Por isso, optei como Secretário, optámos como Governo, pela utilização desses sistemas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Agora vá ver o que eu dizia há 3 anos e o que disse na Comissão de Inquérito!

O Orador: Sr. Deputado Luís Maurício, em relação à questão das deslocações de especialistas, e respondendo também de uma forma clara à Sra. Deputada Aida. Nós estamos a elaborar um novo diploma relativamente ao pagamento, ao

financiamento e à deslocação de especialistas às unidades de saúde em ilhas sem hospital, isto porque o anterior regime, como bem sabe, previa o pagamento durante o próprio horário de trabalho aos médicos. Pareceu-nos que era injusto estarmos a financiar sistemas de deslocação de especialistas em que o médico recebia no seu hospital de origem, estava dispensado do seu hospital de origem, nem ia receber mais por uma consulta que fazia nas unidades de saúde.

Por isso, não querendo aqui acusar ninguém, porque era o regime que estava em vigor, era o regime legal que estava em vigor, era o regime que estava desenhado, nós preferimos clarificar essa situação e vamos propor um novo regime em que essa diferenciação é clarificada.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Em relação aos cuidados de saúde primários, pergunta-me que medidas estão a ser tomadas ou o que é que nós podemos fazer.

Mais uma vez, espero que não interprete isto como divisão no seio do Governo, vou apelar à boa responsabilidade da oposição, porque temos neste momento um concurso ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ah! Afinal apela! Não somos irrelevantes!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Somos irrelevantes! Não apele!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Afinal quem é irrelevante para o Sr. Secretário é o Sr. Presidente do Governo!

O Orador: À oposição, desculpe!

Tentando ser mais concreto como tinha sido solicitado. Vou-lhe solicitar o apoio nesta matéria, porque temos aberto, foi aberto ontem, um concurso para 7 médicos de medicina geral e familiar na ilha de São Miguel e muito gostaríamos que essas 7 vagas fossem preenchidas e que pudesse, a Unidade de Saúde de Ilha de São Miguel, contar com mais 7 especialistas.

Em relação à pergunta que me foi dirigida pela Sra. Deputada Aida, na questão da redução das verbas para Santa Maria, obviamente há uma redução de verbas para Santa Maria no plano de investimentos fruto daquilo é o término de uma obra que foi estruturante para o próprio Centro de Saúde de Vila do Porto, que é

a questão da obra de ampliação e da nova funcionalidade em medicina física e reabilitação e todos os consultórios médicos associados que vai ter.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso também traz água no bico, essa medicina física de reabilitação e técnicas de diagnóstico!

O Orador: Por isso, é normal que se registre uma redução ao nível do plano de investimentos para Santa Maria, mas que não se manifestará (assumo aqui o meu compromisso) em redução funcional do próprio centro de saúde.

Finalmente, respondendo muito claramente também à Sra. Deputada Zuraida Soares na questão dos internos. Percebo que haja aqui alguma salganhada e nós próprios gostaríamos de tentar resolver esta salganhada. O problema é que o Governo Regional dos Açores não tem qualquer responsabilidade naquilo que é a definição das idoneidades formativas, porque isso é da competência da Ordem dos Médicos, ou seja, nós estamos a tentar, junto da Ordem dos Médicos, dar idoneidade formativa ao maior número de centros de saúde, ao maior número de hospitais possível. Quando a Ordem dos Médicos nos identifica, nas visitas que faz às unidades da região, problemas que possam ser resolvidos, nós, como Secretaria Regional da Saúde, tentamos colaborar com os hospitais ou com as unidades de saúde na resolução desses problemas, mas é a Ordem dos Médicos quem define depois a idoneidade ou não de cada um dos serviços e às vezes com critérios consoante o número de especialistas que cada uma das unidades tem e como nós sabemos algumas unidades têm poucos especialistas. Depois o número de vagas que é aberto para a formação desses internos também não é definida por nós, é definida pela Administração Central dos Sistemas de Saúde do Ministério da Saúde.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem é que abre as vagas para a saúde?

O Orador: Tem havido algum conflito e nós temos tentado redimir essas diferenças, porque o número de vagas que é solicitado pela Região Autónoma dos Açores nunca é o número de vagas que depois nos é apresentado nos quadros e que é posto a concurso nacional. Obviamente temos feito um esforço, mas há aqui um campo de ação que nos ultrapassa.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Secretário, vou citar o Sr. Deputado Berto Messias: seja sério!

Deputado Berto Messias (PS): Eu estava a citá-lo!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Caros Membros do Governo:

Sr. Deputado José San-Bento, nós reconhecemos o esforço que o Governo fez em reforçar o orçamento da saúde e reforçar o orçamento dos hospitais em 30 milhões de euros no ano de 2013. Isso não está em causa.

No documento que entregámos ao Governo a 11 de fevereiro deste ano o que lá propúnhamos era precisamente o reforço do Serviço Regional de Saúde, porque defendíamos (e agora estou a falar de dívida quando nunca o fiz até agora, foi injusto em relação a essa questão, desculpe que lhe diga) que o Serviço Regional de Saúde estava cronicamente subfinanciado, que precisava, para prestar os mesmos cuidados de saúde, de um reforço financeiro e reconhecemos esse esforço que foi feito, quanto a nós insuficiente, mas o futuro o dirá, mas reconhecemos a par de algumas medidas de racionalização, não o racionamento, mas de racionalização que o Sr. Secretário Regional ainda há bem poucos dias reconheceu quando disse publicamente que pretendia diminuir em 500 mil euros a deslocação de doentes para fora da região, porque o que se verificava nos últimos 20 anos (só lhe queria chamar a atenção Sr. Deputado José San-Bento que o Partido Socialista está no Governo há 17) é que havia muitos doentes que estavam a ser seguidos no continente quando a região tinha capacidade de resposta.

Ora aí está um bom exemplo de racionalização. O Sr. Secretário Regional agora identificou, mas os governos do Partido Socialista até hoje, em 17 anos, não tinham sido capazes de identificar.

Queria dizer-lhe, isto a propósito da República, porque o senhor procurou aí com vários exemplos comparar a situação regional com a situação nacional, tenho de reconhecer, que a baixa significativa do custo com medicamentos na

região deveu-se à baixa do custo dos medicamentos a nível nacional. Não foi a região que tomou nenhuma iniciativa nessa matéria de forma particular.

Sr. Deputado, o Ministro da Saúde pagou às farmacêuticas mais de 50% do que lhes devia. Eram 3 mil milhões de euros de dívidas!

Portanto, 1.200 milhões de euros não é uma catástrofe, devia ser, sim, um regozijo, que isso tenha acontecido. Não há lições a dar.

Aliás, como o senhor próprio reconhece, a região, com os vários exemplos que acabou de dar, tem recorrido a protocolos com a Direção Geral de Saúde para o estabelecimento da questão da qualidade. Não presta.

Recorre à impressão das vinhetas lá fora. Recorre à impressão das receitas da República.

Oh Sr. Deputado, se a República é só defeitos por que é que os senhores recorrem à República para satisfazer os vossos desempenhos?

Deputados Cláudio Almeida e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Em relação à questão dos milhões da dívida, oh Sr. Deputado, já por várias vezes aqui referi que a dívida que o Serviço Nacional de Saúde deve à região não vem de agora. O Sr. Vice-Presidente reconheceu isso. Não vem de agora.

Oh Sr. Deputado, deixe-me recordar-lhe é que há uma grande diferença na vossa atitude.

Deputado Francisco César (PS): Não há não!

O Orador: Enquanto o Primeiro-Ministro era José Sócrates e o Governo era socialista os senhores estiveram calados. Agora que o Governo da República não é da vossa cor, os senhores levantam a voz. Essa é que é a grande diferença que gostaria de vos recordar.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Ricardo Cabral (PS): E agora são os senhores que ficam em silêncio!

O Orador: Aliás, também já tive oportunidade em março de referir ao Sr. Vice-Presidente do Governo que passou distraída na região a norma do Orçamento de Estado de 2011 que suspendia de forma unilateral a cobrança à ADSE, dos cuidados prestados a beneficiários da ADSE, dos hospitais do Serviço Nacional de Saúde e a região apanhou a boleia e fez o mesmo, mas os senhores esquecem-se de dizer isso. Na altura não convinha, agora politicamente dá-vos jeito para o combate político. Não é sério, Sr. Deputado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Oh Sr. Secretário Regional, perdoe-me. Bem sei o que são cirurgias de ambulatório, o que são cirurgias programadas transformadas em cirurgias de ambulatório.

O Sr. Secretário pode dizer o que muito bem entender, agora não pode é desmentir que as listas de espera cirúrgicas têm vindo a aumentar de forma, eu diria, significativa, para não lhe chamar exponencial, que há cidadãos dos Açores à espera há mais de 3 anos para serem operados e que as propostas que o Governo Regional, do qual o senhor faz parte, tem para solucionar esse problema no âmbito do aumento da produção em horário normal de trabalho não vão resolver a situação.

Resolveriam, sim, para responder ao Sr. Deputado José San-Bento e entrando no capítulo das dívidas, os custos financeiros que os 3 hospitais da região em 2012 tiveram que suportar, mais 6 milhões de euros que dariam, esses sim, para reduzir as listas de espera cirúrgicas a zeros. Sabe porquê?

Deputado José San-Bento (PS): Não!

O Orador: Porque os senhores empurram a dívida com a barriga para a frente. Contraem dívida para pagar dívida e isso não é reestruturar o Serviço Regional de Saúde.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Francisco César (PS): Não tem tempo!

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José San-Bento, é mesmo em esforço e roubando tempo aqui à Deputada Graça Silveira.

Só queria esclarecer uma coisa (e o Sr. Vice-Presidente há bocado não estava na sala, agora entrou) relativamente aos dinheiros que foram atirados para cima do problema que se chama listas de espera. Fiz aqui propostas de diminuir essa verba para ser aplicada noutras rúbricas. O Sr. Vice-Presidente é disso testemunha e sabe.

Deputado José San-Bento (PS): Sim, sim. Isso é público!

O Orador: Fiz propostas que achava excessiva e denunciei que não estava a resolver o problema. Denunciei que estava a diminuir a produção no Serviço Regional de Saúde no horário normal e que estava a aumentar fora do horário normal.

Disse isto aqui, nesta casa, está nos diários, Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Disse!

O Orador: O CDS, por não concordar com esse sistema, propôs um sistema alternativo que infelizmente o Governo não quis aplicar e espero que ainda vá a tempo de o aplicar, que é retirar esses doentes fora dos *lobbies* existentes no Serviço Regional de Saúde. Vou repetir: dos *lobbies* existentes no Serviço Regional de Saúde.

Por isso, é preciso que estes doentes sejam operados fora e para diminuir drasticamente as listas de espera propusemos uma coisa que se chama Vale Saúde, para os doentes serem operados fora do serviço, quer seja, Sr. Deputado Aníbal Pires, no privado, no social e até no público, respeitando os preços do SIGIC a nível nacional.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo: ...

Presidente: Sr. Deputado José San-Bento, só para esclarecer que o Regimento indica que o Presidente possa ordenar de forma a que dois deputados do mesmo partido não falem seguidamente. Foi isso que fiz, por isso é que a Sra. Deputada Aida Amaral não falará de seguida como estava inscrita. Foi por esse motivo que não lhe dei a palavra.

Sr. Deputado San-Bento faça o favor de continuar.

O Orador: Obrigado, Sra. Presidente.

Continuando então.

Sr. Deputado Luís Maurício, não confundi racionamento...

Deputado Luís Maurício (PSD): Racionalização!

O Orador: ...com racionalização.

As listas de espera representam o racionamento dos cuidados de saúde, porque a oferta não é suficiente para resolver os problemas da procura. Isso é óbvio!

Isto está nos manuais, o senhor sabe disso perfeitamente!

Portanto, apenas...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): Santa paciência!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Qual é o manual?

O Orador: Não é inventado. É óbvio, Srs. Deputados, que se não há capacidade...

Srs. Deputados, vamos ter oportunidade de ir ao essencial!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor pode inscrever-se e contradizer aquilo que o Sr. Deputado José San-Bento está a dizer!

O Orador: Srs. Deputados, isso aplica-se a todos os domínios.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah! Então é o manual do acordo ortográfico!

O Orador: Se não há capacidade da oferta suprir a procura tem que haver um racionamento e o que provoca o atraso na prestação desses serviços é absolutamente óbvio, esteja a falar-se na saúde, esteja a falar-se de outra coisa qualquer. Exatamente! É de *la palisse*, mas o senhor procurou introduzir aqui que eu teria feito essa confusão e, de facto, não a fiz.

Quanto às políticas de medicamentos, Sr. Deputado, nós reconhecemos essas medidas...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, de facto, já estamos a debater há algumas horas, mas naturalmente com este ruído de fundo não é possível entendermos. Agradecia a todos alguma contenção.

Sr. Deputado José San-Bento.

O Orador: Nós tínhamos reconhecido as medidas positivas que tinham sido seguidas a nível nacional e que têm permitido a redução dos custos dos medicamentos. Isso é positivo! Várias medidas!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais?

O Orador: Agora há uma outra coisa que é muito importante Sr. Deputado Artur Lima. É que nós reconhecemos esse contributo positivo da República, uma boa gestão. Isso já reconhecemos várias vezes. A questão é outra.

A questão é que essa racionalização (e aí sim racionalização), a otimização da despesa, se o senhor quiser, não pode pôr em causa a universalidade (em nosso entender) do Serviço Nacional de Saúde, nem afetar o seu carácter geral, Sr. Deputado.

E medindo muito bem as palavras digo-lhe uma coisa. As últimas notícias sobre a recusa do Ministério da Saúde em homologar medicação de ponta que está a surgir no mercado nacional, é uma notícia preocupante, Sr. Deputado, e o senhor sabe disso perfeitamente, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Eu sei!

(Risos do Deputado Artur Lima)

Deputado Luís Maurício (PSD): Não se meta nisso!

O Orador: ... isso tem sido alertado por diversos técnicos, por diversas instituições.

Portanto, é isto que está em causa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ao contrário, homem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Afinal é que devia ter sido Secretário da Saúde!

O Orador: Não é não, Sr. Deputado.

Portanto, nós temos que ter o cuidado, quando se fala nesses contributos positivos para a redução da despesa com medicamentos, do que é que nós estamos a falar.

Sr. Deputado Luís Maurício, a questão é muito simples. Registo duas coisas em relação aos números que apresentei.

Em primeiro lugar, registo o facto do senhor não ter desmentido esses valores e de facto os valores são esses. Aliás, o senhor deve conhecer a resposta do Governo ao requerimento do Partido Socialista que também tive a oportunidade de assinar. Registo que o senhor não desmentiu que estes subsistemas devem ao Serviço Regional de Saúde 61,2 milhões de euros e também Sr. Deputado...

Deputado Luís Maurício (PSD): Desde quando? Qual foi a vossa atitude em 2011? E em 2010? É isso que é preciso saber!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Duas caras!

Deputado Berto Messias (PS): Qual é o problema?!

O Orador: Desde há muito tempo, é verdade, mas a situação tem-se agravado. Isso é que é o essencial.

Deputado Berto Messias (PS): O que é que isso tem de relevante?

O Orador: Esta situação está a agravar-se e esta dívida é hoje um peso enorme que está a criar problemas ao Serviço Regional de Saúde e é isso que nós temos que aceitar.

Quanto ao resto, o Sr. Deputado...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Se tivessem pago até 2011 já não devíamos tanto!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Duas caras! Não pode ter duas caras!

O Orador: ...também referiu várias questões relacionadas sobre a evolução e as suas preocupações sobre a evolução da despesa e questões relacionadas com a dívida do sistema. Em relação a isso nós já tivemos oportunidade de falar nessas questões. Queria só referir que aquilo que está a ser feito ao nível da otimização, racionalização e coresponsabilização das administrações hospitalares, que cada vez têm que dar um maior contributo para essa racionalização (e penso que estão a conseguir fazer, o que é positivo), significa que os orçamentos dessas unidades estão a aproximar-se do ponto de equilíbrio. Isso já foi dito também várias vezes.

Nós devemos sublinhar isso, porque a execução da despesa está dentro dos padrões, diria finalmente, da previsão orçamental. Isso é positivo. Esperamos que isso continue. Está a ocorrer em 2013, Sr. Deputados, é também uma notícia que é positiva e que deve ser aqui reforçada.

Isto significa que o percurso tem sido um percurso exigente, tem sido um percurso que tem, por um lado, permitido aumentar o financiamento do Serviço Regional de Saúde, mas por outro lado também poupar e conter despesa, racionalizando-a ao nível do serviço sem afetar os cuidados de saúde e sublinharia esse aspeto.

Portanto, Sr. Deputado Artur Lima, para terminar, em relação à referência aos *lobbies*. O senhor saberá melhor do que nós os *lobbies* da saúde.

Só lhe digo uma coisa: o *lobby* do PS na saúde é a defesa do interesse geral dos cuidados de saúde para todos os açorianos. Este é que é o nosso *lobby*.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Agora, sim, Sra. Deputada Aida Amaral tem a palavra.

(*) **Deputada Aida Amaral (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, só para esclarecer, porque acho que não me fiz entender.

No Plano do ano passado foi atribuído a Santa Maria 1 milhão e 210 mil euros, sendo que 980 mil foi realmente para a ampliação e regulação da unidade de ilha de Santa Maria, sendo 230 mil para projetos na área da saúde que tem a ver com as deslocações de doentes.

A questão que coloquei foi: tendo em conta que neste Plano para 2014 há uma redução de 53,22% nos projetos da saúde, na deslocação de doentes onde foi atribuído 107 mil euros, pergunto se não vai pôr em causa, havendo uma redução de 53%, nos cuidados de deslocação de doentes?

Foi a questão que coloquei.

Sei que não está atribuída aqui a ampliação do centro de saúde, mas está atribuído um valor na área dos projetos da saúde que passou de 230 mil para 107 mil euros.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Penso que estamos a falar de uma área de extrema sensibilidade e que mexe com todos os açorianos e açorianas e tudo o que possa ser feito neste sentido deve ser sempre bem-vindo para salvaguardar a acessibilidade, a qualidade dos cuidados, a eficiência, a eficácia e a dignidade desses cuidados, por quem presta e por quem os recebe.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Estamos aqui confrontados com algumas situações, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Isto agora é outra coisa!

Deputado Bruno Belo (PSD): Este leu os manuais!

O Orador: ... umas por parte do Sr. Deputado Artur Lima, outras do Sr. Deputado Luís Maurício com toda a legitimidade que lhes assiste, mas vou pôr aqui uma questão que tem muito a ver com as listas de espera cirúrgicas e

vamos todos perceber esta questão, vamos todos perceber como é que vamos ultrapassar esta situação, ou se vamos ultrapassar a situação como o Governo propõe: ...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: ...aumentar a produtividade normal dos hospitais, ...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: ...financiando os hospitais por essa via, ...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: ...ou vamos aumentar ou manter a recuperação de listas de espera através de mecanismos extraordinários.

Quero dizer a todas e a todos os Srs. Deputados que estão presentes nesta Assembleia o seguinte.

O Hospital do Divino Espírito Santo tem (e se estiver errado peço que me corrijam) ...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Não está errado!

O Orador: ... 9 cirurgiões e 6 internos em cirurgia.

Cirurgia programada e de urgência, entre 2009 e 2012, decresceu 30%; entre 2011 e 2012 decresceu 6%.

O Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada a grande e média cirurgia, que são cirurgias programadas, entre 2009 e 2012, decresceu 11% e entre 2011 e 2012 decresceu 5%.

Mas vamos também falar nas pequenas cirurgias, que neste mesmo período decresceu 330%.

Vamos ao Hospital do Santo Espírito na ilha Terceira, que tem 6 cirurgiões e 4 internos, que tem 7 anestesistas (e esqueci-me de dizer que o hospital de Ponta Delgada tem 16 anestesistas e mais 6 internos).

O Hospital do Santo Espírito na ilha Terceira, em cirurgias que são programadas e de urgência, decresceu, entre 2009 e 2012, 5% e entre 2011 e 2012 decresceu 16%. As cirurgias programadas (volto a referir), grande e média cirurgia programada, no período de 2009-2012, decresceu zero, mas entre 2011 e 2012 já decresceu 23%.

Vamos ao Hospital da Horta.

Nas mesmas circunstâncias tem 3 cirurgiões e 2 internos e tem 3 anestesistas e mais 1 interno. Cirurgias programadas e de urgência, entre 2009 e 2012, decresceu 29%. Entre 2011 e 2012 decresceu 8%. Grande e média cirurgia programada, no mesmo período de 2009-2012, decresce 3% e em 2011 e 2012 decresce 6 %.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, há qualquer coisa que se tem de perceber e interpretar nestes números: ...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: ... ou nós queremos corrigir estas situações e a produtividade tem de ser avaliada e a responsabilidade dos conselhos de administração e dos diretores dos serviços (e isso tem de ser assumido...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o que é que estão à espera?

Deputado Luís Maurício (PSD): Estamos de acordo!

O Orador: ... e tem que ser dito de uma vez por todas) ou então teremos que corrigir as situações e criar situações de exceção que possam excecionalmente acontecer.

Mas uma coisa é certa: não podemos continuar a aumentar o número de recursos humanos diferenciados, não podemos continuar a aumentar recursos humanos e tecnológicos diferenciados, não podemos continuar a investir em infraestruturas e em novas estruturas e baixar a produtividade, porque senão assim não damos conta do recado em nenhuma situação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apoiado!

O Orador: Isto é apenas um alerta que lanço a todos os partidos aqui presentes, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): E ao Governo!

O Orador: ... porque todos somos poucos para encontrar uma solução que vá de encontro aos exclusivos interesses de cada açoriano e de cada açoriana.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas quando o senhor era secretário, quantos milhões o senhor atirou para as listas de espera?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E os senhores querem atirar mais!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Três questões muito rápidas.

Sr. Deputado Domingos Cunha, totalmente de acordo. A premissa é a racionalização das estruturas e assegurar a produtividade com os meios que temos ao nosso alcance.

A nossa grande divergência é que com os meios que há (e o crescimento das listas de espera assim o demonstram) não é possível diminuir a dimensão das listas de espera. Não é possível!

É essa a nossa divergência. Concordo em absoluto consigo. É preciso racionalizar, é preciso maximizar a produção em função dos recursos existentes e da capacidade logística, mas não há. Se houvesse, as administrações não estavam a cortar tempos operatórios nas manhãs dos blocos, não estavam a fechar os blocos operatórios à tarde. Se houvessem recursos, em tempo normal, esses recursos estariam a ser utilizados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não estão, Sr. Deputado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E não é só da falta de anestesistas!

O Orador: Portanto, estando de acordo em relação a esta premissa, a nossa divergência – repito – é que ela não chega para resolver o problema e temos que encontrar outras soluções.

Não é atirar dinheiro para cima dos problemas, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora aí está!

O Orador: ...porque isso é demagogia, nem que seja dita à surdina. Ela sim representa um esforço financeiro sério com um objetivo: não é de tratar a dívida, nem de tratar de cifrões, é de tratar das pessoas.

Nós somos sensíveis, queremos tratar das pessoas. Não entendemos que, orientando o Orçamento com medidas orientadoras para a recuperação de listas de espera cirúrgicas, minorando o sofrimento das pessoas, isso seja, mesmo dito à surdina, atirar dinheiro para cima dos problemas.

Portanto, estamos entendidos em relação a essa matéria. Divergimos na metodologia, aceitamos os princípios.

Segunda questão, Sr. Deputado José San-Bento, muito rápida.

Reconheço os números que aí estão, mas eles não devem ser interpretados de forma absoluta. O senhor tem de ver qual é que foi a evolução desses números desde o início.

Deputado José San-Bento (PS): Foi disso que eu estive a falar!

O Orador: Por último, dizer-lhe que houve um número que o senhor esqueceu-se de dizer: enquanto um cidadão nacional espera 3 meses por uma cirurgia, um cidadão dos Açores espera 3 anos. Foi isso que o senhor esqueceu-se de dizer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, uma interpelação à Mesa para pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: Peço aos líderes e ao Sr. Vice-Presidente o favor de se aproximarem da Mesa.

(Pausa)

É regimental. Será concedido o intervalo e considerando o nosso horário vamos também interromper os trabalhos.

Vou pedir ao Sr. Secretário o favor de dizer os tempos restantes para o debate de amanhã.

Sr. Secretário tem a palavra.

Secretário: Governo Regional, 144 minutos e 15 segundos; Partido Socialista, 148 minutos e 45 segundos; Partido Social Democrata, 91 minutos e 25 segundos; CDS-PP, 27 minutos e 45 segundos; Bloco de Esquerda, 5 minutos e 15 segundos; Partido Comunista Português, 8 minutos; PPM, 15 minutos.

Presidente: O PPM vai dar-nos o prazer de entrar no debate amanhã.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, uma boa noite.

Regressamos amanhã às 10 horas.

(Eram 19 horas e 21 minutos)

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio Bradford

Documentos entrados

1 – Proposta de Lei:

Assunto: Procede à reforma da tributação das sociedades, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, e o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro – n.º 60/X - n.º 175/XII/3.^a

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 10– 17

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 11– 06;

Assunto: Alteração à Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2013, altera o Estatuto dos Beneficiários Fiscais , aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de junho, e o Regime Especial de Tributação dos Rendimentos de Valores Mobiliários Representativos de Dívida, aprovado pelo Decreto Lei n.º 193/2005, de 7 de Novembro – n.º 61/X- n.º 176/XII/3.^a

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 10– 17

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 11– 06;

Assunto: Aprova as Grande Opções do Plano do Estado para 2014.- n.º 62/X - n.º 177/XII/3.^a

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 10– 17

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 11– 06;

Assunto: Aprova o Orçamento do Estado para 2014. – n.º 63/X - n.º 178/XII/3.^a

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 10– 17

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 11– 06;

Assunto: Procede à segunda alteração à Lei n.º 17/2012, de 26 de abril, que estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território Nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território Nacional – n.º 64/X - n.º 179/XII/3.^a

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 11– 17

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 11– 06;

Assunto: Aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – n.º 65/X Lei - n.º 184/XII

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 11– 20

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2013 – 12– 10.

2 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 261/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de fevereiro, alterado pelo Regulamento (UE) n.º 1177/2010, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro, relativo aos direitos dos passageiros do transporte marítimo e por vias navegáveis interiores dos passageiros dos serviços de transporte marítimo e por vias navegáveis interiores - ME - (Reg. DL 415/2013) – n.º 70/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 10 – 30

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 11 – 04;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que aprova o regulamento que estabelece as condições de segurança a observar na localização, implantação, conceção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento e superfícies de impacto - ME - (Reg. DL 438/2013). – n.º 71/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 11 – 15

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2013 – 12 – 09.

3 – Projetos de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Alteração ao regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional. \(Quinta alteração ao Decreto Legislativo Regional 8/2002/A de 10 de Abril\) – n.º 19/X](#)

Autor: PCP

Entrada: 2013 – 10 – 30

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 11 – 29;

Assunto: [Cria a Rede de Instituições Museológicas dos Açores – n.º 20/X](#)

Autor: PSD

Entrada: 2013 – 10 – 30

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013 – 11 – 29;

Assunto: [Alteração do Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2012/A, de 30 de maio – n.º 21/X](#)

Autor: PPM

Entrada: 2013 – 11 – 05

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013 – 12 – 06.

4 – Propostas de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Plano Anual Regional para o Ano 2014 – n.º 22/X](#)

Autor: Governo

Entrada: 2013 – 10 – 31

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 11 – 21;

Assunto: [Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano 2014 - n.º 23/X](#)

Autor: Governo

Entrada: 2013 – 10 – 31

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 11 – 21.

5 – Projeto de Resolução:

Assunto: [Regime de obrigatoriedade de consumíveis informáticos em todos os serviços do Governo Regional, Administração Pública Regional, Institutos Públicos e Empresas Públicas ou com capital maioritariamente público – n.º 46/X](#)

Autor: BE

Entrada: 2013 – 10 – 25

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013 – 11 – 29;

Assunto: [Criação de Seleções Desportivas Açorianas – n.º 47/X](#)

Autor: PPM

Entrada: 2013 – 10– 31

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013 – 11 – 29;

Assunto: [Criação de um Domínio de Primeiro Nível para a Região Autónoma dos Açores – n.º 48/X](#)

Autor: PPM

Entrada: 2013 – 11– 01

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013 – 12 – 03;

Assunto: [Criação do Conselho Regional de Cultura dos Açores – n.º 49/X](#)

Autor: PSD

Entrada: 2013 – 11– 11

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013 – 12 – 11.

6 – Petição:

Assunto: Acessibilidade na Fajã Lourenço na Ilha de Santa Maria - n.º 17/X

Autor: Jaime Braga Figueiredo

Data de Entrada: 2012 – 10 – 17

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Aguarda admissibilidade

7 – Requerimentos:

Assunto: [Pagamento da Remuneração Compensatória na Região](#)

Autores: Artur Lima, Luís Silveira e Graça Silveira (CDS-PP)

Data de Entrada: 2013.10.16

Referência: 54.01.00 – N.º 157/X;

Assunto: [Divulgação do Calendário de pagamentos do POSEI](#)

Autores: Renato Cordeiro, Bruno Belo e João Bruto da Costa (PSD)

Data de Entrada: 2013.10.17

Referência: 54.03.00 – N.º 159/X;

Assunto: [Manutenção da estrada do Topo](#)

Autor: António Pedroso (PSD)

Data de Entrada: 2013.10.18

Referência: 54.03.05 – N.º 160/X;

Assunto: [Conclusões da Comissão de Especialistas criada para estudar os achados arqueológicos](#)

Autores: Artur Lima, Graça Silveira e Ana Espínola (CDS-PP)

Data de Entrada: 2013.10.21

Referência: 54.01.00 – N.º 161/X;

Assunto: [Pagamento em atraso aos Bombeiros](#)

Autor: Joaquim Machado (PSD)

Data de Entrada: 2013.10.22

Referência: 54.03.00 – N.º 162/X;

Assunto: [Interdição de banhos e proibição de atividades de pesca na Lagoa da Caldeira da Fajã de Santo Cristo](#)

Autores: Ana Espínola, Artur Lima e Graça Silveira (CDS-PP)

Data de Entrada: 2013.10.24

Referência: 54.01.05 – N.º 163/X;

Assunto: [Utentes do serviço de tratamento de dependência na Terceira sem acesso às comunidades de desintoxicação e recuperação no continente](#)

Autores: Luís Rendeiro, António Ventura e Judite Parreira (PSD)

Data de Entrada: 2013.10.28

Referência: 54.03.03 – N.º 164/X;

Assunto: [Leite dos Açores contaminado com micotoxina](#)

Autores: Graça Silveira, Artur Lima e Ana Espínola (CDS/PP)

Data de Entrada: 2013.10.28

Referência: 54.01.00 – N.º 165/X;

Assunto: [Empreitada de construção do Centro de Artes Contemporâneas](#)

Autores: António Marinho, Cláudio Almeida, Humberto Melo, Joaquim Machado, Jorge Macedo, José Andrade, Luís Maurício e Renato Cordeiro (PSD)

Data de Entrada: 2013.10.29

Referência: 54.03.02 – N.º 166/X;

Assunto: [Empreitada de construção do Centro de Artes Contemporâneas](#)

Autores: Joaquim Machado e José Andrade (PSD)

Data de Entrada: 2013.10.29

Referência: 54.03.00 – N.º 167/X;

Assunto: [Gasóleo Agrícola](#)

Autores: Renato Cordeiro, António Ventura e Bruno Belo (PSD)

Data de Entrada: 2013.11.07

Referência: 54.03.00 – N.º 168/X;

Assunto: [Estaleiros navais da Madalena](#)

Autores: Duarte Freitas e Cláudio Lopes (PSD)

Data de Entrada: 2013.11.18

Referência: 54.03.06 – N.º 169/X;

Assunto: [A ERSARA e a contaminação da água no Faial](#)

Autores: Jorge Costa Pereira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2013.11.22

Referência: 54.03.07 – N.º 170/X.

8 – Resposta Requerimentos:

Assunto: [Unidades de Saúde de Ilha - Flores, Graciosa e Santa Maria](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2013.10.22

Referência: 54.04.07 – N.º 104/X;

Assunto: [Assistência médica em São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2013.10.22

Referência: 54.03.05 – N.º 108/X;

Assunto: [Funcionamento do Gabinete de Apoio à Comunicação Social \(GACS\) do Governo Regional dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2013.10.22

Referência: 54.03.00 – N.º 136/X;

Assunto: [Falta de professores e tradutores de Língua Gestual Portuguesa](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2013.10.22

Referência: 54.03.00 – N.º 150/X;

Assunto: [Portal do Gabinete de Apoio à Comunicação Social.](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2013.10.22

Referência: 54.03.00 – N.º 151/X;

Assunto: [Comercialização de Pescado](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2013.10.22

Referência: 54.04.00 – N.º 152/X;

Assunto: [Responsabilização do projetista na obra de requalificação das Termas do Carapacho e da Ferraria](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2013.10.24

Referência: 54.03.00 – N.º 137/X;

Assunto: [Projeto de produção fotovoltaica de energia elétrica a concretizar pela empresa Strongsurvival](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2013.10.25

Referência: 54.03.00 – N.º 105/X;

Assunto: [Remoção de amianto dos edifícios públicos](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2013.10.25

Referência: 54.03.00 – N.º 110/X;

Assunto: [Sempre o Museu Carlos Machado](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2013.10.25

Referência: 54.03.02 – N.º 130/X;

Assunto: [Falta de medicamentos na ilha Graciosa](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2013.10.25

Referência: 54.03.04 – N.º 154/X;

Assunto: [Unidade de Saúde de Ilha Faial, Pico, São Jorge, Terceira e São Miguel](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2013.10.28

Referência: 54.07.00 – N.º 109/X;

Assunto: [Combate à Toxicodependência em S. Miguel](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2013.11.11

Referência: 54.03.02 – N.º 120/X;

Assunto: [Apoios às Filarmónicas dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2013.11.11

Referência: 54.03.00 – N.º 144/X;

Assunto: [Divulgação do calendário de pagamentos ao POSEI](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2013.11.11

Referência: 54.03.00 – N.º 159/X.

9 – Comunicações/Informações:

Assunto: Na sequência do pedido de suspensão do mandato do Deputado Luís Silveira a Senhora Deputada Ana Carina Alberto Espínola iniciará funções a partir de 20 de outubro de 2013

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP, Artur Lima

Entrada: 2013 – 10– 18;

Assunto: Ofício a comunicar a organização do Grupo Parlamentar e Comissões Parlamentares da ALRAA, abaixo indicados:

CAPAT: Deputada Graça Silveira;

Política Geral: Deputada Ana Espínola;

Assuntos Sociais: Deputada Ana Espínola;

Economia: Deputada Graça Silveira

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP, Artur Lima

Entrada: 2013 – 10 – 21;

Assunto: Ofício a enviar relatório de auditoria e a verificação interna de conta de gerência aprovados e abaixo indicados:

- Audit. n.º 10/2013-FS/SRATC (Proc.º n.º 11/107.02) – “Auditoria à requalificação e Reordenamento da Frente Marítima da cidade da Horta (Apto, S.A.)”;
- VIC n.º 12/2013-VIC/SRATC (Proc.º n.º 13/109.16 "ERSARA – Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos dos Açores.”

Proveniência: O Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas – Secção Regional dos Açores, Nuno Lobo Ferreira

Data de Entrada: 2013 – 11 – 07;

Assunto: Ofício enviar relatórios, por correio eletrónico, as verificações internas de contas de gerência aprovadas e abaixo indicadas:

- VIC. n.º 13/2013-VIC/SRATC (Proc.º n.º 13/109.03) – “Tesoureiro de Ponta Delgada”;
- VIC n.º 14/2013-VIC/SRATC (Proc.º n.º 13/109.04 – “Tesoureiro de Angra do Heroísmo”;
- VIC n.º 15/2013-VIC/SRATC (Proc.º n.º 13/109.05 – “Tesoureiro da Horta”;
- VIC n.º 16/2013-VIC/SRATC (Proc.º n.º 13/109.08 – “Escola Secundária de Ribeira Grande”.

Proveniência: O Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas – Secção Regional dos Açores, Nuno Lobo Ferreira

Data de Entrada: 2013 – 11 – 18;

Assunto: Ofício a comunicar a que na sequência da cessação de funções de André Jorge Dionísio Bradford inerentes ao cargo de Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Presidente do Governo, assumirá, com efeitos a 1 de novembro de 2013, o respetivo mandato na Assembleia Legislativa da RAA.

Mais informa que o candidato André Jorge Dionísio Bradford já tem os poderes verificados. Assim, nesta data, cessa as funções como Deputada a Sra. Cecília do Rosário Farias Pavão

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do PS, Berto Messias

Entrada: 2013 – 10– 31;

Assunto: Ofício a acusar a receção da Resolução n.º 29/2013 - Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores contra o encerramento de Serviços de Finanças nos Açores

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar “Os Verdes” da Assembleia da República

Entrada: 2013 – 11– 01;

Assunto: Ofício a acusar a receção da Resolução n.º 29/2013 - Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores contra o encerramento de Serviços de Finanças nos Açores

Autor: Gabinete do Grupo Parlamentar do CDS/PP, Mariana Andrade

Entrada: 2013 – 11– 04;

Assunto: Ofício a remeter cópia do envio para o Tribunal Constitucional para apreciação preventiva da constitucionalidade da totalidade das normas constantes do Decreto Legislativo Regional n.º 22/2013 - Período normal de trabalho dos trabalhadores da Administração Pública Regional.

Proveniência: O Gabinete do Representante da República para a RAA, Pedro Catarino

Data de Entrada: 2013 – 11 – 04;

Assunto: Ofício sobre a apreciação preventiva da constitucionalidade da totalidade das normas constantes do Decreto Legislativo Regional n.º 22/2013 - Período normal de trabalho dos trabalhadores da Administração Pública Regional.

Autor: O Presidente do Tribunal Constitucional

Entrada: 2013 – 11– 05;

Assunto: Ofício a acusar a receção do Voto de Protesto pela concentração, em Ponta Delgada, dos debates televisivos, entre candidaturas autárquicas aos vários concelhos da Região.

Autor: O Grupo Parlamentar os “Verdes” da Assembleia da República

Entrada: 2013 – 11– 05;

Assunto: Email a remeter a Proposta de Lei n.º 178/XII/3ª - Aprova o Orçamento do Estado para 2014 - **Propostas de Alteração** – n.º 63/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 11– 05

Comissão: Economia;

Assunto: Email a remeter a Proposta de Lei n.º 178/XII/3ª – Aprova o Orçamento do Estado para 2014 - **Propostas de Alteração** – n.º 63/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 11– 14

Comissão: Economia;

Assunto: Email a remeter a Proposta de Lei n.º 178/XII/3ª - Aprova o Orçamento do Estado para 2014 - **Propostas de Alteração** – n.º 63/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 11– 15

Comissão: Economia;

Assunto: Email a remeter a Proposta de Lei n.º 178/XII/3ª - Aprova o Orçamento do Estado para 2014 - **Propostas de Alteração n.º 301C** – n.º 63/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 11– 15

Comissão: Economia;

Assunto: Email a remeter a Proposta de Lei n.º 178/XII/3ª - Aprova o Orçamento do Estado para 2014 - **Propostas de Alteração n.º 463C** – n.º 63/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 11– 15

Comissão: Economia;

Assunto: Email a remeter a Proposta de Lei n.º 178/XII/3ª - Aprova o Orçamento do Estado para 2014 - **Propostas de Alteração do BE** – n.º 63/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 11– 18

Comissão: Economia;

Assunto: Email a remeter a Proposta de Lei n.º 178/XII/3ª - Aprova o Orçamento do Estado para 2014 - **Propostas de Alteração do PS** – n.º 63/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 11– 18

Comissão: Economia;

Assunto: Email a remeter a Proposta de Lei n.º 178/XII/3ª - Aprova o Orçamento do Estado para 2014 - **Propostas de Alteração PCP** – n.º 63/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 11– 18

Comissão: Economia;

Assunto: Ofício a enviar relatórios: Auditoria à Requalificação e Reordenamento da Frente Marítima da Cidade da Horta (APTO, SA) e ERSARA - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores

Autor: O Juíz Conselheiro do Tribunal de Contas, Nuno Lobo Ferreira

Entrada: 2013 – 11– 07;

Assunto: Ofício a acusar a receção do Voto de Pesar pelo falecimento de Eduardo Silva Melo

Proveniência: O Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, Filomeno Gouveia

Data de Entrada: 2013.11.07;

Assunto: Ofício a acusar a receção da Resolução n.º 29/2013 - Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores contra o encerramento de Serviços de Finanças nos Açores

Proveniência: O Chefe da Casa Civil, José Manuel Nunes Liberato

Data de Entrada: 2013.11.07;

Assunto: Ofício a acusar a receção da Resolução n.º 29/2013 - Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores contra o encerramento de Serviços de Finanças nos Açores

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Assembleia da República

Data de Entrada: 2013.11.07;

Assunto: Ofício a acusar a receção e agradecer o envio do Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Cláudio Pires Coelho

Proveniência: O Chefe de Gabinete da Câmara Municipal de Povoação, Rui Jorge Melo

Data de Entrada: 2013.11.11;

Assunto: Ofício a acusar a receção do Voto de Protesto - Encerramento de Serviços de Finanças nos Açores e informar que foi transmitido ao Gabinete da Ministra de Estado e das Finanças ao Gabinete do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares

Proveniência: O Gabinete do Primeiro-Ministro

Data de Entrada: 2013.11.12;

Assunto: Ofício a acusar a receção da Resolução n.º 29/2013 - Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores contra o encerramento de Serviços de Finanças nos Açores e informar que foi transmitido ao Gabinete da Ministra de Estado e das Finanças ao Gabinete do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares

Proveniência: O Gabinete do Primeiro-Ministro

Data de Entrada: 2013.11.12;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 21/2013 - Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 16/2012/A, de 4 de abril, que aprovou o Código de Ação Social dos Açores.

Proveniência: O Gabinete do Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2013.11.12;

Assunto: Ofício a agradecer o envio do Voto de Congratulação - 25.º aniversário do UCIP - Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira - agradecimento.

Proveniência: Ramiro Gaspar de Lima

Data de Entrada: 2013.11.14;

Assunto: Ofício a acusar a receção do Voto de Pesar pelo falecimento de Eduardo da Silva Melo

Proveniência: O Chefe de Gabinete da Câmara Municipal da Ribeira Grande, Martinho Botelho

Data de Entrada: 2013.11.18;

Assunto: Email a enviar cópia do ofício n.º 957/CGAB/MAP/2013 sobre “Rede de Radares meteorológicos de superfície na Região Autónoma dos Açores Carta da ALRA

Proveniência: Secretariado de Apoio ao Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e Energia

Data de Entrada: 2013.11.18;

Assunto: Ofício a enviar o parecer relativo à Proposta de Resolução n.º 3/X - Conta de gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano 2012

Proveniência: Seção Regional do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2013.11.21;

Assunto: Ofício a enviar o parecer relativo à Proposta de Resolução n.º 4/X -
Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2012

Proveniência: Seção Regional do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2013.11.21;

Assunto: Ofício a remeter o Acórdão n.º 793/2013 relativo ao pedido de
apreciação da constitucionalidade da totalidade das normas constantes do
Decreto Legislativo Regional n.º 22/2013 - Período normal de trabalho dos
trabalhadores da Administração Pública Regional

Proveniência: Tribunal Constitucional

Data de Entrada: 2013.11.22.

10 – Relatórios:

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.11.22;

Assunto: [Propostas de Plano Anual Regional e Orçamento para o ano de 2014.](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.11.19;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2013.11.21;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 16/X – “Período normal
de trabalho dos trabalhadores da Administração Pública Regional”.](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2013.10.21;

Assunto: [Propostas de Plano Anual Regional para 2014 e Orçamento da RAA para 2014](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2013.10.13;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que procede à terceira alteração ao decreto-lei n.º 135/99, de 22 de abril, atualizando-o em função das evoluções tecnológicas entretanto ocorridas e estabelecendo medidas de modernização administrativa, à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 4/97, de 9 de janeiro, que criou a rede interministerial para a modernização administrativa, relançando um programa transversal e coerente de modernização e simplificação administrativas, aprova o Programa para a Digitalização da Administração Pública Central e procede à criação do Fundo para a Digitalização.](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2013.10.28;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.11.22;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional “Medidas complementares ao subsídio de desemprego”](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.11.14;

Assunto: [Propostas de Plano Regional Anual e de Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2014](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.11.14;

Assunto: [Relatório e parecer sobre o Projeto de Decreto-Lei que "Aprova um regime excecional e temporário de regularização de dívidas fiscais e à segurança social - MF - \(Reg. DL 379/2013\)".](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2013.10.21;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de setembro, que aprova o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos – ME – \(Reg. DL 384/2013\).](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2013.10.25;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 176/XII/3.^a - Procede à 2.^a alteração à Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2013, altera o Estatuto dos Beneficiários Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de junho, e o Regime Especial de Tributação dos Rendimentos de Valores Mobiliários Representativos de Dívida, aprovado pelo Decreto-lei n.º 193/2005, de 7 de novembro.](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2013.11.01;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 178/XIII/3.^a – Aprova o orçamento do Estado para 2014](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2013.11.01;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 172/XII - Estabelece os princípios e as regras de intercâmbio transfronteiriço de informações relacionadas com a prática de infrações rodoviárias praticadas com utilização de veículo matriculado num Estado-Membro distinto daquele onde a infração foi cometida, e transpõe a](#)

[Diretiva n.º 2011/82/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2011, que visa facilitar o intercâmbio transfronteiriço de informações sobre infrações às regras de trânsito relacionadas com a segurança rodoviária.](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2013.11.01;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 175/XII/3.ª - Procede à reforma da tributação das sociedades, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, e o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro.](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2013.11.01;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 177/XII/3.ª - Aprova as grandes opções do Plano para 2014](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2013.11.01;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 179/XII/3.ª - Procede à segunda alteração à Lei n.º 17/2012, de 26 de abril, que estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional.](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2013.11.06;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações do Regulamento \(CE\) n.º 261/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de fevereiro, alterado pelo Regulamento \(UE\) n.º 1177/2010, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro, relativo aos direitos dos passageiros do transporte marítimo e por vias navegáveis](#)

interiores dos passageiros dos serviços de transporte marítimo e por vias navegáveis interiores - ME - (REG. DL 415/2013).

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2013.11.12;

Assunto: Parecer sectorial das Propostas de Plano e Orçamento Regional para 2014

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2013.11.21;

Assunto: Parecer final sobre as Propostas de Decreto Legislativo Regional n.º s 22/X - Plano Anual Regional para o ano de 2014 e 23/X - Orçamento da RAA para o ano de 2014.

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2013.11.21.

11 – Diários:

Estão presentes na Sessão Plenária os Diários n.º s 36, 37, 38, 39 e 40.

A redatora, Ana Sofia Pereira da Silva Machado